

FILANTROPIA

#78

CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR

INFORMAÇÃO CONTÁBIL É CONSIDERADA O PRINCIPAL INSTRUMENTO DE TRANSPARÊNCIA

IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

ONGS ESTÃO OBTENDO RECONHECIMENTO JUDICIAL DA IMUNIDADE CONTIDA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

IMPACTO DA REDE FILANTROPIA

PESQUISA BUSCA ENTENDER QUAIS SÃO OS BENEFÍCIOS TRAZIDOS PELA REDE ÀS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS AFILIADAS



CENSO FILANTROPIA

LEVANTAMENTO SETORIAL PROMOVIDO PELA REDE
FILANTROPIA VISA TRAÇAR O PERFIL DOS *PLAYERS* SOCIAIS NO BRASIL

ENTREVISTA • A apresentadora Sabrina Sato fala sobre seus primeiros passos no Terceiro Setor e a missão de seu instituto





FIFE 2017

FÓRUM INTERAMERICANO DE
FILANTROPIA ESTRATÉGICA

4 A 7 DE ABRIL DE 2017

FOZ DO IGUAÇU/PR

 Contabilidade

 Comunicação

 Legislação


 Captação de Recursos

 Voluntariado

 Assistência Social

 Tecnologia

 Sustentabilidade



O Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica tem como objetivo reunir temas variados voltados à gestão do Terceiro Setor

+ de **60 PALESTRANTES**

+ de **100 ATIVIDADES**

MAIS
INFORMAÇÕES
E INSCRIÇÕES:

www.fife.org.br

Realização

FILANTROPIA

Patrocínio



Incentivo

NOSSA CAUSA

AGÊNCIA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL



Fundação Volkswagen



Apoio



Nelson Willians & Advogados Associados



CIA Aérea Oficial



SUMÁRIO

6

INSPIRAÇÕES



O que você faz com as oportunidades em suas mãos?

8

ENTREVISTA



Sabrina Sato

72

ESPECIAL



O impacto da Rede Filantropia para o Terceiro Setor

88

DATA FILANTROPIA



Pesquisas de opinião pública

MULTIPLICANDO O SUAS

Opinião

18 Governança nas organizações sociais

Protagonismo

20 Protagonismo pela comunicação

SUAS Brasil Afora

22 Aprendizados

Conselhos e conselheiros

24 Monitoramento e acompanhamento de resultados contábeis

Ficção

26 A convivência nos tempos da fanpage

12 RADAR SOCIAL

16 DIÁLOGO SOCIAL

59 PAINEL DE CONTROLE

62 FILANTROPIA RESPONDE

92 FIQUE LIGADO!

94 GERAÇÃO DE RENDA

96 REFLEXÃO

GESTÃO SOCIAL

Ponto de Vista

30 Cinquenta anos de dedicação ao Terceiro Setor

Comunicação

32 Diga-me com quem falas que te direi... o resto

Captação de Recursos

34 Os Conselhos de Administração e a captação

Voluntariado

38 Criação de valor compartilhado

Gestão

45 Gestão no Terceiro Setor

Contabilidade

48 O gestor e a contabilidade

50 A evolução da contabilidade no Terceiro Setor

Legislação

54 O calvário e as saídas do administrador do ente social

#PratiqueFilantropia

56 Você sabe o que é filantropia?



CENSO FILANTROPIA

LEVANTAMENTO SETORIAL PROMOVIDO PELA
REDE FILANTROPIA VISA TRAÇAR O PERFIL DOS
PLAYERS SOCIAIS NO BRASIL

36

VOLUNTARIADO



GESTÃO POR COMPETÊNCIA

Método auxilia no processo de
gerenciamento de voluntários

41

LEGISLAÇÃO



DIREITO LÍQUIDO E CERTO

82

ESPECIAL

UMA DÉCADA
FAZENDO DIFERENÇA



FILANTROPIA

www.filantropia.org

Rua Bela Cintra, 178 – Consolação – São Paulo – (11) 2626-4019

PRESIDENTE

Marcio Zeppelini

VICE-PRESIDENTE

Mauro Zeppelini

DIRETORA EXECUTIVA

Thaís Iannarelli

ATENDIMENTO

Amanda Manarim

Cinthia Mello

Leila Souza

EVENTOS

Rogério Costa

PROJETOS

Mauricio Dias Lopes

CONSELHO CONSULTIVO

Ana Carolina Carrenho

Ana Carolina Zanoti

Dal Marcondes

Daniel Cerqueira

Dulcinéia Reginato Francisco

Fagna Freitas

Giulliano Soares

Guilherme Reis

Jonas Leandro Flores

Mara Gabrielli

Marcelo Monello

Marco Iarussi

Marcos Biasioli

Maria Iannarelli

René Steuer

Rilder Campos

Rosana Pereira

CONSELHO DIRETOR

Danilo Tiisel

Felipe Mello

Marcelo Estraviz

Michel Freller

Ricardo Monello

Ricardo Oliveira

Rogério Martir

Rogério Paganatto

CONSELHO HONORIS CAUSA

Alfredo Norberto Fernandes

André da Silva

Cristina Zeppelini

José Mariano Zeppelini

Júlio Leme

Maria Helena Zeppelini

Rafael Baltresca

Reinaldo Oliveira

Roberto Carlos Latini

Silvia Weidman

INCENTIVADORES



APOIO INSTITUCIONAL



PARCEIROS ESTRATÉGICOS



REVISTA FILANTROPIA

ISSN 1677-1362

IDEALIZADORES



IMPRESSÃO



AUDITORIA DE TIRAGEM



TIRAGEM AUDITADA: 15.000 exemplares

EDITOR-GERAL: Marcio Zeppelini (43.722/SP) **EDITORA-CHEFE:** Thaís Iannarelli (MTB 46.415/SP)

EDITORA-ASSISTENTE: Paula Craveiro (MTB 39.316/SP) **REDAÇÃO:** Paula Craveiro | Luciano Guimarães

EDIÇÃO: Alexandre José de Assis | Karina Watanabe **IMAGENS ILUSTRATIVAS:** shutterstock.com/depositphotos.com

CONSELHO EDITORIAL DELIBERATIVO: Marcelo Monello | Marcio Zeppelini | Marcos Biasioli | Mauro Zeppelini | Ricardo Monello

QUEM COMPÕE O TERCEIRO SETOR NO BRASIL?



THÁIS IANNARELLI
Diretora executiva
do Instituto Filantropia

Qual é o perfil das pessoas que atuam no setor social brasileiro? Quem são os players sociais que constituem o Terceiro Setor, como e por que atuam nesta área? Na matéria de capa desta edição – o **Censo Filantropia** –, decidimos perguntar essas e outras coisas aos integrantes da Rede Filantropia para conhecer melhor este cenário.

A Rede Filantropia, hoje, conta com 40 mil integrantes – entre afiliados Bronze (que realizaram um cadastro conosco e recebem nossos informativos) e afiliados Prata (que, mediante o pagamento de uma anuidade, têm benefícios como descontos em nossos treinamentos e capacitações gratuitas, conteúdo exclusivo, entre outros – mais informações em nosso site: www.filantropia.org).

A pesquisa, que continha 13 perguntas, foi realizada no segundo semestre de 2016 e descobriu informações interessantes e relevantes. Por exemplo: mais da metade dos respondentes são funcionários remunerados nas instituições nas quais atuam, e a maioria já trabalha há mais de 5 anos na área.

Esse resultado é positivo e só reforça a nossa missão: de fortalecer e **profissionalizar** o trabalho no Terceiro Setor por meio da informação, da capacitação e do desenvolvimento – ou seja, para nós, a remuneração (inclusive de dirigentes) é essencial para que o trabalho possa ser cada vez mais especializado e realizado por pessoas capacitadas e treinadas.

Além do Censo Filantropia, fizemos também uma matéria especial sobre como as pessoas veem a Rede Filantropia, para descobrir como nossos canais de distribuição de informação têm contribuído para o fortalecimento das instituições que a recebem.

E você, já conhece todo o nosso trabalho, além da Revista Filantropia? Em 2017, viemos com muitas novidades: novo site, nova categoria de afiliação (a Ouro, que traz ainda mais benefícios), mais eventos, a quarta edição do Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica, entre outras iniciativas.

Sejam bem-vindos e boa leitura!



MARCIO ZEPPELINI
Presidente
do Instituto Filantropia



◀ **MARCIO ZEPPELINI** é presidente da Rede Filantropia, produtor editorial, jornalista e empreendedor. É editor da Revista Filantropia e diretor executivo da Zeppelini Editorial. Idealizou a Diálogo Social, a Diálogo Digital e a Rádio Tom Social. É palestrante motivacional e de temas relacionados à Comunicação, Desenvolvimento Pessoal, Terceiro Setor e Criatividade.



O QUE VOCÊ FAZ COM AS OPORTUNIDADES EM SUAS MÃOS?

A BORBOLETA AZUL

Um viúvo morava com suas duas filhas, duas meninas curiosas e inteligentes. Elas sempre faziam muitas perguntas. Para tudo. Algumas ele sabia responder; outras, não.

Como pretendia oferecer a elas a melhor educação possível, mandou as meninas passarem férias com um sábio que morava no alto de uma colina. O sábio sempre respondia a todas as perguntas que lhe eram feitas, sem hesitar.

Já impacientes com o sábio, as meninas resolveram inventar uma pergunta que ele não saberia responder. Então, uma delas apareceu com uma borboleta azul, que usaria para pregar uma peça no sábio.

– O que você vai fazer? – perguntou a irmã.

– Vou esconder a borboleta em minhas mãos e perguntar se ela está viva ou morta.

Se ele disser que está morta, vou abrir minhas mãos e deixá-la voar. Se ele disser que está viva, vou apertá-la e esmagá-la. E, assim, qualquer resposta que eles nos der estará errada!

As duas meninas foram, então, ao encontro do sábio, que estava meditando.

– Tenho aqui uma borboleta azul. Diga-me sábio, ela está viva ou morta?

Calmamente, o sábio sorriu e respondeu:

– Depende de você. Ela está em suas mãos.

AS ESCOLHAS ESTÃO EM NOSSAS MÃOS

As oportunidades aparecem, e somos nós que devemos escolher aproveitá-las ou desperdiçá-las. Elas estão em nossas mãos e o futuro depende do que nós faremos com essas oportunidades.

Não devemos culpar ninguém quando algo dá errado. Somos nós os responsáveis por aquilo que conquistamos (ou não). Nossa vida está em nossas mãos, assim como a vida da borboleta azul estava nas mãos da menina.

Cabe a nós escolher o que fazer com a borboleta (sua vida) – matar ou deixar viver.

Se você optar por sempre ser questionador da realidade, não acreditando ter a capacidade de aproveitar as oportunidades, estará apertando e matando a borboleta.

Refleta sobre este momento na sua vida! Quais são as oportunidades que estão ao seu redor? Uma mudança de emprego ou de cidade? A criação de um negócio próprio? Uma amizade esquecida? uma nova atividade a qual fora convidado a participar?

Você decide: ou você aproveita a oportunidade e se deixa viver ou continua aprisionado à sua vida, acreditando em bloqueios e crenças que não o fazem crescer.

A vida é feita de escolhas. Vá em frente! Escolha VIVER!

Abraços sustentáveis 🌱



VOCÊ PODE
FAZER PARTE
DESSA HISTÓRIA

Somos uma organização não governamental e sem fins lucrativos, que apoia, patrocina e promove a integração de educação, cultura e cuidados com o meio ambiente.

Contamos com você para juntos fazermos um mundo melhor.

Rua Ceará, 3195 - Sala 09 - Bairro Custódio Pereira
Tel. (34) 3233-7766 - CEP: 38.405-240 - Uberlândia/MG

 www.institutoalexa.org.br  [institutoalexa](https://www.facebook.com/institutoalexa)


INSTITUTO
alexa
humanamente responsável.



SIM, É VERDADE!

CONSOLIDADA NO SHOW BUSINESS E SEM CARREGAR O RÓTULO DE “EX-BBB”, A APRESENTADORA DÁ OS PRIMEIROS PASSOS COMO GESTORA NO TERCEIRO SETOR COM A CRIAÇÃO DE INSTITUTO QUE LEVA SEU NOME

Por Luciano Guimarães

Realizado no dia 8 de novembro de 2016, no Clube Atlético Monte Líbano, em São Paulo, o 1º Jantar pelas Crianças do Brasil marcou a apresentação, à sociedade, do Instituto Sabrina Sato, organização social fundada pela apresentadora da Rede Record.

Com foco específico em angariar e repassar fundos para entidades sem fins lucrativos que atendem crianças, a entidade, que ainda não tem sede nem projetos próprios, será mantida por meio de doações de pessoas físicas e jurídicas e com ações como jantares beneficentes e leilões on-line. O instituto já nasceu colaborando com a Fundação Cafu, o Instituto Ressoar e a Associação para Crianças e Adolescentes com Câncer (Tucca).

A ex-bailarina, entretanto, não é uma novata no Terceiro Setor: há anos ela já vem apoiando outras causas sociais, ambientais e de proteção animal, como Ampara Animal, Projeto Adote, Teto Invisigram, Inclusão Já, Brazil Foundation, Amfar, Charity Day, GRAAC, Projeto Velho Amigo, Pense Rosa, Hospital do Câncer de Barretos.

Nascida em Penápolis, a 490 quilômetros da capital paulista, Sabrina ficou nacionalmente famosa após participar da terceira edição do *reality show Big Brother Brasil* e, posteriormente, firmou-se na tevê no programa *Pânico*. Desde 2014 está à frente do *Programa da Sabrina*.

Nesta edição da **Revista Filantropia**, conversamos com a Sabrina para conhecer um pouco mais sobre sua nova empreitada. Confira!

Revista Filantropia: Quando surgiu a ideia de fundar o Instituto Sabrina Sato?

Sabrina Sato: Sempre me envolvi em projetos sociais, principalmente ligados à crianças. Com o *Programa da Sabrina*, pude conhecer muitas instituições que lutam por causas que eu acredito e que precisam de apoio. Por isso, nos organizamos para constituir um instituto que pudesse ajudar de alguma forma essas ONGs. Assim nasceu o Instituto Sabrina Sato.

RF: Qual é a missão do Instituto?

Sabrina: Nossa missão é desenvolver ações que gerem visibilidade e fundos para as instituições que cuidam de crianças em todo o Brasil, e este é o público atendido pela Fundação Cafu, pela Tucca e pelo Instituto Ressoar. Acredito muito que as crianças são o futuro do nosso país e que isso só será possível com investimentos concretos em educação. É bonito ver o trabalho realizado pelas instituições e como isso é importante na vida das pessoas. Sou madrinha da Fundação da Cafu, parceira da Tucca e, por três anos, apresentadora do jantar anual do Instituto Ressoar.

RF: Como é a estrutura da organização? Quantas pessoas compõem a equipe?

Sabrina: Atualmente, não há funcionários contratados. Agimos como repassadores de recursos, que arrecadamos



diretamente para as instituições que já têm um trabalho em andamento e sede física. A equipe do nosso escritório, nossa assessoria e amigos estão auxiliando doando horas de trabalho. Quando for o momento de contratarmos pessoal, no futuro, esperamos ter nossa sede, com um espaço que ofereça cursos para crianças e adolescentes e com condições para darmos a assistência necessária a esse público.

RF: Como será o trabalho de angariar fundos para outras entidades?

Sabrina: Ao longo do ano, desenvolveremos diversas ações e eventos que têm como objetivo arrecadar fundos para instituições e projetos que já existem.

RF: Como uma entidade que se cadastrar no site do Instituto Sabrina Sato será avaliada para receber fundos? Quais critérios serão usados para definir a quantia a ser repassada?

Sabrina: Todas as entidades serão avaliadas por meio de um plano de sustentabilidade financeira e da comprovação das ações para as quais solicitam os recursos. A cada ação planejada, já é escolhida a instituição que receberá os recursos. Além das ações que arrecadam fundos, no fim do ano, por exemplo, recebemos milhares de kits com protetor solar, tênis e mochilas escolares, que foram doados diretamente para as instituições que mantivemos cadastradas.

RF: Como será feita a prestação de contas por essas entidades beneficiadas?

Sabrina: As prestações de contas serão feitas após o fechamento de cada ação. Temos uma contabilidade contratada para organizar essa parte.

RF: Pessoas físicas e empresas poderão doar, mas você contará com o apoio de celebridades ou do governo, por exemplo?

Sabrina: Algumas pessoas estão me apoiando em determinados projetos e ações, participando dos eventos, ajudando nas doações, como a Marília Gabriela, que foi mestre de cerimônias do jantar de lançamento do Instituto, assim como o Fábio Porchat e o Ceará, que foram os leiloeiros no mesmo jantar, mas não é nada oficial. O Instituto não tem qualquer relação com o governo.

RF: A expectativa é ajudar quantas entidades, em média, até o final de 2017?

Sabrina: No momento, estamos com três. Pretendemos ter quatro entidades fixas no ano. Faremos ações pontuais beneficiando cada ONG.



É bonito ver o trabalho realizado pelas instituições e como isso é importante na vida das pessoas

RF: O Instituto Sabrina Sato tem ou terá parceria com empresas para se manter?

Sabrina: Alguns parceiros meus apoiaram nosso primeiro jantar, como Sawary Jeans, Alto Giro, Biroshop e Sato Leilões. Além da aquisição das mesas, eles estavam presentes ajudando e trabalhando no jantar.

RF: Qual será, em sua opinião, o maior desafio a ser enfrentado pelo Instituto?

Sabrina: Acredito que o maior desafio será desenvolver ações com a colaboração dos nossos parceiros, com muito trabalho e organização. Temos muitas coisas pela frente.

RF: Como você pretende conciliar sua agenda com as ações da ONG?

Sabrina: Sempre organizo minha agenda com antecedência e, para mim, é um prazer estar presente nas ações do Instituto. Me sinto realizada! 📌

Agregar valor na Gestão das Entidades do Terceiro Setor é o nosso compromisso há mais de 45 anos.

- ✓ Contabilidade por projetos
- ✓ Prestação de Contas
- ✓ Administração de RH especializada em Departamento Pessoal
- ✓ Gestão de voluntários e terceirizados
- ✓ Controle da regularidade fiscal, certidões e retenções fiscais
- ✓ Sistema Integrado de Gestão - ERP



seteco
ASSESSORIA CONTÁBIL

www.seteco.com.br

(11) 3500-3500

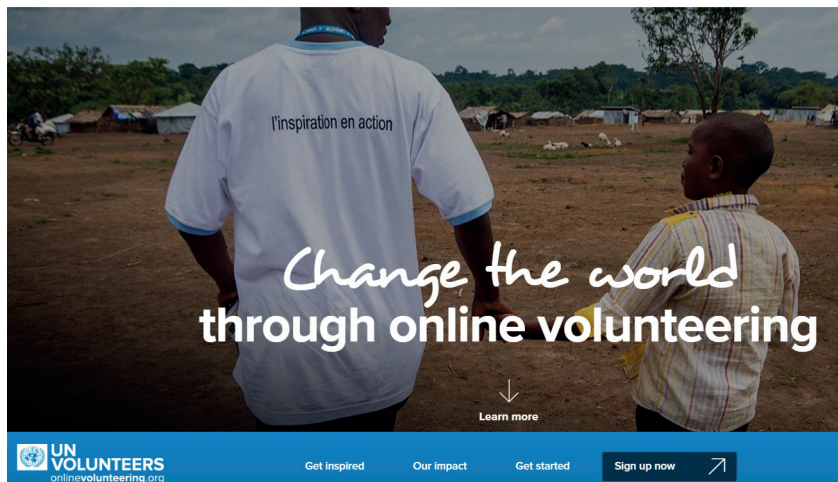


asplan

Soluções Inteligentes
www.asplan.com.br

(11) 3500-5300





PLATAFORMA ESTIMULA VOLUNTARIADO PARA PROJETOS DA ONU

O programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV) contribui para a paz e desenvolvimento a partir do voluntariado em todo o mundo. Com a plataforma Online Volunteering, esse processo acaba ganhando mais agilidade, pois permite que as organizações e os voluntários participem de ações - de qualquer lugar do mundo, por meio de qualquer dispositivo - para enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável. Atualmente, a plataforma arregimenta 12 mil voluntários on-line provenientes de 187 países; 60% vêm de países em desenvolvimento; 94% das organizações sociais e dos voluntários estão satisfeitos com o programa.

📄 <https://www.onlinevolunteering.org/en>

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS CONDENA BRASIL POR TRABALHO ESCRAVO

A Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), responsabilizou internacionalmente o Brasil por não prevenir a prática de trabalho escravo moderno e de tráfico de pessoas. A sentença do caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil foi dada em dezembro de 2016, em um processo que durou cerca de três anos. O Brasil é o primeiro país condenado pela OEA nessa matéria. O Estado brasileiro tem um ano para indenizar cada uma das 128 vítimas resgatadas durante fiscalizações do Ministério Público do Trabalho na Fazenda Brasil Verde, no Pará, entre 1997 e 2000. Nesse local, mais de 300 trabalhadores foram resgatados entre 1989 e 2002. A sentença também determina que sejam reabertas as investigações sobre as violações cometidas contra esses trabalhadores, o que abre precedentes para a reabertura de casos já arquivados aqui e nos demais países da América Latina. A Secretaria Especial de Direitos Humanos, vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania, reconhece a sentença. A condenação, segundo a secretária, representa uma oportunidade para aprimorar a política nacional de enfrentamento ao trabalho escravo, assim como em relação à investigação, processamento e punição dos responsáveis pelo delito.

📄 <http://agenciabrasil.ebc.com.br>



PROGRAMA INCENTIVA COLABORADORES DE ONGS A PRATICAR EXERCÍCIOS FÍSICOS

O Gympass, empresa que permite colaboradores e clientes frequentarem academias e estúdios por preços diferenciados, lançou o Gympass Social, iniciativa voltada a incentivar funcionários de ONGs a praticar mais exercícios, escolhendo entre mais de 500 modalidades, todos os dias no mesmo ou em diferentes parceiros credenciados pelo Gympass Corporate, tudo isso sem nenhum custo para a instituição. O projeto já conta com a adesão de nove entidades: Casa do Zezinho, Doutores da Alegria, Ensina Brasil, Fundação Estudar, Instituto Ayrton Senna, Instituto Gerando Falcões, Junior Achievement, Missão Paz e Teto. O projeto tem o objetivo de atingir 50 ONGs no Brasil até o final de 2017. A parceria beneficia todos os funcionários das instituições. As indicações de ONGs podem ser feitas pelo site do Projeto Gympass Social.

📄 <http://promo.gympass.com/gympass-social>



CORRUPÇÃO CUSTA MAIS DE US\$ 2,6 TRILHÕES POR ANO

Os custos da corrupção superam 5% do Produto Interno Bruto (PIB) global e chegam a mais de US\$ 2,6 trilhões por ano, afirmou o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A agência mapeou dados sobre regiões e setores produtivos que são afetados em maior ou menor medida por práticas ilícitas. Na África, por exemplo, 25% do PIB (cerca de US\$ 148 bilhões) desaparecem por causa da corrupção. Em alguns países emergentes, o acesso às redes de saneamento é de 30% a 40% mais caro por causa de condutas criminosas. A PNUD aponta ainda que, em países em desenvolvimento, a corrupção no setor de construção custa US\$ 18 bilhões anualmente. O programa das Nações Unidas também ressalta que até 80% de fundos públicos de saúde nunca chegam aos centros de atendimento por causa da corrupção. Em 2016, a ONU destacou que esse crime foi um obstáculo ao cumprimento da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

www.undp.org/content/brazil/pt/home.html



UNICEF CELEBRA 70 ANOS DE TRABALHO EM PROL DAS CRIANÇAS

Em seu 70.º aniversário, comemorado em dezembro de 2016, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) celebrou o progresso feito para as crianças de todo o mundo e renovou o apelo para que se alcancem milhões de meninas e meninos cujas vidas e cujos futuros estão ameaçados por conflitos, crises, pobreza, desigualdade e discriminação. “O Unicef visa levar ajuda e esperança a todas as crianças em risco ou em necessidade, não importando em que país elas viviam. Com tantas crianças em todo o mundo com tamanha necessidade, estamos novamente nos comprometendo a entregar resultados para cada uma delas”, disse o diretor executivo do Fundo, Anthony Lake. inteiramente financiado por meio de contribuições voluntárias de governos, sociedade civil, setor privado e cidadãos, o Unicef é a maior organização do mundo dedicada às crianças, trabalhando em 190 países e territórios e contando com os esforços de 13 mil funcionários para alcançar cada criança.

www.unicef.org.br

AVIANCA E INSTITUTO RONALD MCDONALD AMPLIAM CAMPANHA DOAÇÃO NAS ALTURAS

A Avianca Brasil e o Instituto Ronald McDonald ampliaram a campanha Doação nas Alturas, criada para apoiar o instituto na captação de recursos que beneficiam crianças e adolescentes com câncer e suas famílias. A ação, que inicialmente contemplava as bases de Congonhas (SP), Santos Dumont e Galeão (RJ) e Brasília (DF), passa a contar com Aracaju (SE), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Fortaleza (CE), João Pessoa (PB), Recife (PE) e Salvador (BA), representando aumento de 42% no total de voos semanais incluídos. A iniciativa consiste na distribuição de envelopes individuais durante os voos, para que os passageiros possam contribuir com uma doação anônima de qualquer valor. Durante as viagens, os clientes da empresa aérea assistem a um vídeo e têm a oportunidade de conhecer melhor o trabalho realizado pelo instituto. A ação já arrecadou mais de R\$ 350 mil.

<http://institutoronald.org.br/doacaonasalturas/>



AMAZÔNIA PERDEU 128 CAMPOS DE FUTEBOL DE FLORESTA POR HORA EM 2016

Entre agosto de 2015 e julho de 2016 (calendário oficial para medir o desmatamento), a Amazônia perdeu 7.989 km² de floresta, maior taxa desde 2008, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) a partir de dados oficiais do fim de 2016. O desmatamento no período equivale à derrubada de 128 campos de futebol por hora de floresta. O perfil fundiário dos responsáveis pela devastação teve pouca variação em relação aos últimos anos: a maior derrubada ocorreu nas propriedades privadas (35,4%), seguida de assentamentos (28,6%), terras públicas não destinadas e áreas sem informação cadastral (24%), e pelas unidades de conservação, que registraram 12% de todo o desmatamento verificado nos 12 meses analisados. Os estados que registraram maior aumento da taxa de desmatamento foram Amazonas, Acre e Pará (54%, 47% e 41%, respectivamente). O estudo do Ipam aponta a necessidade de envolvimento da sociedade no controle do desmatamento com uma nova estruturação de ações de comando e controle, criação de uma agenda positiva de incentivos à eficiência da produção em áreas já desmatadas e mais apoio para quem mantém seu ativo florestal, bem com participação do mercado e do sistema bancário no controle do desmatamento.

www.ipam.org.br

QUASE 1 BILHÃO DE MENINAS FORÇADAS A CASAR ATÉ 2030

Se políticas públicas adequadas de proteção a meninas e adolescentes não forem colocadas em prática, o mundo poderá ter cerca de 950 milhões delas presas em casamentos forçados até 2030, alertou o Escritório de Direitos Humanos da ONU. “O casamento forçado envolvendo crianças ainda é uma prática bastante difundida em vários países. Calcula-se que, se continuarmos com as taxas atuais até 2030, 950 milhões ficarão delas presas em casamentos forçados”, disse Veronica Birga, chefe da Seção de Direitos da Mulher e gênero do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH). Veronica ressaltou que, mesmo com uma boa legislação em vigor, muitas vezes “leis religiosas ou tradicionais” ainda contribuem para o problema. A funcionária da ONU disse que há necessidade de se adotar políticas abrangentes nos países “para ir além de simplesmente proteger as meninas do casamento”, ampliando suas escolhas para além do casamento.

<https://nacoesunidas.org>



AMBEV LANÇA PLATAFORMA PARA AUXILIAR A ECONOMIA DE ÁGUA NAS EMPRESAS

A Ambev lançou, em parceria com as ONGs Fundación Avina e Carbon Trust e com o Pacto Global da ONU, o SAVEh (Sistema de Autoavaliação da Eficiência Hídrica), programa que busca incentivar e ajudar outras empresas a economizarem água. Por meio de uma plataforma on-line gratuita, as empresas terão acesso a um sistema de gestão de água criado com base no sistema da cervejaria. A plataforma foi desenvolvida para oferecer gratuitamente um sistema de gestão para empresas que usam água em seu processo produtivo. O SAVEh alia a reconhecida gestão da Ambev a boas práticas operacionais amplamente testadas e implementadas nas suas centenas de cervejarias, no Brasil e no mundo.

<http://www.saveh.com.br>



SANEAMENTO CHEGA A MENOS DA METADE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

O Brasil abriga 20,0% das reservas hídricas do mundo, mas abundância não significa acesso universal à água potável nem ao saneamento. Quase metade da população brasileira (48,6%) é atendida por serviços de esgoto e apenas 39,0% das casas têm seus rejeitos tratados. Os números são do Banco Mundial, que alertou para as desigualdades na distribuição de água entre a população, a indústria e a agricultura no País, além de detalhar a importância dos recursos hídricos para a economia. Embora 82,5% dos brasileiros tenham acesso à água, apenas 43,0% dos domicílios entre os 40,0% mais pobres têm vasos sanitários ligados à rede de esgoto, segundo dados de 2013. A falta de tratamento faz com que poluentes sejam lançados diretamente na água ou processados em tanques sépticos desregulados, gerando graves consequências para a qualidade dos recursos hídricos e para o bem-estar da população.

www.worldbank.org/pt/country/brazil



RECURSOS FEDERAIS DE POLÍTICAS PARA MULHERES, NEGROS E DIREITOS HUMANOS SÃO REDUZIDOS

Em 2016, o repasse orçamentário destinado a políticas federais para pautas de mulheres, população negra e direitos humanos foi reduzido em 35% pelo Governo Federal. Enquanto em 2015 esse valor correspondia a R\$ 95.263.006,89 do orçamento público, no último ano, o montante passou a R\$ 61.842.623,05. O levantamento foi realizado pelo site Poder 360 e levou em consideração dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), que realiza o controle do orçamento nacional. No mesmo caminho da redução, as ações voltadas ao reconhecimento e indenização de populações quilombolas receberam R\$ 4,16 milhões a menos do governo (de R\$ 15,06 milhões em 2015, para R\$ 10,9 milhões em 2016). O único ponto fora da curva foi o programa Disque Direitos Humanos, que funciona como um canal para denúncias de violação de direitos humanos. A verba para o programa passou de R\$ 19,3 milhões em 2015 para R\$ 24,2 milhões em 2016. Parte substancial desse valor (R\$ 18,2 milhões) foi reservado antes do início da gestão de Michel Temer (PMDB).

www.poder360.com.br

UNESCO ABRE INSCRIÇÕES PARA PRÊMIO EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Governos de todos os estados-membros da ONU e ONGs em parceria oficial com a Unesco podem inscrever até três pessoas, instituições ou organizações engajadas no tema educação no Prêmio Unesco-Japão Educação para o Desenvolvimento Sustentável. A iniciativa distribuirá US\$ 150 mil para os vencedores, financiado pelo governo japonês. As inscrições devem ser feitas em francês ou inglês até o dia 2 de maio e devem focar em um programa específico do candidato indicado. As ações serão validadas por um júri de especialistas internacionais com base no potencial de transformação, integração e inovação. Os projetos devem estar em execução há pelo menos quatro anos, ter demonstrado evidências de alto impacto, ser replicáveis em escala e contribuir para pelo menos uma das cinco áreas de ação prioritárias do Programa de Ação Global sobre ESD.

http://j.mp/Rf78_Unesco



FÓRUM INTERAMERICANO DE FILANTROPIA ESTRATÉGICA – FIFE 2017

A próxima edição do Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica (FIFE) acontecerá entre os dias 4 e 7 de abril de 2017, em Foz do Iguaçu (PR), e contará com mais de 100 atividades. O objetivo do FIFE é reunir em um único evento palestrantes de renome com expertise em temas relacionados à gestão e oferecer aos participantes a oportunidade de estabelecer uma rede de conhecimento, aprendizado e crescimento profissional. Serão diversos palestrantes em três dias de intensas atividades, que reunirão temas voltados à gestão de organizações sociais, culturais, ambientais, educacionais e de saúde, englobando assuntos como contabilidade, certificações, comunicação, legislação, captação de recursos, auditoria, voluntariado, entre outros. A programação inclui cafés e jantares temáticos, debates e consultorias coletivas.

Data: 4 a 7 de abril de 2017

Mais de 60 palestrantes. Mais de 10 atividades. Mais de 600 participantes.

CÁLCULO PERCENTUAL 60% AO SUS – UTILIZANDO O TABWIN PARA FINS DE CEBAS

Com o advento da Lei Federal n.º 12.101/2009, de decretos regulamentadores e, principalmente, da Portaria MS n.º 834/2016 para a manutenção do CEBAS-Saúde, o controle/conciliação dos atendimentos nos sistemas internos x cruzamentos com o DATASUS (TabWin) ganharam suma importância, pois o sistema governamental é a base para a renovação do certificado. Porém, a entidade não pode deixar de manter seus controles gerenciais. Este treinamento visa difundir conhecimentos sobre a aplicação do TabWin, ferramenta de tabulação desenvolvida pelo DATASUS como meio de manutenção do CEBAS.

Data: 12 de abril de 2017, das 9h às 18h
Palestrantes: Carlos Silva e Marcia Cavalcante



PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Depois de captar os recursos, é fundamental que o dinheiro seja bem administrado e aplicado. Para isso, a organização financeira e o correto planejamento das despesas são fundamentais para a transparência do fluxo contábil de uma organização do Terceiro Setor. Este treinamento apresentará, de forma clara e de acordo com a realidade das ONGs brasileiras, ferramentas para a gestão de seu projeto social. O curso ensinará estratégias para controlar departamentos, criar controles de desempenho e, ainda, métodos para prestação de contas. O conteúdo também traz exercícios e casos práticos para otimizar a compreensão do assunto. Também será apresentada uma visão planejada das ferramentas de controle e de administração, que também auxiliará os participantes na tomada de decisões e na prestação de contas, gerando valor, transparência e eficiência.

Data: 25 de abril de 2017, das 9h às 18h

Palestrantes: Lucimar Ferreira e Michel Freller

ADVOCACY E POLÍTICAS PÚBLICAS

Conjunto de ações desenvolvidas para influenciar os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e a sociedade, na formulação, aprovação e execução de políticas governamentais, o *advocacy* é realizado por meio do trabalho em redes e a mobilização da mídia. Essa prática busca uma democracia justa e representativa, fortalecendo a participação de diferentes atores sociais nos debates de interesse público. O *advocacy* interessa diretamente às organizações do Terceiro Setor e aos pesquisadores que objetivam provocar mudanças na sociedade a partir de políticas públicas. O treinamento tem o objetivo de capacitar profissionais para a prática do *advocacy* com base em experiências nacionais e internacionais de êxito em diferentes áreas, com o uso de material multimídia, exercícios em grupo e troca de experiências.

📅 **Data: 26 de abril de 2017, das 9h às 18h**

Palestrantes: Adriana Carvalho, Daniela Guedes, Marília Sobral Albiero e Monica Andreis

SPED E ESOCIAL: A PRÁTICA NO TERCEIRO SETOR

Obrigações fiscais das mais complexas, o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e o eSocial - projeto do governo federal que veio para unificar o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados - continuam gerando muitas dúvidas nos gestores de empresas e organizações sociais. Com exemplos práticos, este treinamento visa abordar essa sistemática de maneira prática (por onde começar e como fazer), especificamente no Terceiro Setor, procurando quebrar paradigmas naturais da mudança, inclusive com o preenchimento das telas dos programas, como estudo prático.

Data: 11 de abril de 2017, das 9h às 18h

Palestrantes: Priscilla Brandolt e Tatiane Balhes



NEGÓCIOS SOCIAIS E EMPREENDEDORISMO

Figura de atuação ainda recente no Terceiro Setor brasileiro, o empreendedor social precisa entender os elementos envolvidos no planejamento e na criação de um negócio social, especialmente os detalhes das questões tributárias e dos benefícios fiscais que norteiam os investimentos nas organizações com e sem fins lucrativos. Este treinamento é dedicado a quem já é ou pretende ser empreendedor ou investidor social, pois é uma ocasião de conhecer o atual cenário nacional, os conceitos, as oportunidades e as possibilidades relacionadas aos negócios sociais, expondo os modelos organizacionais e jurídicos aplicáveis a eles. Os participantes também aprenderão sobre os principais benefícios e desafios das relações com incubadoras, aceleradoras e investidores-anjo.

📅 **Data: 24 de abril de 2017, das 9h às 18h**

Palestrante: Danilo Tiisel

17 de abril

Obrigações Acessórias e Retenções na Fonte

18 de abril

Voluntariado: Como atrair, fidelizar e organizar

19 de abril

Filantropia Itinerante - Seminário sobre Gestão do Terceiro Setor

Técnicas de CRM e captação de recursos com pessoas físicas

Gestão de pessoas em organizações do Terceiro Setor

20 de abril

Departamento de Captação de Recursos: da teoria à prática

24 de abril

eSocial - Palestra Gratuita

Captação de Recursos via Internet

Negócios sociais e empreendedorismo

25 de abril

Telemarketing e Centrais de doações

Planejamento orçamentário e financeiro

26 de abril

Advocacy e Políticas Públicas

Neuroestratégia da influência na captação de recursos

27 de abril

Comunicação e marketing no Terceiro Setor

4 de maio

Inovação Social e Sustentabilidade captação de recursos

5 de maio

Ampliando a percepção e as competências de comunicação em ambientes corporativos

8 de maio

Administre melhor o seu tempo

Informações e inscrições - www.filantropia.org

MULTIPLICANDO O SUAS



GOVERNANÇA NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Problemas, desafios e mudanças advindas da Lei nº 13.019/14

*Por Ana Carolina Sofiati Corrêa, Carmen Fátima Crisóstomo, Marcell Augusto Cereser Alves e Meire Ellen Pereira Rodrigues**

Segundo o Banco Mundial, *governança* pode ter vários enfoques: “governança é a maneira como o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país, visando ao desenvolvimento, e a capacidade dos governos de planejar, formular e programar políticas e cumprir funções”.

Transferindo essa definição para o Terceiro Setor, podemos pensar como as organizações da sociedade civil (OSCs) se organizam,

gerenciam seus recursos, prestam contas e, acima de tudo, estabelecem procedimentos para monitorar os objetivos a que se propõem, ou seja, sua missão.

O movimento de governança surgiu nos anos 1990, atendendo à necessidade dos administradores empresariais de fundos de pensões, que precisavam trabalhar com mais segurança nos investimentos realizados com recursos dos quais se caracterizavam como acionistas minoritários e que sofriam por falta de

*Concluintes do curso de extensão Imersão em Gestão de Entidades Sociais da Faculdade PAULUS de Tecnologia e Comunicação.

informações objetivas e transparentes para orientar suas decisões de investimentos.

O quadro geral de como as organizações da sociedade civil estruturam-se já se qualifica como um modelo de governança, que atualmente é representada por: Assembleia de Associados, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Auditoria Independente e Gestão Executiva.

Nesse sentido, uma governança efetiva dentro da OSC torna-se importante, pois possibilita que sua gestão tenha maior nível profissional e capacidade de transparência na utilização de recursos, sejam estes advindos de doadores, parceiros e, principalmente, de termos de colaboração ou fomento com o Poder Público, bem como maior acesso dos interessados aos resultados obtidos no trabalho social desenvolvido.

Quando pessoas interessadas em um objetivo comum associam-se e fundam uma OSC, tornam-se membros da Assembleia Geral, que, de acordo com o Código Civil brasileiro, é um órgão deliberativo formado pela totalidade dos associados, sendo de sua responsabilidade a criação e alteração do Estatuto Social.

Estatuto Social é o documento obrigatório para a constituição da OSC; este deve ser registrado em cartório de registro civil de pessoas jurídicas do município sede da OSC. O Estatuto deve conter a missão da organização, quais órgãos que poderão tomar decisões e quem poderá participar de sua gestão administrativa. Além disso, é preciso constar que a organização não distribui entre seus associados nenhum lucro e que tem como único objetivo a melhoria contínua do trabalho social desenvolvido em prol da população à qual sua missão se destina.

Outro importante considerado uma boa prática de governança das OSC são os chamados Conselhos de Administração (CA): os membros do CA, eleitos pela Assembleia Geral, são empossados seguindo as regras expostas no Estatuto Social. Trata-se de um órgão colegiado que deve funcionar como instância de deliberação superior, com vistas a dar o direcionamento estratégico, zelar pelo cumprimento das finalidades estatutárias e primar pela sustentabilidade e longevidade da associação, sem assumir funções executivas (IBGC, 2016, p. 33). Portanto, o CA, quando constituído dentro de uma OSC, pode ser considerado como a peça mais importante para uma governança efetiva, uma vez que ele deve orientar e supervisionar o trabalho desenvolvido para que a sua missão seja alcançada.

Diante deste contexto, devemos afirmar que o CA torna-se um elemento fundamental e de extrema importância na condução de decisões e de gerenciamento de riscos, além de proporcionar mais chances de sustentabilidade para a OSC em que atua. Para tanto, é necessário criar também uma estrutura executiva para operacionalizar a governança. Liderada por um


diretor-presidente ou presidente executivo, que terá a função de ser mediador entre as equipes executivas, técnica e os conselhos de demais órgãos. Essa equipe deverá planejar, organizar, dirigir e controlar um conjunto de recursos para alcançar os objetivos de forma eficaz e eficiente, além de monitorar todo o processo e selecionar pessoal adequado. Faz-se necessária a criação de um regulamento interno de compras e de seleção e contratação de Recursos Humanos, aprovado pela diretoria. Assim, é essencial o acompanhamento de todo esse sistema por meio de uma agenda elaborada anualmente pelo executivo e o CA, que demonstrará a eficácia das ações, se os objetivos estão sendo atingidos e se é indispensável uma intervenção para rever e prevenir riscos.

Para viabilizar a gestão financeira, as receitas devem ser previstas, planejando as fontes dos recursos, sejam elas públicas ou privadas, por meio de procedimentos claros, o que requer a correta prestação de contas – *accountability*. Dentro desse conceito, prestar contas não se refere apenas ao valor financeiro, mas também dizer para a sociedade os resultados alcançados. Para tanto, é preciso definir indicadores de desempenho, tanto quantitativos quanto qualitativos, para demonstrar se atingiu ou não a meta.

Para que todo esse planejamento seja bem-sucedido, a Gestão de Pessoas é fundamental. Deve-se seguir as leis trabalhistas vigentes e, no caso de voluntários, levar em consideração a legislação aplicável a essa categoria, bem como procurar elaborar um plano de formação, capacitação continuada e que atenda a todos os níveis da sua estrutura organizacional.

As boas práticas da governança recomendam também um conselho fiscal de caráter permanente para analisar, fiscalizar, examinar, opinar, denunciar e convocar, se julgar indispensável à Assembleia Geral. Esse conselho só alcançará resultado se adotar uma agenda mínima de reuniões ordinárias, registradas em atas e eventualmente em cartórios.

Outro elemento considerado essencial pelo IBGC (2016, p. 71) é o Código de Conduta da OSC, que reitera que “a criação e o cumprimento de um código de conduta elevam o nível de confiança interno e externo na organização e, como resultado, o valor de dois de seus ativos mais importantes: sua reputação e imagem”.

Por fim, uma boa Política de Divulgação de Informações apresenta a todos os parceiros e à sociedade que o funcionamento da OSC está sendo executado dentro dos parâmetros legais, atingindo resultados de acordo com sua missão, sendo, dessa forma, uma OSC que possui credibilidade e responsabilidade, principalmente mantendo e conquistando novos apoiadores que possam investir nas suas ações. 

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. *Governance and Development*. 1992. Disponível em: <http://www.gsid.nagoya-u.ac.jp/sotsubo/Governance_and_Development_1992.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2016.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC. *Guia das Melhores Práticas para Organizações do Terceiro Setor: Associações e Fundações*. São Paulo, SP: IBGC, 2016.



PROTAGONISMO PELA COMUNICAÇÃO

Empoderamento de todos os envolvidos

*Por Carolina Stella e Fabiano Viana**

Quem conta o que acontece nas ruas? Quem fala de quem vive na rua nos meios de comunicação? Quem pode dizer, da melhor forma, quem sou eu a não ser eu mesmo? Tomamos nas mãos nossas histórias, vivências e, deste lugar que pode ser ocupado por nós, criamos narrativas únicas e múltiplas sobre quem somos e da melhor maneira que podemos: vindo de nós, de dentro.

Essas e outras reflexões aconteceram durante o caminhar do curso “Comunicando realidades”, resultado de uma parceria da Faculdade PAULUS de Tecnologia e Comunicação (Fapcom)/ Núcleo Paulus com a Rede Rua.

A seguir, apresentamos alguns relatos e algumas das biografias¹ de participantes da oficina: pessoas usuárias da rede de serviços socioassistenciais, estudantes da Fapcom e assistentes sociais.

- “Gostei é da coragem que estou tendo para escrever. Fazia tempo que não escrevia nada. Quero continuar escrevendo e cada vez com mais qualidade.” – José Sávio Coelho
- “Quero voltar a produzir, criar e apresentar, atuar diretamente na defesa dos direitos humanos e mostrar a realidade das ruas.” – Cleofas Borges
- “Planejo continuar os estudos. Não parar!” – Marco Eduardo
- “Obtive um olhar crítico para os meios de comunicação. Como assistente social, notei que a autoestima dos conviventes que acompanho está muito boa.” – Jamille Lopes Silva
- “Apreendi muita coisa importante. Estou sentindo que muitas coisas estão mudando em mim.” – Altemar Barboza

- “Os encontros ofereceram experiências inéditas, pois não tinha a menor noção sobre comunicação.” – Fábio do Nascimento
- “O que mais gostei foi a possibilidade de fluir, me expressar com criatividade, sem medo, vergonha ou cobranças impossíveis. Conquistei autonomia, autoafirmação e confiança em mim e na vida.” – Antonio Dias
- “O conteúdo é ótimo, leva à reflexão. Cada pessoa tem muitas qualidades e muito a ensinar. Abriu meus olhos para inúmeras questões da população de rua.” – Danilo Jesus da Silva
- “Gostei do companheirismo e da amizade no grupo. Fiquei mais comunicativo.” – Kellyson Lino Ferreira
- “Gostei da troca contagiante e do conteúdo. Me sinto mais viva e vou utilizar todo o conteúdo na minha vida pessoal e profissional.” – Neide Vita
- “Maravilhoso! Fazer novas amizades, aprimorar conhecimentos! Comecei a ter novas ideias e a me sentir mais forte.” – José França
- “Descobri que é bom ter esperança, que mudar é preciso e, no final, os sonhos acontecem. Vou buscar ainda mais conhecimento.” – Fradique Santos
- “Vou agora propagar mais as realidades dos movimentos de rua do Brasil.” – Benedito José de Deus
- “Gostei muito da criação das matérias e de fazer entrevistas.” – Das Neves
- “Possibilitou que a comunicação exercitasse plenamente seu papel de empoderamento social.” – Alberto Nascimento

*Pós-graduandos da Faculdade PAULUS de Tecnologia e Comunicação (Fapcom).

¹Os relatos e depoimentos foram mantidos na íntegra e sem revisão ou ajustes ortográficos, mantendo a fidelidade dos textos originais de seus autores.

1

MINHA BIOGRAFIA É UMA CARTA PARA MINHA QUERIDA MAMÃE

José Sávio Coelho

Em primeiro lugar, eu peço a Deus que tudo esteja a mil maravilhas e que esteja tudo bem com a senhora, minhas irmãs, meus irmãos e meus sobrinhos. O fim desta carta é dar-lhes algumas notícias e tranquilizá-la.

A senhora sabe muito bem que não adianta ficar chorando o leite derramado, pois não foi assim que foi passado para mim, minhas irmãs e meus irmãos.

Ao fazer uma comparação da minha vida com uma maratona, corrida longa de 42.195 km, hoje eu estaria no km 33. Faltam 9.195 km para completar a prova. Não levando em conta o que pode acontecer. Como aconteceu com o nosso brasileiro Vanderlei Cordeiro de Lima em 2004, na Olimpíada da Grécia. Aquele trapalhão intruso desmancha prazer entrou na sua frente e o agarrou, mas, mesmo assim, ele ganhou a medalha. Eu tenho que me preparar para isso!

Mamãe, não tenho exemplos melhores do que vocês. Só Deus e eu sabemos das dificuldades que passamos, mas faz parte da vida. Muitas foram as vezes, nos momentos difíceis que passei e passo até hoje, que procuro sempre fazer e pensar em muitas das coisas que a senhora me dizia. Só que hoje procuro colocar em prática.

Até parece que a senhora já sabia que tudo isso iria acontecer. Vou terminar desejando que Deus proteja vocês. Beijos do seu filho amado.

2

PALAVRAS DE UM SOBREVIVENTE DA RUA

José França

A vida, em todos os meus dias, surpreende, com alegria ou tristeza.

Pode até parecer loucura falar, mas foi morando na rua que comecei a dar valor à vida.

Comecei a observar o que estava ao meu redor.

Vivendo no presente foi que enxerguei o passado.

Porém, tinha tudo o que precisava, mas não sabia do que necessitava.

O meu sonho era só meu. E, nas lutas, lutava só por mim.

Era independente no país da independência!

Mas, na rua, na tristeza, não ficamos sós.

E, na alegria, dividimos com todas e todos.

Aprendi que a essência do amor e a razão das lutas é a conquista pela força de todas e todos.

Já não recebo o dia de Deus para viver, mas sim para sobreviver.

Porque na esperança lutamos e, nas conquistas, vem a vitória.

E, na vitória, a realização do nosso sonho.

NÃO SEREI O MESMO AMANHÃ

Fradique Santos

Saí do meu interior e de tudo ao redor

Não pensava ser melhor.

Talvez fingisse ser surdo,

Às vezes ficava mudo

Buscava por meio dos estudos

Algo que não fosse pior.

Nas aulas sequentes,

Vi coisas diferentes

Nada para mim anormal

Falávamos de políticas,

De outras que eram públicas

E comunicação social.

Câmeras, fotografias,

Falávamos de biografias

Do mundo bilateral.

Ao me ver sem importância,

Na minha ignorância.

Fiquei nos meus devaneios,

Nas minhas pequenas lembranças.

Mas logo fui aprendendo

Que posso ir muito além.

Ainda estou a quem

Repetindo o ditado

Que dizia minha mãe.

Acertando ou errando,

Sempre buscando o saber.

Nem que os anos passem,

Sempre terei o que dizer.

3



APRENDIZADOS

Experiências pessoais e profissionais aliadas à aquisição de conhecimentos técnicos

*Por Kamila Marina Bazzo**

Sou uma funcionária do Sistema Único de Assistência Social (Suas) em constante aprendizado. Não canso de posicionar-me dessa forma, como um sujeito sempre em formação, sempre em busca de conhecimento.

Passei a refletir sobre esse posicionamento a partir das experiências profissionais que vivenciei. O início dessa jornada ocorreu com o estágio de Psicologia em que realizei no CAPS Infanto-Juvenil e, posteriormente, ao assumir o cargo de educadora social no Centro de Convivência Santo Antônio, na cidade de Caxias do Sul (RS). Ambas as experiências foram – e são – desafiadoras por si só.

No CAPS Infanto-Juvenil, tive a primeira experiência de trabalhar com a população do Sistema Único de Saúde (SUS) e de acompanhar os usuários com transtornos mentais graves e/ou persistentes. Gostei do desafio e queria mais. Ao vencer o período máximo de realização do estágio extracurricular, precisei buscar uma nova experiência. Após dois meses, fui indicada ao cargo de educadora social. Meus olhos brilharam e meu coração acelerou. Eu já tinha experimentado algo parecido, acreditava que era a chance de dar continuidade ao meu trabalho na área social e, com um pouco de receio e muito entusiasmo, comecei a trabalhar no Centro de Convivência.

Fui de um serviço de alta complexidade do SUS para um serviço de baixa complexidade do Suas. Apesar disso, algumas

semelhanças entre eles são notórias, visto que ambos visam ao atendimento a crianças e adolescentes. O primeiro, de 0 a 17 anos e 11 meses, e o segundo de 6 anos a 15 anos e 11 meses.

Ao analisar esses três anos – pouco em tempo, mas muito rico em aprendizados –, pude destacar algumas reflexões que essas experiências profissionais me proporcionaram, em especial trabalhando no Terceiro Setor. A primeira delas é que é preciso ter informações técnicas para se realizar um trabalho de qualidade. Não basta apenas ter boa vontade e/ou o cargo profissional; é necessário compreender o funcionamento burocrático no qual a proteção básica está inserida. O conhecimento da teoria e a aplicabilidade do Suas, bem como o entendimento da legislação que regulamenta os trabalhos das organizações da sociedade civil são de extrema importância quando o objetivo é realizar um trabalho de qualidade. Para que isso seja efetivamente alcançado, é preciso que sejam oferecidas palestras e cursos de capacitações sobre o tema aos trabalhadores dos Suas, assim como também é necessário fugir do comodismo e aproximar-se da busca pelo entendimento, pressionar os órgãos públicos e mostrar que temos vontade de melhorar nossos serviços, deixando claro que sede de conhecimento teórico.

Em abril de 2016, tive o privilégio de participar do Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica (FIFE 2016), em Fortaleza (CE), promovido pela Rede Filantropia, que tinha

*Estudante de Psicologia na Universidade de Caxias do Sul e educadora social do Centro de Convivência Santo Antônio – Mão Amiga, em Caxias do Sul (RS)

O conhecimento da teoria e a aplicabilidade do Suas, bem como o entendimento da legislação que regulamenta os trabalhos das organizações da sociedade civil são de extrema importância quando o objetivo é realizar um trabalho de qualidade

como meta reunir atores do Terceiro Setor para discutir temas diversos da gestão, como comunicação, captação de recursos, contabilidade, voluntariado, legislação, tecnologia, entre outros, por meio de palestras, debates e sessões de consultoria coletiva. Acredito que eventos como esses são muito importantes, pois oferecem suporte técnico aos questionamentos em relação às burocracias enfrentadas diariamente nas entidades.

Como trabalhadora do Terceiro Setor, sedenta por novos conhecimentos, minha experiência no FIFE foi bastante produtiva. Além de absorver tudo o que pude em relação à legislação e, principalmente, à Lei n.º 13.019, tive a oportunidade de trocar vivências com diversos profissionais de todo o Brasil e perceber como as outras OSCs estão se adaptando em relação ao novo Marco Regulatório. Considero-me privilegiada por ter participado do evento e levarei à minha cidade os conhecimentos adquiridos, atuando como uma agente multiplicadora.

A segunda reflexão que minha experiência como trabalhadora do Suas proporcionou-me foi a do *não julgamento*. É necessário estarmos com a “cabeça vazia”, como mencionado por Wellington Nogueira na palestra de abertura do FIFE 2016, para que possamos enxergar os usuários de nossos serviços não apenas como usuários, mas como sujeitos dotados de subjetividade, com experiências de vida diversas, na sua forma como um todo. É essa situação que precisamos colocar em prática um sentimento nobre e extremamente necessário ao nosso trabalho: a empatia – a capacidade de colocar-se no lugar do outro e a tentativa de enxergar o mundo do outro através de seu olhar. É preciso ter sempre o olhar empático, em que, antes de julgar, busque-se compreender os motivos pelo qual o sujeito tomou ou não aquela decisão. A empatia possibilita que você pare e reflita antes de pré-conceituar algo ou alguém, e faz com que você leve em consideração a trajetória de vida pela qual a pessoa passou. Ver o sujeito que atendemos por meio de sua subjetividade é proporcionar um atendimento ético e humano.

Entretanto, é inevitável levar em consideração os conhecimentos que o curso de Psicologia me proporcionou para o trabalho como educadora social. Portanto, a terceira reflexão envolve dois temas: a Psicologia e as minhas vivências profissionais na atuação no Terceiro Setor.

Já é sabido que as relações familiares influenciam o comportamento da criança e do adolescente, porém é necessário dar mais ênfase neste aspecto. Vejo profissionais que, no discurso, sabem

dessa influência, mas se esquecem disso na prática e trabalham apenas com a criança/jovem em uma visão reducionista da situação, esquecendo-se de envolver o laço social primordial: a família.

De acordo com o psicanalista britânico John Bowlby¹, existe um tipo de vínculo chamado apego, no qual o senso de segurança está estreitamente ligado a uma figura de apego. A segurança e o conforto que essa figura representa permitem que a pessoa use-o como uma “base segura” e, a partir disso, possa explorar o resto do mundo. No relacionamento entre pais-filhos, Bowlby assinalou que existe o apego-cuidado como forma de vínculo social. Portanto, na infância, os processos de vinculação com os familiares são de extrema importância para o estabelecimento de um apego seguro ou inseguro.

Uma criança que não tenha uma referência ou uma figura de apego se sentirá insegura para explorar o mundo, para estabelecer novos vínculos e encontrará dificuldade para convivência. É sobre este ponto que quero refletir.

Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) criam situações desafiadoras, estimulam as crianças e adolescentes na (re)construção de suas histórias e vivências. De modo geral, promovem o fortalecimento de vínculos e a convivência social, comunitária e familiar. É um espaço de proteção básica, no qual os trabalhadores podem identificar casos em que a criança ou o jovem não tem uma figura de apego, e fortalecer a relação familiar, a fim de que se estabeleça um vínculo de apego e promova uma base segura para o desenvolvimento psíquico e social do indivíduo em questão. Como alternativa, os SCFV podem oferecer uma “prótese” para o apego, como uma tentativa de substituir a falta de base segura que deveria vir de casa, mas em alguns casos não vem. Muitas vezes, os educadores sociais servem como figura de referência e forma-se um vínculo estruturante, podendo surgir daí a base segura para o enfrentamento das adversidades da vida. Eu mesma já vivenciei situações nas quais, claramente, servi como figura de referência a algumas crianças, e é isso que faz a função de educadora social ter tanta importância para mim.

Contudo, minha experiência possibilitou-me refletir sobre esses três aspectos: a necessidade de conhecimento técnico sobre o Terceiro Setor, o não-julgamento das pessoas com quem trabalho e a importância de estimular o vínculo familiar como meio de fornecer uma base segura para a criança e/ou o adolescente. Acredito que estes são grandes desafios que teremos que enfrentar. Apesar disso, sei que com uma dose extra de dedicação e amor à causa essa jornada se tornará mais leve e, como sempre, gratificante. 📖

¹BOWLBY, J. *Formação e rompimento dos laços afetivos*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Trabalho original publicado em 1979)



MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE RESULTADOS CONTÁBEIS

*Por Sandra Iuri Ayabe e Vânia Boccardo Moreno**

A Contabilidade é uma ferramenta indispensável para os gestores traduzirem em números todas as atividades executadas pelas organizações do Terceiro Setor. A seguir, serão apresentados alguns procedimentos que devem ser observados pelos gestores, que não necessitam profundos conhecimentos contábeis, mas que precisam conseguir examinar o resultado contábil e entender se o que foi contabilizado no projeto está correto, e, ainda, analisar se falta entregar ou gastar o recurso irrestrito.

Tendo essa percepção, qualquer prestação de contas ou declaração que venha a ser criada, os gestores terão condições de avaliar a veracidade contábeis e questionar o profissional de Contabilidade, quando necessário.

1º PASSO: CONTRATAÇÃO DE CONTADOR ESPECIALIZADO

Quando há a contratação de uma contabilidade externa, deve-se solicitar a proposta da oferta de serviços ao profissional de Contabilidade, contendo todos os detalhes de especificação, bem como o valor dos honorários, as condições de pagamento, o prazo de duração da prestação de serviços e outros elementos inerentes ao contrato. Essa proposta, quando aceita, pode ser transformada em contrato de prestação de serviços. O contrato tem a finalidade de comprovar os limites e a extensão da responsabilidade técnica, permitindo a segurança das partes e o desempenho regular das obrigações assumidas. É importante que o profissional de Contabilidade seja especializado em Terceiro Setor, tendo em vista as particularidades desse segmento.

*Concluintes do curso de extensão Imersão em Gestão de Entidades Sociais na Faculdade PAULUS de Tecnologia e Comunicação (Fapcom).

2º PASSO: ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CONTAS

A entidade e o contador devem estruturar o plano de contas juntos, de acordo com as necessidades da organização e de modo a evidenciar as contas o mais detalhadamente possível. É por meio desse plano que serão gerados os relatórios e livros contábeis. Um plano de contas mal estruturado não demonstrará resultados contábeis adequados às necessidades da entidade.

3º PASSO: CALENDÁRIO E DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cabe à entidade e ao contador estabelecer um calendário anual de fechamentos mensais, para geração das informações contábeis e financeiras, inclusive identificando as responsabilidades de ambas as partes. No caso, a entidade deve se preocupar mensalmente em:

- enviar os documentos para a Contabilidade no prazo determinado, entre eles: documentos fiscais, comprovantes de pagamento, recibos de doação, extratos bancários, contratos, convênios, relatório de trabalho voluntário etc.;
- identificar claramente as transações em cada um dos documentos para a correta classificação contábil;
- identificar a que projeto se refere cada documento, de forma segregada, para que o lançamento contábil se dê no centro de custos correto, obedecendo à segregação dos registros por atividade e/ou projeto – uma sugestão é utilizar um carimbo para identificar cada documento.

E o contador deve comprometer-se a:

- observar os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- entregar balancetes mensais no prazo determinado, bem como as demais demonstrações contábeis para que a contabilidade seja utilizada como uma ferramenta de gestão, como controle de atividades e desempenho da entidade. A prestação de contas deve estar espelhada no resultado contábil e não no controle financeiro da entidade. Assim, é imprescindível que os balancetes sejam apresentados mensalmente à entidade.

Cabe à entidade e ao contador estabelecer um calendário anual de fechamentos mensais, para geração das informações contábeis e financeiras, inclusive identificando as responsabilidades de ambas as partes

Para acompanhamento mensal, a organização social deve estabelecer reuniões para analisar as conciliações bancárias com o departamento de prestação de contas, o resultado contábil e a comparação do orçado com o realizado. O contador deve estar presente em algumas reuniões durante o ano para apresentar os resultados contábeis e as eventuais divergências, que serão avaliados, discutidos e, algumas vezes, revisados em função de alterações operacionais e estratégicas, visando à melhoria contínua dos processos e ao aprimoramento da sustentabilidade econômico-financeira da entidade.

4º PASSO: O QUE OS GESTORES DEVEM ANALISAR?

Ao receber o balancete mensal, os gestores devem conciliar o resultado financeiro com o resultado contábil por meio do Balancete de Verificação, lembrando que, independentemente dos diversos controles em planilhas ou outros que a entidade possua, elas sempre devem ser iguais ao que consta na contabilidade.

O contador deve estabelecer uma data para a entrega de todas as Demonstrações Contábeis do período encerrado para a organização, que deverá providenciar a publicação do seu Relatório de Atividades, bem como os resultados contábeis.

Recentemente, as isenções fiscais concedidas às Organizações da Sociedade Civil passaram a ser alvo de discussão devido à necessidade do governo aumentar a arrecadação. Contudo, independentemente dessa discussão chegar ao fim, as entidades devem continuar prestando contas de suas atividades de modo transparente para a sociedade, bem como para continuarem sendo agraciadas pelo Cebas, ou mesmo para celebrar termos de colaboração e de fomento com órgãos públicos. 📌

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm> Acesso em: 10 set. 2016.
- BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 15 out. 2016.
- BRASIL. *Resolução CFC nº 750/93*. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=1993/000750> Acesso em: 11 set. 2016.
- BRASIL. *Interpretação Técnica Geral 2002. Entidades sem Finalidade de Lucros*. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2015/ITG2002\(R1\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2015/ITG2002(R1))>. Acesso em: 20 set. 2016.
- BRASIL. *Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12101.htm>. Acesso em: 12 set. 2016.
- BRASIL. *Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm>. Acesso em: 12 set. 2016.
- BULGARIM, M.C.C. et al. *Manual de Procedimentos aplicáveis à Prestação de Contas das Entidades do Terceiro Setor (Fundações)*. 2 ed. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2012. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/miolo_terceiro_setor_2012_web.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.
- GRAZZIOLI, A. et al. *Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor*. Brasília: CFC/FBC/Profis, 2015. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo_MTS_web.pdf>. Acesso em: 13 set. 2016.
- RODRIGUES, A.O. et al. *Contabilidade do 3º Setor*. 4. ed. São Paulo: IOB SAGE, 2015.
- TOZZI, J.A. *SOS da OSC: guia de gestão para organizações do Terceiro Setor*. São Paulo: Gente, 2015.



A CONVIVÊNCIA NOS TEMPOS DA FANPAGE

*Por Aurimar Pacheco Ferreira**

*Mestre em Serviço Social; coordenador do Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social (NPPFDS); e professor do Núcleo Comum na Faculdade PAULUS de Tecnologia e Comunicação (Fapcom).

Nosso futuro parece confirmar o que os diretores de cinema previram há tempos: será um período sombrio, hostil e distópico. Como Nostradamus contemporâneo, a maioria dos cineastas, ao abordarem nosso devir, sempre invocaram uma terra arrasada, almas estereis e, confirmando os armagedons da história, muitas explosões, falta de água, mortos-vivos... enfim, choro e ranger de dentes.

Sempre pensei no juízo final como um grande espetáculo cinematográfico: um cenário composto por querubins, cavalos brancos e alazões impecáveis, entre os clarões e ressuscitamentos em profusão, tudo ao som de clarins estonteantes, no exercício de barrocas notas musicais.

Nesse momento de construção de nosso futuro, século XXI, ano de 2017, já somos assaltados pela tecnologia que, a princípio, tornaria tudo mais leve, veloz, *clean*. Uma rede de dados em fibra ótica e alguns hologramas poderiam suprir tamanha movimentação física. Em um *backup* celestial de ectoplasmas cintilantes, seria suscitada uma experiência de neonecromancia, resultando avatares de amostra para os zil bilhões de mortos e vivos a serem logados, catalogados e julgados. A apuração seria mais rápida do que das eleições para a Prefeitura de Curitiba (PR). Um prodígio. Certamente mais uma social solução do Altíssimo.

Um Oscar seria pouco para esse momento de inédita sofisticação pela direção de arte, roteiro adaptado e montagem. Sem falar na direção geral, nesse caso, *hors concours*.

Mas eis que essa dita tecnologia ainda nos reserva trechos excruciantes desse roteiro, ainda em vida, sem película. Temos à moda da tecnologia um prenúncio de convivência aperreada, combatida e submetida aos dispositivos em voga. Cada caixinha de metal com seus desígnios e poderes permeando as decisões, os bons-dias, as relações de nossa espécie, agora governada pelo algoritmo inventado na sua essência pelos persas. Celulares, smartphones, ultrabooks, PDAs etc., como gerenciadores, intermediadores inteligentes de nossa organização social.

O ato de conviver, mais uma vez na história da humanidade, parece que será modificado radicalmente. Se já o fizemos por grunhidos, inscrições rupestres, narrativas verbais articuladas, tipos e prensa móvel, artes plásticas, imagéticas e sonorização moderna, agora teremos como mediadores de nossas vontades e sorrisos uma versão quase intangível no seu jeito de se expressar. Quando nos dermos conta, o estrago já estará feito.

Convivência nos exigirá novas tensões em agradar, provar aceitação, simpatia e utilidade mútua. Segundo se pressagia, será nosso mais aproximado futuro. Seremos – ou já somos, ou ainda estamos em adiantado estado de assim estarmos –, governados por uma maioria sem rosto, sem eleição, sem lógica coletiva, produzida pelas milhões de máquinas instantâneas de aprovação ou não de nossas atitudes. Será o momento que os cultos da sociologia agora chamam de “mundo da pós-verdade”.

O ato de conviver, mais uma vez na história da humanidade, parece que será modificado radicalmente. Se já o fizemos por inscrições rupestres, narrativas verbais articuladas, artes plásticas, imagéticas e sonorização moderna, agora teremos como mediadores de nossas vontades uma versão quase intangível no seu jeito de se expressar

O mais poderoso dos governantes, ainda que rei, prefeito ou primeiro ministro, será governado por uma forma inescrutável de vontades manifestadas pela não menos prosaica e remota forma de voto: os *likes*.

Já se vê que o modelo antropocêntrico de análise da sociedade começa a perder peso, fôlego e consistência. Não mais será o homem (aqui entendido pelo sentido de ser humano) que será a medida de todas as coisas, mas o atributo de uma forma quântica, coloidal, líquida e transbordante que dará as cartas na vida de qualquer um de nós.

Como anunciante e sistematizadora dessa versão, as séries de televisão a cabo saem do romance moderno e do “eu te amo” ao por do sol, para vigorosamente instituir o “te aceito, se me aceites” virtual. Uma anomalia da modernidade que pode ser nossa salvação na pós-verdade. O céu está sob suspeita na sua forma de paraíso eterno.

A democracia nessa conversa nos distanciará mais ainda dos gregos, porque, segundo essa cartilha, esta estará em derrocada em espiral e a formatação de Estado, sob qualquer análise histórica sucumbirá no buraco de silício mais próximo do servidor-mór.

Se for verdade que queríamos encontrar um rumo alternativo na convivência em sociedade, já começamos a produzir o novo caos para as novas mitologias, os novos fótons das máquinas que nós mesmos propomos para nos facilitar falar a distância e seremos tragados pelo arbítrio que não ousa ainda dizer seu nome completo.

Bem, como sabemos também, dessas filigranas históricas já sonhamos com o fim do mundo no ano 2000 (minha geração), com o fim dos tempos com o calendário Maia em 2012 (geração X), a invasão dos ETs (vide Roswell), *bug* do milênio, *hackers* perversos e outras bruxarias cibernéticas. Sobrevivemos a todas.

Quem viver verá essa novidade a caminho, e teremos a nosso favor aquele arpejo eficaz de sempre, aquele *déjà vu* estranhoso, aquela sensação inenarrável de ser humano diante do precipício, da flor de lótus ou de um vulcão em erupção.

Nossas garantias são as de sempre e a perfeição de nossos defeitos há de queimar as sementes do mal e o amor será eterno novamente, no triunfo da poesia de Nelson Cavaquinho. Mas não se esqueça daquele *like* para o texto. Só por garantia de nossa convivência agora. 🍷

AUMENTE SEUS RESULTADOS COM NOVAS IDEIAS PARA SUA ORGANIZAÇÃO!



3 HORAS DE
CONSULTORIA EM
NEGÓCIOS, MARKETING
E COMUNICAÇÃO:

50%
DE DESCONTO
PARA AFILIADOS AO FILANTROPIA



Aprenda as melhores
formas de captar recursos.



Explore o potencial da sua causa
e crie produtos e serviços para
aumentar seu faturamento.



Saiba se comunicar com
empresas para obter
investimentos.



Mobilize equipe e voluntários
comprometidos com o resultado
de sua organização.

Quer saber mais informações?

(41) 3040-8316
agencia@nossacausa.com
agencia.nossacausa.com
fb.com/nossacausa





CINQUENTA ANOS DE DEDICAÇÃO AO TERCEIRO SETOR

Contador e advogado Sergio Monello completa 50 anos de carreira e traça um panorama da área social

Por Luciano Guimarães

Ao ensinar gestores de organizações sociais como tornar suas entidades mais “empresariais”, o contador e advogado Sergio Roberto Monello chega aos 50 anos de atividade plenamente consciente de que fez o possível para desenvolver um modelo administrativo e jurídico totalmente diferente do tratamento que normalmente era aplicado no Brasil.

Em 50 anos de trabalho no Terceiro Setor, especialmente no segmento religioso, Monello dedicou-se, segundo ele, a transmitir conhecimentos, sua vivência de fé e os conhecimentos da profissão, “partilhando-os com meus educandos, com as pessoas que comigo trabalharam e trabalham, enfim, formando as pessoas para a vivência comunitária”.

Nesta entrevista à **Revista Filantropia**, Monello conta como ajudou a transformar a gestão de organizações sociais e faz uma breve análise sobre o atual momento do Terceiro Setor brasileiro.

Revista Filantropia: Ao completar 50 anos de carreira, que balanço faz de sua atuação para o desenvolvimento do Terceiro Setor?

Sergio Roberto Monello: Faz 50 anos que iniciei minhas atividades como profissional da contabilidade, e 40 anos como advogado. Neste tempo, organizei a contabilidade de inúmeras entidades beneficentes de assistência social. Por meio de cursos ministrados para essas entidades, procurei demonstrar o valor da contabilidade e da administração para a boa gestão econômica, financeira e patrimonial.

Concomitantemente, como advogado e professor, despertei o interesse dessas instituições para a organização jurídica. Enfim, foi um papel muito importante, nacionalmente, para a valorização do Terceiro Setor, anteriormente conhecido como setor filantrópico, setor das entidades sem fins lucrativos, setor das entidades beneficentes etc.

RF: De lá para cá, quais foram as principais mudanças ocorridas na gestão das organizações sociais?

SRM: A gestão das organizações sociais passou a ser muito mais profissional, uma vez que se passou a olhar para elas como se fossem empresas.

RF: A partir desta análise, quais heranças (positivas e negativas) os gestores mais antigos deixaram para aqueles que os sucederam?

SRM: As positivas são que essas entidades passaram a gerir suas atividades por meio de planejamento estratégico, organizando planos de ação de atividades, com projetos bem estruturados, em conformidade com sua capacidade econômica e financeira. Assim, em muitas entidades, os gestores deixaram para aqueles que os sucederam organizações sociais organizadas, com estabilidade e organização financeira calcadas em orçamentos bem elaborados, planejados e estruturados.

Do lado negativo, creio que a falta de organização e planejamento desestruturou a vida de muitas entidades sem fins lucrativos. Más administrações e gestões das atividades levaram uma série de entidades a encerrar suas atividades.

RF: Por que escolheu atuar com o Terceiro Setor e se envolver, em especial, com entidades religiosas como a Conferência dos Religiosos do Brasil, os salesianos e a Arquidiocese de São Paulo?

SRM: Os religiosos sempre procuraram manter suas entidades bem dirigidas e organizadas. Tanto os dirigentes da Conferência dos Religiosos do Brasil, dos Salesianos de Dom Bosco e da Arquidiocese de São Paulo sempre tiveram a preocupação com a boa gestão de seus negócios. Todos os princípios administrativos são disciplinados pelo Código de Direito Canônico (CDC) e pela Carta Circular com Orientações para a Gestão dos Bens nos Institutos de Vida Consagrada e nas Sociedades de Vida Apostólica, emitida pela Congregação para essas entidades.

RF: Faça um resumo de sua trajetória profissional. O que tirou de mais positivo de cada momento de sua carreira e que hoje consegue transmitir para os mais jovens?

SRM: Minha vida profissional se fundamentou no exercício de três profissões: advogado, contabilista e professor. Entretanto, faço parte da Família Salesiana, como salesiano cooperador. O salesiano cooperador é cristão/católico, leigo, comprometido a viver intensamente a vocação salesiana ao lado dos jovens, ou seja, estar com os jovens em sua promoção e formação cristã, e, consequentemente, na conquista de sua cidadania.

Portanto, minha vida foi sempre dedicada à formação de jovens e adultos. Assim, pude ajudar a conscientizar muitos jovens sobre

alguns aspectos fundamentais: Deus – centro de vida de todas as pessoas, mesmo aquelas que nele não acreditam; Valor da Vida – um dom precioso que Deus nos concedeu; Família – “*cellula mater* da sociedade”, que se constitui no fundamento e na essência de uma sociedade efetivamente organizada; Profissão – elemento de liberdade e de valorização da pessoa humana; e Emprego – patrimônio de todos aqueles que trabalham.

Assim, minha vida foi transmitir meus conhecimentos, minha vivência de fé e vivência dos conhecimentos de minha profissão, partilhando-os com meus educandos, com as pessoas que comigo trabalharam e trabalham, enfim, formando as pessoas para a vivência comunitária.

RF: Que análise faz do atual momento vivido pelo Terceiro Setor brasileiro, em termos de gestão, transparência e atuação?

SRM: Posso afirmar que este momento é importantíssimo para o Terceiro Setor. A própria sociedade, conscientizada de seus valores, exige gestão eficaz, transparente e com atitudes claras, precisas na gestão e na atuação do desse setor no país.

RF: Como o senhor tem percebido o impacto da crise financeira no caixa das organizações sociais, inclusive com a diminuição do volume de doações?

SRM: A crise atual, por total incompetência dos gestores do Estado, atinge a sociedade como um todo. O impacto da crise financeira aumentou a miséria em nosso país e, consequentemente, passou a exigir das organizações sociais mais empenho no atendimento de suas finalidades institucionais. As entidades passaram a ter menos recursos para o atendimento de seus projetos assistenciais e o Estado, não cumprindo com sua missão participativa, enfraqueceu-as, desestimulando a sociedade a colaborar com recursos para essas instituições.

É realmente um estado de calamidade pública pelo qual passam as organizações sociais, visto que a incompetência dos gestores públicos levou a tal situação. As organizações sociais e seus gestores fazem o que podem para que o sofrimento que atormenta as pessoas mais pobres e carentes não seja ainda mais agravado.

RF: O que recomenda para os jovens gestores terem sucesso na administração das organizações sociais e que sugestão dá a eles para evitar erros geralmente cometidos por principiantes?

SRM: Os jovens gestores devem trabalhar sob diretrizes administrativas fixadas pelas organizações sociais, com base em estudos de sua realidade econômica e financeira, com planejamento estratégico bem elaborado, observando e cumprindo rigorosamente seus orçamentos. 📊

DIGA-ME COM QUEM FALAS QUE TE DIREI... O RESTO

Dicas para identificar e mapear seus *stakeholders*

Por Janine Saponara

Ao aceitar o convite para assinar esta coluna aqui na **Revista Filantropia**, topei, na verdade, um desafio: criar um espaço de troca de informações sobre ferramentas de comunicação.

Na edição nº 77, mencionei que toda organização, independentemente de porte, área de atuação, causa defendida ou estrutura de comunicação, precisa ter uma caixa de ferramentas de comunicação que possa ser acessada com facilidade por qualquer profissional. É sobre isso que vamos falar neste espaço. Mande suas questões, conte sua história, faça perguntas¹. A troca pressupõe sempre dois lados: o meu e o de vocês. Por isso, começaremos falando sobre *stakeholders* – públicos de relacionamento.

COM QUEM ESTOU FALANDO?

Muitas vezes, até hoje, 18 anos depois de ter iniciado meu trabalho especializado em comunicação para organizações não governamentais (ONGs), surpreendo-me com o fato de organizações grandes, estruturadas e até bem-sucedidas – economicamente e em termos de reconhecimento de marca – não saberem quem são seus públicos prioritários. Secundários? Esqueça!

Mas para evitar surpresas desagradáveis, jogar dinheiro fora, eventos vazios e e-mails marketing deletados sem abrir, vamos entender por que é tão importante mapear os seus *stakeholders*.

- **O que é *stakeholder*?** é toda e qualquer categoria de público com a qual a sua organização se relaciona para existir, independentemente se esse público garante a sobrevivência de sua organização ou não. Em outras palavras: todo mundo!
- **O que é mapeamento?** é o exercício de identificar, localizar, colocar no radar. Se na sua trajetória você passará por aquele público e quando, não se sabe ao certo, mas é importante você saber que ele existe, ou seja, ele precisa estar no seu mapa.

O mapeamento muda? Muda. Ele pode variar de acordo com o momento da sua organização. Por exemplo: ao começar um novo

projeto com idosos doentes, você terá de incluir no mapa: idosos, familiares de idosos, médicos geriatras, associações de *advocacy* da terceira idade etc.

- **Como fazer um mapeamento?** Minha sugestão é que ele seja feito coletivamente na sua organização.

Passo 1: um profissional (que pode ser de comunicação) organiza uma oficina para o mapeamento de *stakeholders*:

- primeiramente, convida os demais colegas, aqueles que representam todos os setores da ONG;
- em seguida, ele passa uma tarefa preparatória: cada um deve pensar as categorias de público com os quais se relaciona mais frequentemente. Exemplo: departamento administrativo – bancos, fornecedores de materiais etc.

Passo 2: no dia da oficina, é importante contar com a presença de, pelo menos, 90% dos convidados:

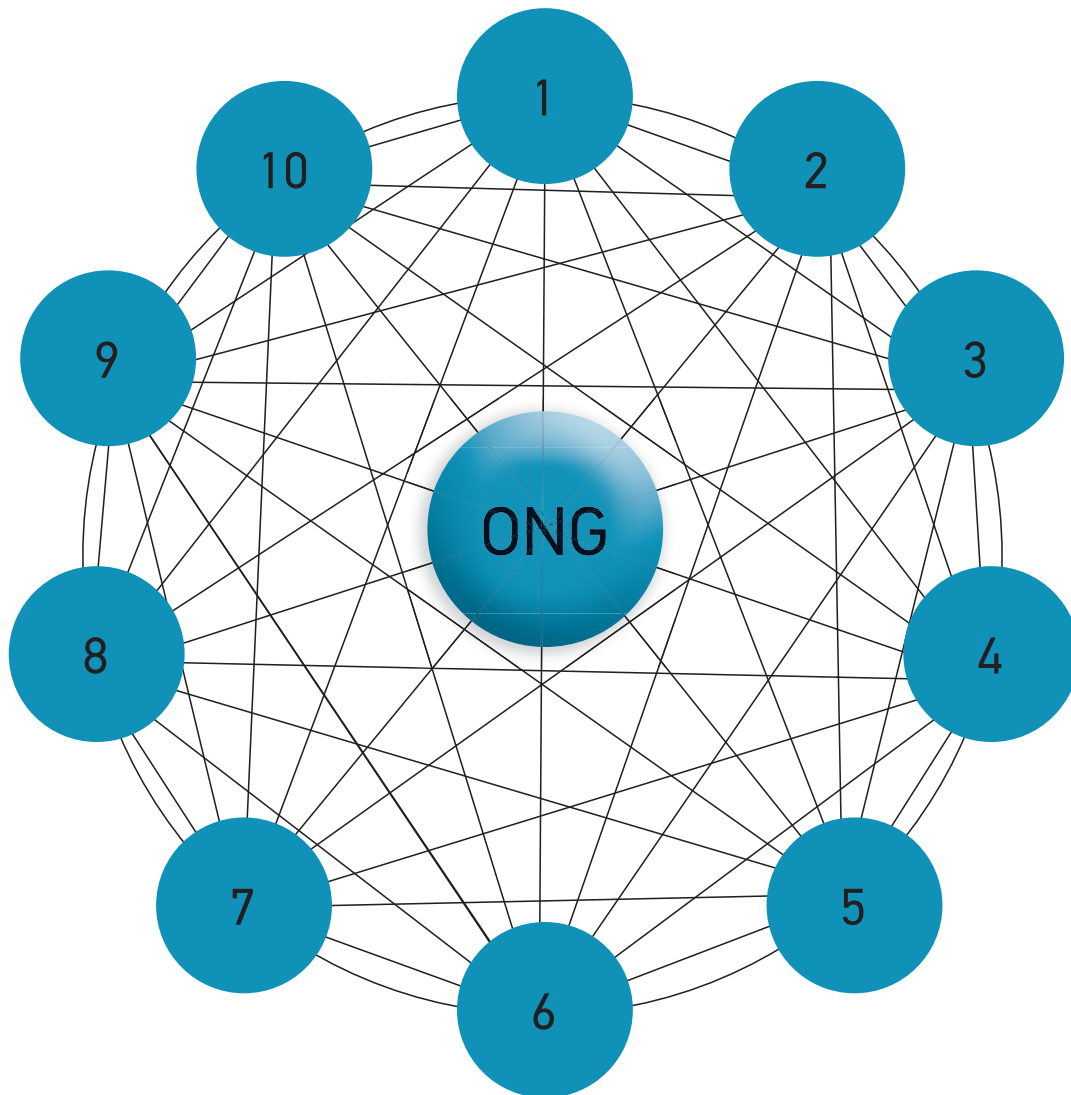
- deve-se ter alguém para facilitar a reunião, que comece coletando as tarefas prévias, organizando-as e propondo novas contribuições;
- o objetivo é chegar a, pelo menos, dez categorias de públicos.
- Exemplo: beneficiados, familiares, clientes, fornecedores, poder público municipal, poder público estadual, sociedade civil, colaboradores, doadores e ongs “concorrentes”.

Importante: no mapa, inicia-se com as categorias, e não com os nomes. Por exemplo: concorrentes são as ongs que captam recursos dos mesmos doadores, e não a ONG x ou y; o preenchimento de cada categoria se dará em um segundo momento.

Passo 3: priorização das categorias para o relacionamento da ONG:

- se possível, nessa mesma oficina, o grupo já poderá eleger quais são os públicos prioritários para o relacionamento

¹Para enviar perguntas, histórias ou comentários, escreva para imprensa@filantropia.org.



Exemplo de mapa de *stakeholders*

da organização, isto é, aquelas categorias sem as quais a ONG não existiria. Por exemplo: colaboradores (público interno, funcionários), beneficiários (para algumas ONGs, os familiares dos beneficiários não são prioritários, mas para outras, sim), doadores (para algumas são, já para outras, que vivem de vendas de produtos e têm as doações são complemento de renda, os doadores não são essenciais) etc. Feita essa priorização, está terminado o mapeamento;

- no próximo passo, a pessoa responsável pela oficina fica responsável por organizar/resumir o material e compartilhá-lo com os demais participantes;

- para uma próxima reunião/oficina, o grupo terá de levar sua sugestão de como falar com cada público que é mais ligado à sua área. Por exemplo: quem presta atendimento direto aos beneficiários pode alegar que o mural na porta das salas ou da entidade é a melhor forma; também se pode observar que as pessoas usam muito o celular e que o SMS ou talvez um aplicativo seja uma ótima alternativa.

Na próxima edição falaremos sobre os canais de comunicação com cada público, afinal, de que adianta saber *quem* são, mas não saber *como* chegar até eles, não é mesmo?

Até a próxima, e continuem mapeando...📌



◀ **JOÃO PAULO VERGUEIRO** é administrador, diretor executivo da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR) e professor de Responsabilidade Social Corporativa na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap).



OS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E A CAPTAÇÃO

O sucesso da captação de recursos de qualquer organização está diretamente ligado à sua governança: quanto mais bem estruturada for a organização da sociedade civil, maior será sua capacidade de relacionar-se com a comunidade e de conquistar e manter o relacionamento com seus doadores.

A governança nas organizações da sociedade civil é um tema ainda pouco debatido e estudado, mas nem por isso deixa de ser um assunto importante. Este, inclusive, foi o foco da minha coluna na edição nº 75 da **Revista Filantropia**.¹

De acordo com o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), governança é compreendida como o “sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo o relacionamento entre Conselho, equipe executiva e demais órgãos de controle”.

Felizmente, o assunto tem avançado bastante nos últimos tempos, e duas publicações lançadas recentemente ajudaram nisso: o *Guia das Melhores Práticas para Organizações do Terceiro Setor: Fundações e Associações*,² do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBCC), e os *Indicadores Gife de Governança*,³ do Gife.

O guia do IBCC é o primeiro documento exclusivamente voltado para o nosso setor, para todas as nossas organizações (o anterior era apenas para fundações e institutos corporativos), e é uma referência obrigatória a partir de agora. Todo associado, conselheiro ou diretor de ONG deve baixá-lo e estudar como implementar uma boa estrutura de governança em sua organização a partir do que lá está apresentado.

Já os *Indicadores Gife de Governança* são um instrumento poderoso para organizações que já existem há vários anos, têm estrutura e governança definidas, mas que querem avaliar seu grau de desenvolvimento e ter uma boa base para aprimorar.

Ambos os instrumentos têm a mesma base comum e, por isso, são complementares, e não excludentes. Nos dois, o papel do Conselho de Administração (também conhecido como Deliberativo ou, ainda, Gestor) é reforçado, e é esse o tema que vou desenvolver nas próximas linhas e que dá título a este artigo.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO COMO PARTE DA GOVERNANÇA

Segundo o *Guia das Melhores Práticas para Organizações do Terceiro Setor: Fundações e Associações*, do IBCC, é recomendável como boa prática de governança que todas as associações civis sem fins lucrativos tenham um Conselho de Administração em sua estrutura organizacional. Mais do que recomendável, é fundamental.

Conselho de Administração (CA) é diferente de Conselho Fiscal (CF) ou de Conselho Consultivo (CC), e é um órgão

É recomendável como boa prática de governança que todas as associações civis sem fins lucrativos tenham um Conselho de administração em sua estrutura organizacional

colegiado que absorverá as atribuições que não são exclusivas das assembleias gerais – e os membros do Conselho são, inclusive, indicados por elas.

É importante se constituir um CA para garantir uma instância de deliberação interna que não dependa da assembleia, permitindo às organizações terem agilidade na tomada de decisões estratégicas.

Do ponto de vista de estrutura de governança, o Conselho de Administração é o principal elemento, “na medida em que deve funcionar como um forte elo entre a missão e a gestão, orientando e supervisionando a relação desta com as demais partes interessadas”.⁴ E é a existência de um CA que permite separar duas instâncias internas importantes – a de “governo” e a da execução.

Essas duas instâncias se confundem em muitas organizações no Brasil, estando ambas, em geral, reunidas na figura de uma Diretoria – que até costuma ser não-remunerada, mas acumula também as funções executivas.

Para um modelo de governança ideal, deve existir um Conselho de Administração, que define as estratégias da organização e que contrata o diretor-executivo (ou secretário geral), que ficará responsável por implementar essas estratégias e garantir os resultados esperados pela organização.

Para a efetividade da captação de recursos, a existência de um CA também é essencial. É o Conselho que deliberará pelas estratégias de captação da organização, que aprovará o orçamento de captação de recursos, e que definirá quais serão as prioridades na área.

Quando estudamos captação, até a composição dos Conselhos de Administração é pensada dentro da lógica da mobilização de recursos, e todos os conselheiros terão papel importante em promover a sustentabilidade financeira das suas organizações.

Esse, porém, será o tema para nosso próximo artigo sobre governança e captação de recursos: como compor e estruturar um Conselho de Administração que contribua para alavancar a mobilização das organizações da sociedade civil. Até lá. 📖

¹VERGUEIRO, J. P. Governança de Ongs e Captação de Recursos. Revista Filantropia. n. 75, 2016, p. 28-29.

²GIFE. Guia das Melhores Práticas de Governança para Institutos e Fundações Empresariais. 2014. Disponível em: <http://gife.issuelab.org/resource/guia_das_melhores_praticas_de_governanca_para_institutos_e_fundacoes_empresariais>. Acesso em: 16 nov. 2016.

³IBCC. Guia das Melhores Práticas para Organizações do Terceiro Setor: Associações e Fundações. 2016. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/userfiles/2014/files/Arquivos_Site/GUIA_3SETOR_2016.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2016.

⁴IBCC, 2016, p. 90-91.



◀ SILVIA MARIA LOUZÃ NACCACHE é graduada em Ciências Biomédicas pela Universidade Federal de São Paulo (EPM-Unifesp). Coordenadora do Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP) desde junho de 2003. Atua há mais de 16 anos na área de responsabilidade social, Terceiro Setor e voluntariado.



GESTÃO POR COMPETÊNCIA

Método auxilia no processo de gerenciamento de voluntários

Uma ferramenta interessante e que pode contribuir nos processos de gerenciamento de um programa de voluntariado é o método CHA, também conhecido como gestão por competência.

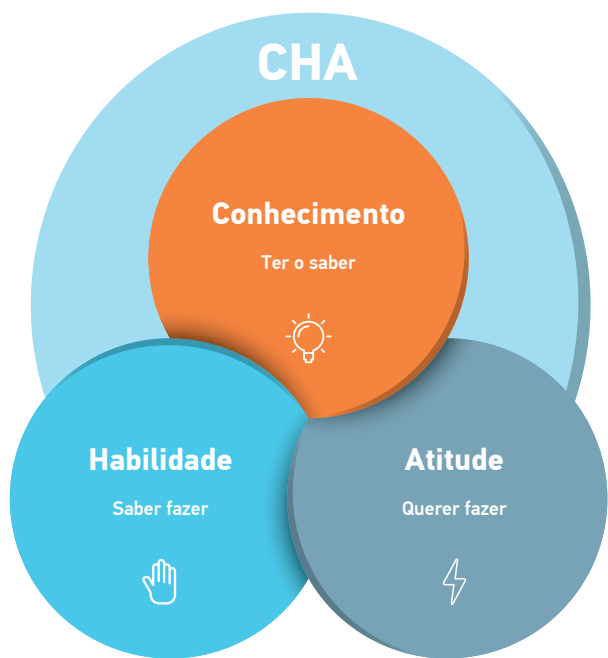
A gestão por competência é um sistema desenvolvido para identificar e administrar perfis que proporcionem resultados positivos para uma organização social e maior satisfação para quem realiza trabalho voluntário. Trata-se de uma alternativa aos modelos gerenciais tradicionalmente empregados pelas organizações. Sua proposta é concentrar esforços no planejamento, na captação, no desenvolvimento e na avaliação das competências necessárias para que a entidade consiga alcançar seus objetivos e, assim, somar competências individuais para a formação de um grupo equilibrado e harmonioso.

A proposta desse método é compreender quais são as competências organizacionais críticas para o sucesso organizacional, desdobrá-las em termos de competências individuais e desenvolvê-las junto ao quadro de colaboradores, funcionários ou voluntários. Uma metodologia de gestão moderna, focada em resultado, satisfação e desenvolvimento permanente.

Somos competentes no serviço voluntário a partir do momento em que temos o conhecimento das atividades a serem realizadas, a habilidade de aplicar este conhecimento para produzir algum resultado e a atitude comprometida para participar da construção de um mundo melhor

Esse modelo de gestão direciona sua ação prioritariamente para o gerenciamento das lacunas de competências eventualmente existentes na organização ou na equipe, com o objetivo de eliminá-las ou, ao menos, minimizá-las. A intenção é aproximar ao máximo as competências existentes daquelas que são necessárias para se possa atingir as metas organizacionais.

Minimizar demandas de competências significa, algumas vezes, orientar, treinar, capacitar e incentivar o desenvolvimento



individual em busca da melhoria contínua, ou completar a equipe de trabalho com pessoas que tenham as competências desejadas.

Essa forma de gestão promove o equilíbrio entre conhecimento, habilidades e atitude, permitindo a supervisão e a avaliação de desempenho. Sabe-se o quão importante é o conhecimento e as habilidades, mas sem atitude nada disso será colocado em prática.

CHA

A ferramenta CHA (Conhecimento – Habilidades – Atitude) pode contribuir de forma significativa para:

- o desenvolvimento de programas de gerenciamento baseado em valores;
- a descrição do perfil de voluntários e de novas oportunidades ou vagas de voluntariado baseadas em talentos e em trabalho a serem realizados;
- o mapeamento de competências para implantação e para execução de projetos, processos, procedimentos e capacitação necessárias para a melhoria contínua dos resultados e, também, para o aumento do grau de satisfação dos voluntários.

Por meio do CHA é também possível a identificação de talentos com potencial de liderança e o estabelecimento de metas e de projetos que possibilitem a viabilização de um programa eficiente e eficaz, no qual as pessoas estejam comprometidas. Essa ferramenta pode ser bem eficiente na Gestão de Programas de Voluntariado, permitindo a formação de grupos de trabalho que atuem com alegria e promovam bons resultados.

Benefícios do CHA com voluntários

- ☑ Melhora o desempenho dos voluntários.
- ☑ Identifica as necessidades de treinamentos.
- ☑ Alinha os objetivos e as metas da organização e da equipe.
- ☑ Reduz a subjetividade na seleção.
- ☑ Analisa o desenvolvimento dos voluntários.
- ☑ Enriquece o perfil dos voluntários.
- ☑ Potencializa os resultados das atividades voluntárias.
- ☑ Melhora o relacionamento entre gestores e liderados.
- ☑ Mantém a motivação e o compromisso.
- ☑ Extrai o máximo de produtividade de cada voluntário.
- ☑ Promove a formação e o equilíbrio (de conhecimentos, talentos e atitudes) de equipes.

EQUILÍBRIO

O CHA promove o equilíbrio entre **Conhecimento**, **Habilidade** e **Atitude**.

Conhecimento é teoria; está na mente das pessoas; pode ser ensinado e aprendido. Nas organizações, em grande medida, o conhecimento, em geral, é tácito, presente apenas na mente do profissional. O grande desafio é transformar esse conhecimento em patrimônio da organização, que deve ser conhecido e vivenciado por todos aqueles que nela atuam. Conhecimento é o SABER da organização.

- Em um programa de voluntariado ▶ missão, valores, atividades a serem realizadas, quem supervisiona, ferramentas de valorização e de avaliação, direitos e deveres, normas e procedimentos, resultados esperados.

Habilidade é talento, qualificações. Muitas vezes, não pode ser aprendida. Em geral, ela depende de prática, treino, erros e acertos. É o SABER FAZER. Todas as pessoas têm talentos para fazer melhor determinadas coisas, com resultado melhor e mais satisfação pessoal.

- Em um programa de voluntariado ▶ existem talentos e habilidades que são fundamentais, como criatividade, trabalho em equipe, dedicação, responsabilidade, ética, confidencialidade, assiduidade, pontualidade, organização, comprometimento e alegria.

Atitude é a ação, o QUERER FAZER. Muitos profissionais estão poucos dispostos a ter atitudes de mudança. A atitude vai além da vontade e do desejo para uma proatividade assertiva.

Felizmente podemos contar com voluntários que têm saberes e vontades, mas sem atitude, sem o famoso “mão na massa”, não teremos resultados. Para ter atitude, é preciso sair da zona de conforto, da teoria que se aprende nas salas de aulas, dos treinos para desenvolver talentos, e disponibilizar-se para a ação!

- Em um programa de voluntariado ▶ desejo de transformar, vontade de gerar mudanças e de participar, motivação, iniciativa e comprometimento. 🚀



◀ **CAMILA FIGUEIREDO** é formada em Administração Pública, certificada em Project Management in Development Pro 1 e pós-graduanda em Gestão da Educação no Novo Milênio. É sócia-diretora da Neurônio Ativação de Negócios e Causas e supervisora de investimento social privado da Companhia DPaschoal e da Fundação Educar DPaschoal.



◀ **ISABELA PASCOAL** é graduada em Comunicação e pós-graduada em Comércio Exterior e em Administração de Empresas pela Universidade de Harvard. É diretora executiva da Fundação Educar DPaschoal e responsável pelo desenvolvimento sustentável da fazenda Daterra.



CRIAÇÃO DE VALOR COMPARTILHADO

Prosperidade empresarial conectada ao progresso social

Está em curso um movimento descoordenado de reinvenção do capitalismo. Dizemos descoordenado porque são múltiplos os movimentos que se iniciam por distintas razões, mas com o propósito comum de colocar em xeque o velho e tradicional capitalismo.

Capitalismo Consciente, Economia Circular, Sistema B, Negócios com Impacto Social, *Shared Value Initiative*, Economia Verde, Economias de Baixo Carbono, Negócios Inclusivos e Setor 2.5 são alguns dos conceitos que despontaram nos últimos anos para repensar o regime capitalista vigente.

Algo que se destaca em todos esses movimentos é a importância de deixar claro que o futuro dos negócios está fundamentado

em uma necessária mudança de mentalidade, focada no modo como nos relacionamos com a sociedade e o meio ambiente. Entender, mapear e considerar os impactos socioambientais positivos e negativos da atividade econômica não são mais vistos como diferencial, mas como condição indispensável ao sucesso do negócio.

A atual e frequente tensão entre sociedade e empresas e as respostas com ações de mitigação que estas costumam adotar diante de ameaças à reputação dos negócios ajudaram a criar a percepção de que as organizações empresariais são, em grande parte, responsáveis pelas mazelas socioambientais do planeta. Esse é um lado da moeda. O outro é que elas são também responsáveis pelos

Entender, mapear e considerar os impactos socioambientais positivos e negativos da atividade econômica não são mais vistos como diferencial, mas como condição indispensável ao sucesso do negócio.

enormes avanços no desenvolvimento de produtos e de serviços que garantem o bem-estar de bilhões de pessoas.

A pergunta que constantemente nos fazemos é: será que entrar em uma relação combativa com esses gigantes econômicos acelerará o processo de revisão do capitalismo ou gerará uma reação de fechamento e defesa?

O próximo passo proposto pela estratégia de criação de valor compartilhado é olhar para as demandas socioambientais como oportunidade de negócios, e não como problemas e custos; é buscar meios de conectar as empresas a essas demandas e, se oportuno, ao setor público.

As oportunidades apresentam-se nas áreas de desenvolvimento de produtos e mercados, na cadeia de valor e no fomento a polos com vocações comerciais e/ou produtivas específicas. Mudanças nessas áreas são estratégicas e, portanto, de longo prazo; estão diretamente ligadas ao negócio e, por isso, não devem ser confundidas com responsabilidade social ou filantropia.

Tudo isso, no entanto, demanda conhecimento sobre indicadores socioambientais que nem sempre estão disponíveis dentro das empresas. Assim, é fundamental engajar organizações da sociedade civil para, em parceria com as empresas, endereçar essas questões.

Nos estudos de casos da plataforma *Shared Value Initiative*, é possível ver claramente que problemas socioambientais muito relevantes foram solucionados em grande escala quando a sociedade civil se apresentou para agir junto às organizações empresariais na criação de valor compartilhado.

As empresas são constituídas por pessoas que, em sua maioria, acordam todos os dias pela manhã e buscam, assim como os profissionais do setor social, deixar o mundo melhor para os seus filhos.

A criação de valor compartilhado tem o potencial da convergência de interesses e da construção colaborativa de projetos nos quais o setor social, *expert* em ler e conhecer as demandas socioambientais do nosso tempo, colabora ativamente para colocar os ativos empresariais a serviço de solucionar problemas sociais.

CASOS ILUSTRATIVOS

Durante o *Shared Value Leadership Summit 2016*, tivemos a oportunidade de aprender um pouco mais com os professores Michel E. Porter e Mark R. Kramer. A seguir, apresentamos três casos representativos.

PROJETO COLMEIA FIBRIA

As fazendas de celulose da Fibria eram frequentemente invadidas por apicultores clandestinos, que usavam fogo para afastar as abelhas durante a coleta do mel. A alternativa do velho capitalismo seria ampliar o patrulhamento, gerando gastos e uma relação de tensão entre empresa e sociedade. Já a alternativa de criação de valor compartilhado foi investir na formalização, capacitação e associação dos apicultores, autorizar as entradas e coordenar o trabalho, reduzindo o risco de incêndios.

Resultado: hoje, a associação dos apicultores, que atua na área compartilhada da Fibria, é responsável por uma parcela significativa da produção de mel do Estado de São Paulo. Além disso, conquistou segurança no trabalho e um substancial aumento na renda desses profissionais. A Fibria, por sua vez, ganhou fortes aliados na preservação e na segurança de suas áreas produtivas.

ARROZ URBANO

A ONG PATH é uma organização social global que combate a fome oculta (quando o cardápio é carente dos micronutrientes, como vitaminas e minerais) em países pobres e em desenvolvimento. Com acesso a uma tecnologia de fortificação do arroz, viu na empresa brasileira Urbano a parceria perfeita para um projeto de criação de valor compartilhado. A organização garantiu acesso à nova tecnologia, com o compromisso de não exclusividade, e a empresa criou uma nova linha de produto, o Arroz Urbano Vitaminado, que foi adotado em escolas públicas de Vespasiano, no Estado de Minas Gerais.

SPEAKING EXCHANGE CNA

Em 2014, a escola de inglês CNA estava em busca de meios que permitissem a seus alunos praticar a língua inglesa com nativos. A escola identificou em uma casa de repouso para idosos de Chicago, nos Estados Unidos, a combinação perfeita de, com o uso da tecnologia de comunicação à distância com vídeo, atender a essa necessidade pedagógica e também a uma demanda social, a dificuldade que, em geral, os moradores de casas de repouso possuem em encontrar quem os escute longamente e converse atentamente com eles. 🗣️



DESCOMPLIQUE

A GESTÃO FINANCEIRA DE SUA ENTIDADE!

como funciona?

PAGAMENTOS

RECEBEMOS
AS CONTAS
POR E-MAIL

ORGANIZAMOS
TODAS
AS CONTAS

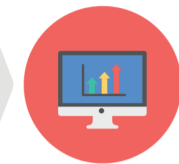
AGENDAMOS
OS PAGAMENTOS
EM SEU BANCO

VOCÊ
AUTORIZA

LANÇAMOS
NO SISTEMA
FINANCEIRO

ENVIAMOS
DOCUMENTOS À
CONTABILIDADE

PROVISIONAMOS
SALDOS
FUTUROS



RECEBEMOS
OS DADOS DE
FATURAMENTO

EMITIMOS
NOTA FISCAL
E BOLETOS

CONTROLAMOS
AS ENTRADAS
EM SEU BANCO

VOCÊ
RECEBE

CONCILIAMOS
TUDO NO
FLUXO DE CAIXA

ENVIAMOS
RELATÓRIOS À
CONTABILIDADE

ANALISAMOS
A SAÚDE
FINANCEIRA

RECEBIMENTOS

CONHEÇA:
www.tesoureiro.com | contato@tesoureiro.com



tesoureiro.com



DIREITO LÍQUIDO E CERTO

Organizações sociais que questionam o recolhimento da Cota Patronal e do PIS sobre a folha de pagamento estão obtendo reconhecimento judicial da imunidade contida no artigo 195, § 7º, da Constituição da República

Por Luciano Guimarães

As decisões favoráveis à imunidade tributária estão encorajando entidades de todo o país a buscar seus direitos, especialmente porque o prazo máximo de duração de um processo sobre este tipo de imunidade vem caindo a cada ano, e hoje uma decisão demora, em média, três anos até o trânsito em julgado.

“Como se trata de uma matéria já pacificada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), não é mais possível que todos os processos cheguem àquela Corte”, argumenta o advogado Guilherme Reis, sócio-diretor do escritório Nelson Wilians & Advogados Associados.

Dois exemplos recentes deste cenário vêm de Minas Gerais. O Instituto Elo e a Fundação CDL Pró-Criança, ambas as entidades sediadas em Belo Horizonte, conseguiram suspender, na 14ª e na 19ª Varas da Justiça Federal daquele estado, respectivamente, a incidência de todos os impostos e contribuições sociais equivocadamente devidos.

“Ao ingressar judicialmente pedindo a imunidade tributária, as entidades também devem requerer o que foi pago de forma indevida

nos últimos cinco anos. Ao mesmo tempo, precisam iniciar os depósitos judiciais dos impostos e contribuições que porventura estejam pagando aos cofres públicos, pois, ao final do processo, os valores depositados ao longo do período serão atualizados e liquidados, voltando de forma imediata para o caixa da entidade, caso ela ganhe a ação”, explica a advogada Renata Lima, sócia e coordenadora do núcleo do Terceiro Setor do mesmo escritório de advocacia.

Segundo ela, os valores dos cinco anos anteriores à propositura da data da ação serão saldados por meio de precatório, com tempo médio para pagamento de dois anos, no caso de impostos e contribuições na esfera federal.

CONCESSÃO DE IMUNIDADE

Para os dois advogados, é desnecessário ter o Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas) para não pagar Cota Patronal de fato, tendo em vista que a Constituição da República (artigo 150, inciso VI, alínea “c”; e artigo 195, § 7º) concede a imunidade total somente com o preenchimento dos requisitos do artigo



As instituições poderão pedir o ressarcimento dos valores recolhidos nos cinco anos anteriores à propositura da ação

Renata Lima

Escritório Nelson Wilians e Advogados Associados

14 do Código Tributário Nacional, que é uma lei complementar, e somente este tipo pode regular as limitações constitucionais ao poder de tributar. Este foi o entendimento da Justiça ao analisar os pedidos do Instituto Elo e da Fundação CDL Pró-Criança.

A decisão de primeira instância corrobora com o entendimento pacificado nos tribunais superiores e permitirá que as entidades, em breve, apliquem todos os valores referentes a esses impostos e contribuições diretamente em seus projetos e atividades, podendo inclusive realizar um maior número de atendimentos dentro de suas respectivas finalidades.

PAGAMENTOS INDEVIDOS

Juntas, as duas organizações sociais calculam ter em torno de R\$ 21 milhões para serem devolvidos pela União Federal, com juros e correção. O maior volume – R\$ 18 milhões – pertence ao Instituto Elo.

“Desde o início da execução do primeiro Termo de Parceria assinado com a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDESE), para a execução da Política Pública de Prevenção à Criminalidade no Estado de Minas Gerais, em setembro de 2005, a entidade recolheu indevidamente esses tributos”, explica o presidente do Instituto Elo, Gleiber Oliveira. Ele salienta que desde 2010 vinha buscando informações com especialistas sobre a ilegalidade dos recolhimentos, até que, em meados do ano de 2015, recorreu ao Judiciário e, com menos de 15 meses de tramitação do processo judicial teve sentença favorável para não pagar impostos e contribuições sociais, na esfera federal.



Com futuro retorno do dinheiro, gestor pretende tornar a entidade autossuficiente

Gleiber Oliveira

Instituto Elo

De acordo com o gestor, o recolhimento indevido dos tributos trouxe prejuízos incalculáveis para a instituição. “Em virtude da tributação que onera o custo de execução em mais de 20%, ficamos impossibilitados de expandir e qualificar ainda mais os nossos atendimentos aos beneficiários dos programas executados ao longo de vários anos”, salienta.

O presidente do Instituto Elo refere-se aos programas Fica Vivo, Central de Acompanhamento e Medidas Alternativas (Ceapa), Mediação de Conflitos, Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (Presp), Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), Vítimas de Crimes Violentos (NAVCV), Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, entre outros.

Caso os recursos voltem para os cofres da entidade, Gleiber pretende tornar o Instituto Elo autossuficiente, a ponto de conseguir gerir seus projetos sociais e expandir a atuação em todo o Estado de Minas Gerais. “E quem sabe até mesmo em outros estados, aumentando o número de beneficiários que se encontram em condições de vulnerabilidade social”, complementa.

ENTIDADES BENEFICIADAS

O Instituto Elo foi fundado em 2005 por profissionais oriundos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com experiência na área de desenvolvimento social, e no mesmo ano foi qualificado como Oscip pelo governo estadual e, em 2006, pelo governo federal.

A entidade reúne uma equipe interdisciplinar que planeja, executa, monitora e avalia projetos sociais sustentáveis.



Recolhimento dos tributos levava em torno de 40% de todo o faturamento da organização

Rodrigo Martins
Fundação CDL Pró Criança

Na execução dos Programas de Prevenção à Criminalidade, por exemplo, o Instituto Elo atua em 14 municípios mineiros, beneficiando cerca de 40 mil pessoas, em mais de 250 mil atendimentos realizados por ano.

Dona de um montante de R\$ 3 milhões, pagos indevidamente e a serem restituídos a seus cofres, a Fundação CDL Pró-Criança recolhia em torno de 40% de todo o faturamento, já que o projeto é realizado com mão de obra de aprendizes, e tal situação levava a uma margem de contribuição com resultado máximo de 10% de superávit.

“Com a restituição deste dinheiro poderemos comprar um imóvel para montar outra unidade de aprendizagem para jovens adolescentes e ampliar todos os nossos programas sociais para atender a um maior número de crianças e adolescentes do estado”, ressalta o gerente-executivo da entidade, Rodrigo Martins.

Fundada em 1986, a organização social ligada à Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte tem como objetivo principal promover formação profissional e cidadã que possibilite ao aprendiz atuar com qualidade e responsabilidade nos diversos segmentos empresariais.

Ao longo de sua trajetória, a instituição desenvolveu diversos projetos, destacando-se: Estação das Profissões, Filhos do Coração,



O governo faz com que as organizações sociais acreditem que apenas com o Cebas é possível deixar de pagar o INSS Patronal

Guilherme Reis
Advogado da NW Advogados & Associados

Cidadania Digital, Sorridente (12.292 crianças beneficiadas), Ver é Bom Demais (4.295 testes de acuidade visual, 1.704 exames oftalmológicos e 1.220 óculos) e Brincadeira é Coisa Séria (8 brinquedotecas inauguradas e doação de 800 livros e 850 brinquedos, aparelhos de TV e DVD, pufes, mesas, cadeiras, estantes, entre outros).

Outros programas mantidos são: Natal de Todo Mundo (doação de brinquedos para mais de 20 mil crianças de creches e instituições de acolhimento), Corrida na Ativa e Programa Educação e Trabalho (2.143 jovens capacitados nas oficinas introdutórias, 15.414 jovens inseridos no mercado de trabalho pelo PET e 7.290 jovens contratados pelas empresas após o término da aprendizagem).

EQUÍVOCO

Para o advogado Guilherme Reis, “o governo faz com que as organizações sociais acreditem que apenas com o Cebas é possível deixar de pagar o INSS Patronal, mas, na verdade, o Poder Judiciário vem demonstrando que este certificado não é necessário para o gozo da imunidade por parte das organizações sociais.”

O retorno desse dinheiro aos cofres das entidades ajudará na ampliação dos trabalhos desenvolvidos dentro de suas respectivas finalidades. “Com isso, só a sociedade tem a ganhar”, complementa a advogada Renata Lima. 📌

Consultoria e Assessoria especializada em entidades sem Fins Lucrativos.









Serviços com foco no Terceiro Setor

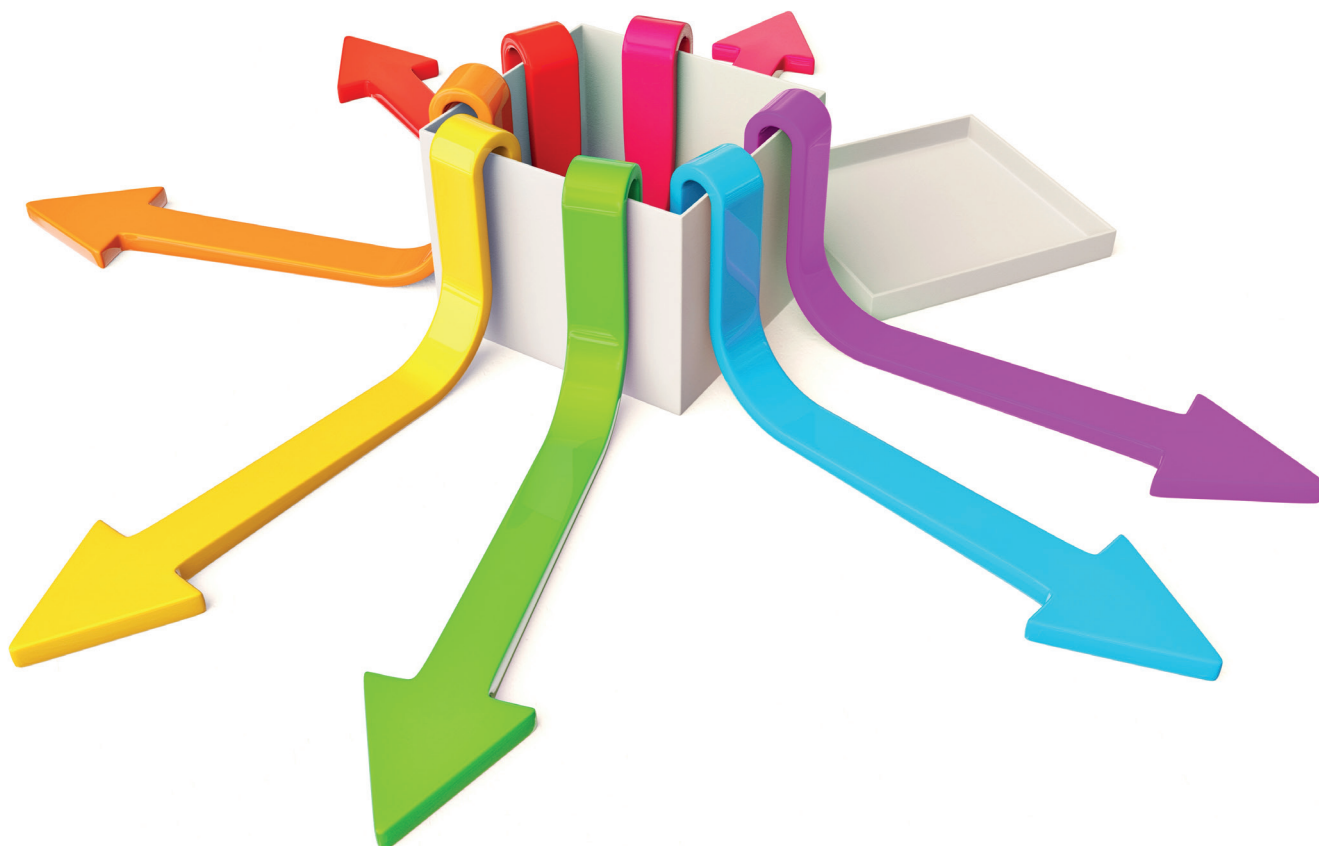
A QUALITY É O PARCEIRO IDEAL PARA ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR, COLÉGIOS E FACULDADES QUE BUSCAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NAS ÁREAS **CONTÁBIL, FISCAL, FINANCEIRA E TRABALHISTA**.

SOMOS ATUALMENTE UMA DAS PRINCIPAIS EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO DE ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR E INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DO BRASIL.

TRABALHAMOS NO MAIS ALTO NÍVEL DE EXCELÊNCIA DE PROCESSOS DE GESTÃO E TECNOLOGIA PARA GARANTIR A EXECUÇÃO DE NOSSOS SERVIÇOS E A SATISFAÇÃO COMPLETA DE NOSSOS CLIENTES.



-  TERCEIRIZAÇÃO CONTÁBIL e FISCAL
-  TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA e RH
-  GESTÃO FINANCEIRA e PRESTAÇÃO DE CONTAS
-  FORMALIZAÇÃO, ESTATUTO e ATAS
-  ISENÇÕES, IMUNIDADES e CERTIFICAÇÕES
-  CONSULTORIA E TREINAMENTOS



GESTÃO NO TERCEIRO SETOR

De onde veio? Para onde vai?

Muito se fala em profissionalização, aprimoramento da gestão e ferramentas administrativas para organizações do Terceiro Setor. Nas últimas décadas, entraram para o vocabulário dos gestores de ONGs expressões como estratégia, eficiência, eficácia e sustentabilidade administrativa e financeira. Houve, portanto, uma mudança significativa no modo como esses profissionais viam as suas e as outras organizações.

É muito difícil procurar entender o desenvolvimento das organizações da sociedade civil no Brasil sem ter em mente o processo histórico do Estado brasileiro e, mais especificamente, como as políticas públicas evoluíram no País. A análise da relação entre estes dois setores é essencial para compreender a evolução de ambos. Inclusive, considera-se como marco de origem do Terceiro Setor no Brasil o conjunto de organizações da época

da Ditadura Militar (1964-1988), cujo principal objetivo era a resistência ao regime vigente, por meio da luta por direitos. Eles demandavam do governo militar o reconhecimento de direitos, melhorias nas políticas públicas e a volta da Democracia. Essa luta contribuiu para a redemocratização e a formulação da Constituição de 1988, a Constituição Cidadã, que instituiu uma série de demandas dos tais grupos, como a institucionalização da participação da população civil.

É fácil ver que esses grupos diferem muito das organizações do Terceiro Setor que conhecemos hoje – sobretudo no que diz respeito à gestão das organizações. O que explica a mudança na concepção de como lidar com as causas e gerir as organizações do Terceiro Setor, por parte dos seus próprios integrantes?

Os anos 1980 foram marcados por crises fiscais em diversos países. Os países desenvolvidos enfrentavam dificuldade

Para comprovar a efetividade de determinado projeto, é preciso desenvolver indicadores extremamente complexos. Isso faz com que os gestores de ONGs tenham que dividir energias entre organizar tais indicadores e lutar pela causa da sua organização, deixando muitas vezes de dar importância à participação na agenda pública

em manter financeiramente o Estado de Bem-Estar Social, os países do bloco soviético viam seu modelo socialista falhar no planejamento estatal da gestão da economia e os governos das nações em desenvolvimento – que é o caso do Brasil e seus pares na América Latina, não conseguiam mais financiar as atividades desenvolvimentistas.

O papel do Estado estava em discussão: quão benéficos esses modelos intervencionistas de governo estavam sendo para a economia dos países? No Brasil, nos anos 1990, a lógica que imperava era a de controle e economia do uso de recursos: o neoliberalismo ganhava espaço no mundo e no Brasil, os direitos de cidadania passaram a ser considerados carências da sociedade e, com isso, as políticas públicas sociais ganharam um caráter assistencialista, compensatório e focalizado – ou seja, não buscavam de fato reverter o quadro da desigualdade e injustiça social.

O Estado brasileiro se eximia, também, de implementar as parcas políticas públicas sociais que elaborava. Entendia-se que a função de implementá-las era de terceiros – das empresas e organizações sem fins lucrativos.

Em 1999 foi criado o título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). Este foi um marco para o Terceiro Setor: a nova concepção das organizações como “parceiras” do Estado, aquelas que tinham a função de implementar as políticas públicas por ele desenhadas. Tanto o governo quanto as empresas passaram a ver vantagens estratégicas em celebrar contratos de financiamento com ONGs.

Para as organizações, entretanto, os efeitos não foram apenas positivos. Por um lado, celebrar contratos com o governo aumentou a visibilidade e a credibilidade das organizações. Além disso, o crescimento do financiamento foi essencial para as ONGs desempenharem suas atividades e viabilizarem sua causa.

Por outro lado, observou-se também efeitos perversos. No plano individual, os financiadores das ONGs – governo, empresas e pessoas físicas – passaram a exigir delas algo que muitas – principalmente as organizações “tradicionais” de defesa de direitos – não podiam oferecer: uma prestação de contas cada vez mais complexa, digna da administração de empresas, que, se não desenvolvida exclusivamente sob os moldes do Terceiro Setor, pode trazer dificuldades para as ONGs. Porém, o ponto central do impacto social – ou seja, aquilo que determina se ele

foi ou não atingido – não é a quantidade de recursos utilizada ou a quantidade de beneficiários que atingiu; o que importa para as ONGs é a efetividade de suas atividades, se tal projeto de fato mudou a vida dos beneficiários como a organização estimava. Para comprovar a efetividade de determinado projeto, é preciso desenvolver indicadores extremamente complexos. Isso faz com que os gestores de ONGs tenham que dividir energias entre organizar tais indicadores e lutar pela causa da sua organização, deixando muitas vezes de dar importância à participação na agenda pública.

Em decorrência disso, outro efeito foi a perda da autonomia política das ONGs como agentes políticos de pressão social no Estado. Afinal, elas não podiam pressionar politicamente ou criticar publicamente o órgão ou a empresa com quem celebravam contratos.

Por fim, no plano coletivo, a cultura de contratos causou outro problema até então inexistente no Terceiro Setor: a competitividade entre ONGs. E pior: o efeito da competição no campo do financiamento acabou gerando rivalidade entre as entidades em dois campos nos quais ela não faz o menor sentido: disputa pela melhor causa e disputa por beneficiários.

Portanto, dada esta nova realidade do Terceiro Setor, fica a questão: como conquistar autonomia financeira, sem perder a sua identidade inicial?

A resposta é justamente a pergunta que gerou toda esta reflexão: o aprimoramento da gestão, ou seja, empoderar as organizações com o conhecimento de ferramentas e técnicas de administração, capacitando os gestores a atingir o desenvolvimento sustentável; fazê-los compreender todos os processos que envolvem a viabilização da causa da organização – por exemplo, técnicas de captar e gerir recursos; a constituição jurídica da organização; a definição dos objetivos estratégicos e como alcançá-los, driblando os desafios do caminho e utilizando-se de ferramentas administrativas para tal; a melhor forma de lidar com o voluntariado e de gerir projetos de alto impacto social. Tudo isso para que as ONGs não precisem depender totalmente de terceiros e que, se dependerem, saibam do risco que estão correndo e como superá-lo – e não se vejam atreladas aos outros dois setores da sociedade. Isso garante a autonomia política e a habilidade de se articularem como agentes de pressão política. 📌



DESDE 2005, OFICINAS ABERTAS NO
CANTO CIDADÃO.

**ABRA A
PORTA E
DEIXE O SEU
PALHAÇO
SAIR.**

PROGRAMAÇÃO E DESCONTOS ESPECIAIS PELO:
INFO@CANTOCIDADA0.ORG.BR

CANTO CIDADÃO

WWW.CANTOCIDADA0.ORG.BR

• (11) 3667 0167



◀ **SERGIO ROBERTO MONELLO** é salesiano cooperador, advogado, contabilista, professor, membro da Academia Paulista de Contabilidade, sócio da Advocacia Sergio Monello e sócio-diretor da Monello Contadores (Escritório Contábil Dom Bosco).

O GESTOR E A CONTABILIDADE

A importante missão do administrador de ONGs

A preocupação dos gestores de organizações sociais não deve ser unicamente quanto ao cumprimento das obrigações fiscais de ter uma contabilidade organizada segundo as exigências contidas nas normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Os gestores devem sentir a necessidade de que a contabilidade não seja apenas a narração de uma história – a história da administração. Eles devem usar e abusar da contabilidade, pois esta deverá relatar, sob o aspecto dinâmico e estático, as mudanças ocorridas no patrimônio social. A contabilidade das entidades beneficentes deve ser organizada, utilizando-se da melhor forma técnica possível.

O Terceiro Setor, por ocupar um papel paraestatal, tem enorme responsabilidade na administração de seu patrimônio. O patrimônio das entidades desse setor está vinculado à coletividade, à promoção social, ao bem comum.

As entidades do Terceiro Setor existem em função da população, do bem-estar social, da educação, da cultura, da assistência à saúde, da assistência social etc. Assim, a contabilidade deverá controlar o patrimônio dessas instituições em suas variações e declarar se estas estão sendo bem geridas, se estão efetivamente aplicando seus recursos em suas finalidades institucionais, entre outros aspectos relevantes.

Como instrumento indispensável à administração, a contabilidade testemunhará se a entidade beneficente está cumprindo fiel e plenamente com suas finalidades institucionais conforme estipulado em seu Estatuto Social. Portanto, para que a contabilidade possa cumprir efetivamente suas finalidades, a instituição social deve possuir uma contabilidade bem organizada, bem estruturada, bem coordenada e bem gerenciada.

A contabilidade declarará se a entidade está ou não sendo bem administrada; se as riquezas estão ou não sendo bem aplicadas; se a entidade está ou não agindo em conformidade com seus objetivos sociais; se os gestores estão ou não cumprindo com as deliberações de seus órgãos administrativos e deliberativos.

Cabe à contabilidade ser o guia econômico-financeiro da entidade para a correção de seus orçamentos. Ela deve ser a orientadora do planejamento e utilizada com maior intensidade, a fim de que o gestor possa analisar a situação do patrimônio que está controlando.

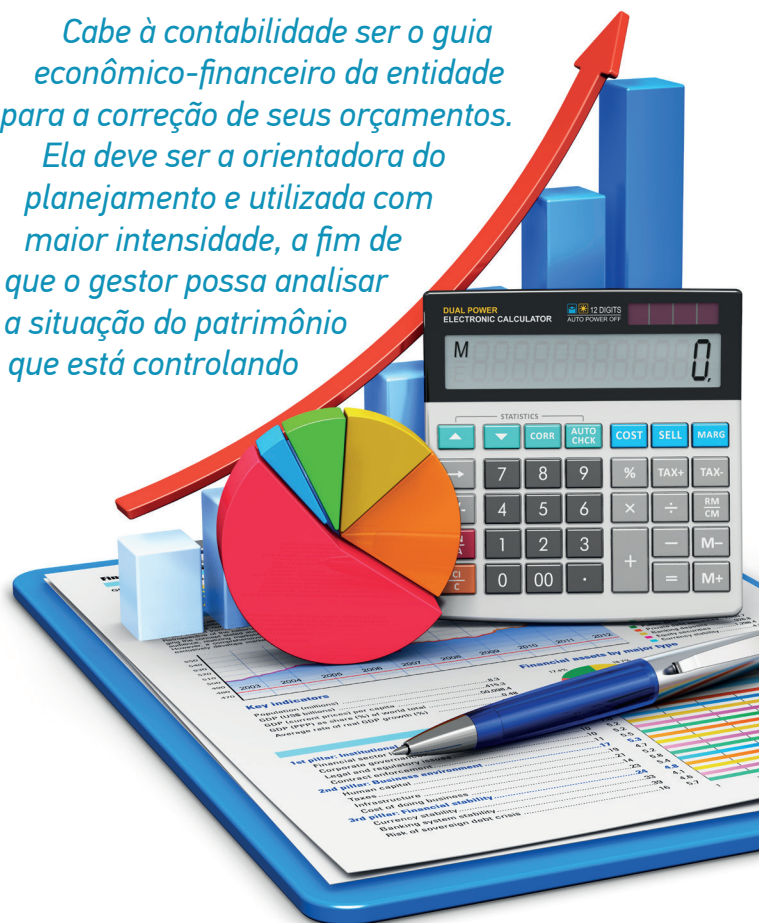
Assim, a contabilidade, ao gerenciar o patrimônio dessas entidades beneficentes de assistência social com suas variações, declarará se estas estão efetivamente aplicando seus recursos em suas finalidades institucionais e cumprindo seu propósito.

A contabilidade firmou-se como elemento essencial e imprescindível à gestão, condição importantíssima à sustentabilidade de qualquer entidade. A cada instante um fato administrativo (contábil) ocorre; a cada fato ocorrido está presente a contabilidade para registrar o bem ou o mal feito.

A contabilidade deve ser real, concentrada, objetiva e sistemática, baseada em documentos hábeis. Em outras palavras, ela deve ser:

- orientadora para o futuro;
- cautelosa para as decisões e atitudes do presente;
- estatística para todos os tempos;
- histórica em seu passado;
- promotora da justiça e do progresso social;
- arte e de ciência para os estudiosos da matéria. 📊

Cabe à contabilidade ser o guia econômico-financeiro da entidade para a correção de seus orçamentos. Ela deve ser a orientadora do planejamento e utilizada com maior intensidade, a fim de que o gestor possa analisar a situação do patrimônio que está controlando



XVII Congresso Brasileiro do 3º Setor

Direito | Auditoria | Contabilidade | Captação de Recursos

29/06/2017

Auditório Cidade Jardim

Inscrições e enquete
www.economica.com.br



Marcos Biasioli
Coordenador Geral do evento



ECONÔMICA
Desenvolvimento Social

(11) 5102-4654

Vagas limitadas!



◀ **RÉGIS MONTEIRO FERREIRA** é contador, mestre em Contabilidade e com MBA Executivo em Finanças. Diretor da R&R Auditoria e Consultoria, da Value Gestão de Negócios e da Value Gestão Contábil.



◀ **WARLEY DIAS** é mestre em Contabilidade e Controladoria. Diretor da R&R Auditoria e Consultoria e da Value Gestão de Negócios, Professor da pós-graduação em Contabilidade e Gestão para o Terceiro Setor da Faculdade Batista de Minas Gerais (FBMG). Possui ampla experiência em auditoria e consultoria no Terceiro Setor.



A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR

Em um ambiente econômico competitivo, a informação contábil tornou-se o principal instrumento de transparência

No atual cenário econômico, marcado pelo aumento da competitividade, pela aceleração das inovações e pela criação de vantagens competitivas sustentáveis no mundo dos negócios, a informação contábil consolidou-se como principal instrumento de transparência e informação. As inovações, a competitividade, as relações internacionais, entre outros fatores, impeliram a contabilidade a grandes desafios. Um deles é empreender mudanças para se adequar às exigências do mercado, fornecendo informações pertinentes à tomada de decisão pelos diversos usuários da contabilidade.

No Brasil, essas mudanças avançaram em importantes proporções, iniciando com a Instrução n.º 457/2007 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que dispõe sobre a elaboração e

a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional, emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB). Em seguida, veio o Pronunciamento Técnico n.º 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) sobre Redução ao Valor Recuperável de Ativos – em convergência às Normas Internacionais de Contabilidade do IASB, em 14 de setembro de 2007, aprovada pela Deliberação CVM n.º 527, de 1.º de novembro de 2007, e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) na Resolução n.º 1.110/2007, por meio da NBC T 19.10 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e pela CVM, em 29 de novembro de 2007.

A implantação da Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que alterou e revogou dispositivos da Lei n.º 6.404, de 15 de

dezembro de 1976, e da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estendeu às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e à divulgação de demonstrações financeiras, também teve um papel preponderante nesse contexto. Tais mudanças concretizaram-se com o CPC, adotando o *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements* do IASB como base para o Pronunciamento Básico da Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM n.º 539, de 14 de março de 2008, e pelo CFC, por meio da Resolução n.º 1.121/08 a partir da NBC T 1 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, de 28 de março de 2008, que foi atualizada pela Resolução CFC n.º 1.374, de 8 de dezembro de 2011 (NBC TG 00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro).

Desde 2009, o CFC emitiu 45 novos pronunciamentos a partir de resoluções contábeis, denominadas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), além de várias interpretações técnicas gerais (ITG) da norma, inclusive para microempresa (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e para o Terceiro Setor.

As regulamentações harmonizaram a contabilidade frente à estrutura conceitual internacional, buscando minimizar conflitos e melhorar a comparabilidade da informação financeira dos diferentes países, a fim de evitar que a divergência de critérios e normas ocasionasse impactos diferentes nas contas patrimoniais e de resultado.

Conforme a própria definição do CFC, por meio da NBC TG 00 – Estrutura Conceitual, as Demonstrações Contábeis devem ser elaboradas e apresentadas para usuários com finalidades e necessidades diversas (tributárias, investimentos, financiamentos, entre outros), normalmente com base no custo histórico, com o objetivo de fornecer informações que sejam úteis para a tomada de decisões econômicas e avaliações gerais, como:

- decidir quando comprar, manter ou vender instrumentos patrimoniais;
- avaliar a administração da entidade quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida e quanto à qualidade de seu desempenho e de sua prestação de contas;
- avaliar a capacidade de a entidade pagar seus empregados e proporcionar-lhes outros benefícios;
- avaliar a segurança quanto à recuperação dos recursos financeiros emprestados à entidade;
- determinar políticas tributárias;
- determinar a distribuição de lucros e dividendos;
- elaborar e usar estatísticas da renda nacional; ou
- regulamentar as atividades das entidades. (CFC, 2012, p. 17)

Na evolução contábil dos últimos anos, a qualificação da contabilidade também permeou o Terceiro Setor, principalmente na questão do *disclosure*, com objetivo de melhorar a credibilidade das instituições e de divulgação de informações úteis para os usuários tomarem suas decisões. Segundo Iudícibus (2000, p.

121), “a evidenciação constitui um compromisso inalienável da Contabilidade com seus usuários e com seus próprios objetivos, e diz respeito à apresentação ordenada de informações quantitativas e qualitativas, propiciando uma base adequada de informações para o usuário”.

Em 21 de setembro de 2012, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a ITG 2002. Esta interpretação estabeleceu critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e das informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas da entidade sem finalidade de lucros.

Seus efeitos passaram a vigorar para o exercício de 2012, retroagindo os efeitos para o início do ano (1º de janeiro de 2012). A ITG 2002 destinou-se a orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros, especialmente entidades:

- imunes;
- isentas de impostos e contribuições para a seguridade social;
- beneficentes de assistência social e atendimento aos ministérios da Justiça, da Educação, da Saúde, da Cultura, da Previdência, Desenvolvimento Social e Combate à Fome e, ainda, Receita Federal do Brasil e demais órgãos federais, estaduais e municipais;
- sindical;
- a qualquer associação de classe;
- as outras denominações que possam ter, abrangendo tanto a patronal quanto a de trabalhadores, sendo requisito básico aglutinarem voluntariamente pessoas físicas ou jurídicas, conforme o caso, unidas em prol de uma profissão ou atividade comum.

Apesar de toda a evolução e regulamentação da Contabilidade, em nossa experiência de auditoria e contabilidade para instituições do Terceiro Setor, percebemos que a aplicação prática das normas vem sendo feita com muitas restrições e parcimônia, principalmente em relação:

- às instituições e aos profissionais, que ainda têm muitas dúvidas em relação às interpretações e aplicações da legislação contábil;
- aos níveis de controles internos e aos sistemas gerenciais de muitas instituições, que foram considerados pouco eficientes, inclusive do ponto de vista de segurança;
- às dificuldades dos profissionais em relação à transparência e divulgação das informações contábeis úteis para os usuários;
- às resistências de contadores e gestores quanto às mudanças e quebra de paradigmas;
- aos custos para implantação de todos os controles necessários para a aplicação correta da norma, considerada alta por algumas instituições, que normalmente sofrem com as restrições de receitas;

- às faltas de oportunidades de atualização e educação para os profissionais de contabilidade e administradores, principalmente para os que atuam nos interiores (fora da região metropolitana).

Em nossos trabalhos no Terceiro Setor, observamos que as fragilidades nas demonstrações contábeis das instituições estão normalmente relacionadas às seguintes aplicações das normas:

- **Controle dos bens:** registro, identificação, movimentação e valor.
- **Definição de vida útil dos bens para depreciação (NBC TG 27):** a vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade.
- **Teste de recuperabilidade dos ativos (NBC TG 01):** a entidade deve assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.
- **Ajuste a valor presente (NBC TG 12) dos ativos e passivos de longo prazo:** a utilização de informações com base no valor presente concorre para o incremento do valor preditivo da Contabilidade, permite a correção de julgamentos acerca de eventos passados já registrados e traz melhorias na forma pela qual eventos presentes são reconhecidos. Se as informações são registradas de modo oportuno, à luz do que prescreve a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, em seus itens 26 e 28, obtêm-se demonstrações contábeis com maior grau de relevância, característica qualitativa imprescindível.
- **Regime de competência:** as receitas e as despesas devem ser reconhecidas, mensalmente, respeitando o regime contábil de competência.
- **Registro de voluntariado:** o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.
- **Contabilização de convênios, termos de parceria, e outros instrumentos:** principalmente em relação ao seu reconhecimento na Demonstração de Resultado de acordo com a competência.
- **Registro dos repasses de valores nas contas do balanço:** somente no caso de não influenciarem o resultado. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção, da contribuição para custeio e do investimento, bem como da isenção e do incentivo fiscal registrados no ativo, devem ser contabilizados em conta específica do passivo.
- **Segregação das atividades:** os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas e de despesas, com ou sem gratuidade, superávit ou déficit, de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, como educação, saúde, assistência social e demais atividades.

Na evolução contábil dos últimos anos, a qualificação da contabilidade também permeou o Terceiro Setor, principalmente na questão do disclosure, com objetivo de melhorar a credibilidade das instituições

- **Segregação das receitas e dos benefícios:** as receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênios, editais, contratos, termos de parcerias e outros instrumentos, para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, e as respectivas despesas devem ser registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade.
- **Segregação da gratuidade:** os benefícios concedidos a título de gratuidade devem ser reconhecidos de forma segregada, destacando-se aqueles que devem ser utilizados em prestações de contas junto aos órgãos governamentais.

Diante do cenário apresentado, podemos concluir que as fraquezas e insuficiências da informação contábil das instituições do Terceiro Setor, mesmo com a harmonização das normas internacionais e com quase uma década de mudanças e aprimoramento das normas, demonstram que ainda existe uma limitação de utilidade da informação contábil, no sentido de fornecer demonstrativos de desempenho, patrimoniais e financeiros aos seus usuários.

Assim, a contabilidade no Terceiro Setor precisa rapidamente amadurecer, entendendo e interagindo com todo esse arcabouço teórico para melhorar a credibilidade, a integridade e a utilidade das demonstrações contábeis e financeiras, exprimindo transparência e confiabilidade aos números divulgados e demonstrando eficiência de sua governança, com ética e respeito.

Sugerimos que os profissionais do Terceiro Setor (administradores e contadores) participem de programas de educação continuada, palestras, treinamentos, cursos de pós-graduação e outros modos de educação para que a interação em relação à evolução desses conhecimentos e a conscientização dos profissionais possam contribuir para a melhoria, transparência, credibilidade e ética da gestão e aumentar a utilidade da informação para os usuários da contabilidade no Terceiro Setor, divulgando relatórios com um alto grau de compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade, relevância, oportunidade e objetividade. 📌

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Pronunciamentos Técnicos Contábeis. 2012. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/06/cpc_pronunciamentos_2012_web.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2016.
IUDÍCIBUS, S. Teoria da Contabilidade. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SUA REVISTA

NA PALMA DE SUA MÃO!



PUBLIQUE SUA REVISTA NAS PLATAFORMAS iOS E ANDROID E TENHA SUAS REVISTAS NO BOLSO DE SEUS LEITORES!



PLANOS A PARTIR DE
R\$ 99/MÊS



FUNCIONALIDADES:

- Integração em sistemas iOS e Android
- Disponível para tablets e smartphones
- Versão em HTML5
- Sistema de auto-publicação
- Índices interativos com hyperlinks
- Busca por autores e palavras-chave
- Relatórios de downloads
- Sistema de notícias
- Banners para comercialização

+ INFORMAÇÕES

www.zepelini.com.br

zepelini@zepelini.com.br • (11) 2978-6686



ZEPPELINI
PUBLISHERS



◀ **MARCOS BIASIOLI** é advogado e administrador de empresas, pós-graduado em Direito Empresarial pela The European University, consultor jurídico do Terceiro Setor, titular da banca jurídica da M.Biasioli Advogados, e idealizador e membro do Conselho Editorial da *Revista Filantropia*.



O CALVÁRIO E AS SAÍDAS DO ADMINISTRADOR DO ENTE SOCIAL

Ao empreender uma obra social, tirando-a do plano romântico para o real, o primeiro – e primordial – requisito para a sua personificação de direito é eleger para ela o administrador, sendo este o próprio instituidor, o voluntário ou o profissional. Contudo, sem ele, gera-se uma espécie de infanticídio, ou seja, mata-se a obra antes mesmo de ela nascer.

Como todo nascituro, a obra, em seu despertar, é refém de quem lhe gestou, isto é, de quem o idealizou e o administra. Daí já se enraíza a obstinação pelo cumprimento da missão, mirando um horizonte de perenidade sustentável da iniciativa.

Relevando que, no empreendimento social, o homem é apenas um ator coadjuvante, pois as mãos invisíveis de Deus operam com virulência e fazem com que a obra cresça, o idealizador-administrador logo se depara com um conflito na administração de seu tempo, pois aquela “horinha” que ele dedicava

ao projeto passou a ser um “período” e, depois, transformou-se em longas “jornadas”, que provocam, sem sombra de dúvida, uma euforia sem métrica, cuja energia brota eloquentemente sem pedir passagem.

No entanto, aí começa o calvário do administrador, pois a vida é tão rica e o homem é tão pobre, que não consegue vivê-la em sua plenitude, uma vez que se sente um eterno ladrão, que rouba tempo da família para o trabalho e do trabalho para a família, sendo que o terceiro ator, tido como empreendimento social, já “chega chegando”, arrebatando uma fatia do tempo do pobre homem.

O conflito se torna realidade: família, trabalho, obra social, cuidados com a saúde, trânsito, WhatsApp, o time de futebol preferido, o cachorro... Todos passam a disputar um espaço na minúscula agenda do administrador!

Nesse compasso, a obra começa a encontrar caminhos perniciosos, pois precisa do seu idealizador, dado que o trabalho não é

Nessa árdua caminhada, o que pode contribuir com a decisão é a atitude objetiva do idealizador-administrador, ou seja, se for para assumir de fato e de direito a administração da obra, que o faça sem receio de macular a origem

mais de criança e, sim, de “gente grande”. Porém, ele começa a sentir que está perdendo a mão e depara-se com uma grande dúvida:

- Passar a administração?
- Assumir, de fato, a gestão?
- Tornar híbrida a sua atuação?

Passar a administração implica na busca de um verdadeiro administrador, alguém para assumir os ônus do múnus, contudo, sem garantias de resultados e da perenidade da iniciativa. Assim, ecoa um vazio, como: “agora que eu erigi obra, dela vou me divorciar?”. Fica, então, um grande hiato: o que fazer nessa caminhada?

Assumir, de fato, a gestão passa a ser, então, uma alternativa palatável, mas a decisão implica em renunciar o trabalho ordinário e cobrar da obra uma remuneração, afinal “dois pobres não se sustentam”. Porém, como transmitir tal anseio aos pares da idealização, ao mercado, aos órgãos públicos e até mesmo aos amigos contribuintes, sem que haja suscitação acerca da lisura do ímpeto primário do empreendimento social, que era movido tão somente pelo romance inicial?

Não é raro, então, para não dizer que ocorre com a maioria dos casos, o idealizador trilhar por outro caminho, qual seja, o híbrido, isto é, ele continua vinculado ao órgão diretivo, porém delega o operacional, e nas “horinhas” vagas se dedica aos pilares do negócio social.

Qualquer que seja a escolha, o calvário está formado. Então, é preciso coragem e desapego para se livrar dele. Mudar de lado é uma boa ideia, qual seja, trocar a figura de pai para se tornar filho, assumindo um papel de mero colaborador, até mesmo como remido, se isto lhe massagear o ego, porém não ostensivo, pois tudo tem prazo de validade, inclusive o administrador.

Nessa árdua caminhada, o que pode contribuir com a decisão é a atitude objetiva do idealizador-administrador, ou seja, se for para assumir de fato e de direito a administração da obra, que o faça sem receio de macular a origem, parametrize com o órgão colegiado uma justa remuneração, ora permitida pela legislação social, pois ninguém melhor do que o pai para saber as necessidades do filho. Governança em uma mão, evangelho na outra, e o céu é o limite!

No entanto, se apenas a paixão é que lhe move, desapegue, busque a alforria, saia inclusive do *board* e fique de camarote como benemérito, auxiliando a busca da perenidade da sua iniciativa, o que o protegerá da sábia responsabilidade objetiva.

Agora, se a ideia for aquela de **natureza híbrida**, ou seja, “dirijo, mas não administro”, liberte-se agora dela, pois é uma tremenda fria, dado que seu nome, sua moral, sua idoneidade, sua imagem, sem falar no seu casamento, estão sob risco. **Alerta vermelho!**

Vejamos o motivo.

A velha máxima legal (vide artigo 1.011 do Código Civil) traduz a seguinte interpretação:

o administrador que, no exercício de suas funções, não tiver o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios, estará sujeito a responder por qualquer ato que implique em desvio de conduta, ainda que indiretamente.

A omissão também tem sido a maior vilã da responsabilização, como pode ser visto no recente entendimento havido pelo Superior Tribunal de Justiça:

[...] Como ex-diretor presidente, tinha o dever de se preocupar com a legalidade dos procedimentos realizados, bem como pautar suas ações nos estritos limites da lei a fim de não só evitar quaisquer prejuízos à empresa, como também pautar pela licitude dos atos da pessoa jurídica que representava. Assim, como administrador principal da companhia, tinha por obrigação implementar e fomentar boas práticas de governança corporativa, utilizando-se, para isso, de parâmetros/instrumentos legais e morais com vistas a aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade, o que passa ao largo da hipótese ora em foco, na qual constatada a inadequação de procedimentos aptos a ensejar prejuízos à companhia [...].¹

A leitura que se faz deste precedente é que o dirigente, ainda que não administre de fato o empreendimento, responde em primeiro lugar pelos ônus da eventual tergiversação da administração, sendo meramente coadjuvantes os demais pupilos eleitos para efetivamente gerir o negócio social.

Diante de tal contexto, não dá para tirar o verniz da coragem do gestor, muito menos o valor espiritual de sua saga, porém, nunca é tarde lembrar que temos a visão e a inteligência para escolher o caminho adequado para os nossos empreendimentos, de modo que saíamos da rota do calvário, pois dele somente um “ser” saiu depois de morto, Jesus. 🙏

¹REsp 1475706 SP 2013/0029904-5.



VOCÊ SABE O QUE É FILANTROPIA?

É importante entender o conceito e, principalmente, praticá-lo em seu dia a dia

Por Paula Craveiro

O que vem à sua cabeça quando você ouve a palavra *filantropia*? Você saberia explicar o que esta expressão efetivamente significa?

De acordo com o Grande Dicionário Houaiss, ela significa “profundo amor à humanidade”, “desprendimento”, “generosidade para com outrem” e “caridade”. Mas, na prática, o que isso tudo quer dizer?

No Brasil, a ideia de filantropia está fortemente ligada ao conceito de assistencialismo, de “dar o peixe sem ensinar a pescar”. Ou seja, acredita-se que ela refira-se a boas ações, realizadas de modo isolado, de cunho paliativo e, portanto, pouco efetivas na resolução das necessidades da população. Porém, não é esta a definição que a Rede Filantropia defende. Filantropia é muito mais que isso - este conceito tem a ver com mudança efetiva, investimento social e desenvolvimento. Nos Estados Unidos, por exemplo, o termo é entendido de maneira bem mais ampla e positiva, sendo relacionado a doações efetuadas em benefício daqueles que estejam mais necessitados, com vistas à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

É importante ressaltar que as doações não se limitam a grandes quantias de dinheiro, como aquelas que filantropos como Bill Gates e Warren Buffet costumam destinar a alguma causa ou organização social, por exemplo, embora isso seja extremamente importante para que muitas ONGs, de diversos portes e atuantes em diversos segmentos, mantenham-se em atividade.

Na realidade, praticar ações filantrópicas está ao alcance de todos – independentemente de se ter ou não muito dinheiro na conta bancária.

#PRATIQUEFILANTROPIA

Lançada na edição 2016 do Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica (FIFE), evento promovido anualmente pelo Instituto Filantropia, a campanha **#PratiqueFilantropia** visa disseminar o bem e mostrar que a filantropia pode ser praticada tanto em grande quanto em pequenos gestos.

Seria incrível se tivéssemos a mesma condição financeira dos filantropos citados, podendo doar grandes quantias para qualquer boa causa que precisasse de ajuda, mas sabemos que eles são minoria em um planeta com mais de sete bilhões de habitantes. No entanto, o fato de não dispormos de tantos recursos financeiros não pode servir como desculpa para nos isentarmos da realização do que está ao nosso alcance.

Quando você age com ética e não leva vantagem sobre ninguém; quando se esforça para ser uma pessoa melhor, servindo de exemplo para que outros sejam iguais ou, ainda, melhores que você; quando você polícia seus próprios atos de modo que eles não prejudiquem ao próximo; quando respeita a opinião do outro, sem criticá-lo ou tentar se impor; quando você dedica seu tempo a alguém que precisa de um ombro amigo; quando você aprende a criticar menos e elogiar mais; quando você compartilha seu conhecimento com os demais... você está praticando filantropia.

Compre esta ideia! [#PratiqueFilantropia!](#) 

Contribuímos para que organizações sem fins lucrativos construam pontes entre suas causas e suas realizações, ao cocriar com elas a estratégia de comunicação e os relacionamentos com seus principais stakeholders.

lead
comunicação

Desde 1996, assessorando as grandes causas

+55 (11) 30462525 - falecom@lead.com.br -  /leadcomunica - lead.com.br

Produção editorial de **REVISTAS E INFORMATIVOS** de organizações sociais

- Produção de textos e reportagens
- Diagramação, revisão e tradução
- Impressão e publicação on-line
- Publicação em tablets e smartphones
- Distribuição



Peça um orçamento: (11) 2978-6686 | comercial@zeppelini.com.br



ZEPPELINI
PUBLISHERS

| www.zeppelini.com.br



CONTRATAÇÃO DE REFUGIADOS

A Rede Brasil do Pacto Global lançou documento sobre o engajamento de empresas na causa dos refugiados e um guia de perguntas e respostas com as principais dúvidas sobre as possibilidades de contratação. O objetivo é incluir o setor privado no diálogo sobre refúgio e gênero, trazendo exemplos nacionais e internacionais na área, além de fornecer orientações e workshops a refugiados sobre o mercado de trabalho brasileiro. Estes processos facilitarão a integração dessas pessoas em três áreas: trabalho e educação, sensibilização e cultura, e saúde. Além de esclarecer dúvidas, o documento com perguntas e respostas traz um panorama do refúgio no Brasil, explicações sobre os direitos de trabalho, documentos de apoio, bem como casos de empresas que integraram refugiados em sua equipe, como Lojas Renner e Grupo Carrefour. Entre os benefícios relatados por empresas que promovem atividades para refugiados estão a melhoria da imagem corporativa, mais engajamento de funcionários, apoio à diversidade no ambiente de trabalho e o desenvolvimento de habilidades de liderança para os funcionários que atuam como mentores de refugiados.

www.pactoglobal.org.br



EFD-REINF

A Receita Federal liberou, preliminarmente, o conjunto de arquivos que compõem versão beta 0.101 dos leiautes da Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída (), bem como os respectivos XSD. A versão beta anterior dos leiautes foi retirada. Trata-se do mais recente módulo do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e está sendo construída em complemento ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial). Até o fechamento desta edição, não havia ocorrido a publicação oficial. A EFD-Reinf abrange todas as retenções do contribuinte sem relação com o trabalho, bem como as informações sobre a receita bruta para a apuração das contribuições previdenciárias substituídas. A nova escrituração substituirá as informações contidas em outras obrigações acessórias, como o módulo da EFD-Contribuições que apura a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).

www.cenofisco.com.br

NORMAS CONTÁBEIS NO SETOR PÚBLICO

O processo de atualização e de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) às *International Public Sector Accounting Standards* (Ipsas) obteve mais um avanço em outubro, quando o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou as minutas da NBC TSP 01 – Receita de Transação sem Contraprestação, NBC TSP 02 – Receita de Transação com Contraprestação e da NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As normas foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU). Essas três primeiras normas se somam à NBC TSP Estrutura Conceitual, publicada no DOU no dia 4 de outubro. O CFC optou por convergir as normas brasileiras às Ipsas de maneira escalonada. Conforme o cronograma, serão publicadas a Estrutura Conceitual e cinco normas em 2016; 13 até 2018 e as demais até 2021, completando a convergência de 32 normas internacionais do setor público editadas pela International Federation of Accountants (Ifac). As normas recém-aprovadas entram em vigor em janeiro de 2017.

www.cfc.org.br

ESCRITURAÇÃO MODULARIZADA

A escrituração está modularizada por eventos de informações, contemplando a possibilidade de múltiplas transmissões em períodos distintos, de acordo com a obrigatoriedade legal. Dentre as informações prestadas na EFD-Reinf destacam-se aquelas associadas: aos serviços tomados/prestados mediante cessão de mão de obra ou empreitada; às retenções na fonte (IR, CSLL, Cofins, PIS/Pasep) incidentes sobre os pagamentos diversos efetuados a pessoas físicas e jurídicas; aos recursos recebidos por/repassados para associação desportiva que mantenha equipe de futebol profissional; à comercialização da produção e à apuração da contribuição previdenciária substituída pelas agroindústrias e demais produtores rurais pessoa jurídica; às empresas que se sujeitam à CPRB (Lei nº 12.546/11); e às entidades promotoras de evento que envolva associação desportiva que mantenha clube de futebol profissional.

www.cenofisco.com.br



PERITOS CONTÁBEIS

Os profissionais contábeis que exercem atividades de perícia contábil ganharam mais prazo para se inscrever no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A nova data-limite foi estabelecida para o dia 31 de dezembro de 2017. Anteriormente estava marcada para 31 de dezembro deste ano. A inscrição no CNPC será concedida pelo CFC em até 30 dias da data de solicitação, desde que todas as exigências para o cadastramento sejam atendidas. Importante ressaltar que a partir de 1º de janeiro de 2018 (um ano após o prazo original), o ingresso no CNPC estará condicionado à aprovação em exame específico, regulamentado pelo CFC. E que a permanência do profissional no CNPC estará condicionada à obrigatoriedade do cumprimento do Programa de Educação Profissional Continuada, que também será regulamentado pelo CFC. As inscrições devem ser feitas por meio dos portais dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC) e do CFC.

www.cfc.org.br

MANUAL DO ESOCIAL

Já está disponível para consulta a versão 2.2 do Manual de Orientação do eSocial (MOS). A publicação, de 151 páginas, é voltada ao esclarecimento do leiaute, das regras a serem seguidas e dos prazos a serem obedecidos pelos empregadores e órgãos públicos para a prestação das informações trabalhistas, previdenciárias e tributárias ao eSocial. O manual traz explicações sobre questões como registro de eventos trabalhistas, forma de cadastramento dos benefícios previdenciários, registro da folha de pagamento e outras funcionalidades. A iniciativa de publicação do manual separadamente dos leiautes inaugura a possibilidade de revisões menores separadas de cada documento, o que favorece a todos e facilita o trabalho de construção coletiva da obrigação acessória.

www.esocial.gov.br



OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS DUPLICADAS

Até o final deste ano, a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis (Fenacon), com apoio dos 37 sindicatos patronais que representa em todo o Brasil, divulgará uma extensa pesquisa para saber a real situação do problema envolvendo informações enviadas em duplicidade ao Fisco. Considerando a entrada em vigor do Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital (Sped), a ideia é formatar uma proposta de simplificação e, até mesmo, eliminação de procedimentos, que será levada aos poderes constituídos. Todas as obrigações que não envolvem diretamente o pagamento de tributos são consideradas acessórias. Entre elas, a emissão de nota fiscal dos produtos ou serviços, a elaboração de declarações como a Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e a emissão da folha de pagamento. Após identificar os pontos repetitivos na estrutura da administração tributária, a entidade apresentará ao Governo Federal sugestões de melhorias. A coleta e a análise dos dados serão feitas pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT).

www.fenacon.org.br

NOVA VERSÃO DA DMED

A Receita Federal lançou a nova versão do Programa Gerador da Dmed 2016 – Declaração de Serviços Médicos e de Saúde, obrigatória para pessoas jurídicas ou equiparadas, prestadoras de serviços médicos e de saúde, e para as operadoras de planos privados de assistência à saúde. As alterações atingem duas situações – informação de beneficiário de pagamento ou dependente de plano de saúde com idade entre 16 e 17 anos sem CPF: o CPF volta ser obrigatório a partir de 18 anos, para ambos os casos; para Dmed com grande volume de informações: correção do erro na conclusão da importação e da impossibilidade de gravação após a restauração de uma cópia de segurança. Para a Dmed, são serviços médicos e de saúde aqueles prestados por psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, dentistas, hospitais, laboratórios, serviços radiológicos, serviços de próteses ortopédicas e dentárias, e clínicas médicas de qualquer especialidade, bem como os prestados por estabelecimento geriátrico classificado como hospital pelo Ministério da Saúde e por entidades de ensino destinado à instrução de deficiente físico ou mental.

<http://idg.receita.fazenda.gov.br>



AUTODELAÇÃO NAS REDES SOCIAIS

Mostrar o dia a dia com postagens e fotos nas redes sociais pode render muito mais do que diversas curtidas e uma série de comentários; pode render o olhar do Fisco. É que já faz um tempo que a Receita Federal acompanha, na internet, os passos de contribuintes que levam uma vida de luxo e não declaram no Imposto de Renda. O monitoramento ajuda a cruzar as informações que o contribuinte declarou com o patrimônio exibido nas fotos ou nos vídeos postados no Facebook, Instagram ou YouTube. Se o que foi declarado não bater com a ostentação, a Receita abre processo de identificação do patrimônio. A estratégia complementa o cruzamento de outras informações como cartão de crédito, operações imobiliárias, movimentação financeira e convênios com outras administrações tributárias, inclusive em outros países. Por fim, para quem não se conformou com a notícia, o monitoramento não é invasão de privacidade, pois o próprio contribuinte deixa os dados em modo público, sem restrições.

📌 www.oestadoce.com.br

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA

O Ministério do Trabalho, por meio da Portaria MTb nº 1.261/2016, publicada no *Diário Oficial da União* 1 (DOU 1), de 27 de outubro, substituiu o modelo da Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana (GRCSU) e as respectivas instruções de preenchimento. As medidas começam a valer a partir de 13 de março de 2017. A GRCSU é o único documento hábil para a quitação dos valores devidos a título de Contribuição Sindical Urbana, sendo composta de duas vias, sendo uma destinada ao contribuinte, para comprovação da regularidade da arrecadação, e outra à entidade arrecadadora.

📌 <http://trabalho.gov.br>

RECEITANET E RECEITANETBX

A Receita Federal liberou em seu site as novas versões dos aplicativos Receitanet (1.09) e ReceitanetBX (1.6.2), responsáveis pela validação e transmissão de arquivos. Os usuários devem instalar as versões atualizadas já que, a partir da versão mais recente do Java 8, alguns certificados digitais podem não ser visualizados. Esses *apps* são fundamentais para o cumprimento das obrigações acessórias. O Receitanet é um serviço eletrônico que valida e transmite, via internet, as declarações de impostos e contribuições federais de pessoas físicas e jurídicas, como a DIRPF, DITR, Dirf, Dimob, DCTF, ECD, ECF, PER/DComp, entre outras. O ReceitanetBX é um sistema capaz de transmitir arquivos da base da RFB para contribuintes, representantes legais de empresas, procuradores autorizados por procuração eletrônica, entidades conveniadas e também aos seus servidores. Permite baixar arquivos como os da ECD, EFD-Contribuições e FCont.

📌 www.receita.fazenda.gov.br

BOLETOS COM CPF

A partir de 2017, os bancos passarão a exigir que os boletos informem o CPF de quem está sendo cobrado. Isso tornará mais fáceis os pagamentos, principalmente de quem, por exemplo, perde a data de vencimento. Em muitos casos, é preciso ir a uma agência do banco que emitiu o boleto para que os juros e a multa sejam calculados, ou pedir uma segunda via com uma nova data de vencimento. Com o novo sistema, boletos vencidos poderão ser pagos no aplicativo, na agência lotérica e em qualquer banco. Os juros e a multa serão calculados automaticamente. Os boletos só vão ser emitidos se a pessoa ou empresa pagadora informar o CPF ou CNPJ para quem está fazendo a cobrança. O cobrador envia o boleto e as informações vão para uma base de dados, acessível aos bancos. Quando o devedor fizer o pagamento, os dados do boleto têm que bater com os que estão no banco. O novo sistema deve evitar que fraudadores enviem boletos em nome de empresas e fiquem com o dinheiro.

📌 www.g1.globo.com

VERBAS RESCISÓRIAS

O eSocial já calcula as principais verbas rescisórias dos empregados domésticos. Basta o empregador informar a data e o motivo da rescisão e se é devido aviso-prévio indenizado. Com essas informações, o sistema efetua os cálculos das verbas saldo de salário, aviso-prévio indenizado, 13º salário, férias proporcionais, terço constitucional de férias e salário família, todos baseados no valor do salário contratual do empregado. Em situações específicas, o empregador deve alterar os valores calculados e/ou informar valores para outras rubricas, como horas extras, adicional noturno, desconto de faltas, multa por atraso no pagamento da rescisão etc. Nas situações em que o empregado doméstico não tem direito a férias indenizadas e recebe apenas salário fixo, ele não precisa fazer cálculos rescisórios. A nova funcionalidade facilita os procedimentos de geração do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho.

📌 <http://idg.receita.fazenda.gov.br>

FILANTROPIA RESPONDE

CONSULTORIA PARA O TERCEIRO SETOR

1) Uma entidade beneficente é obrigada a instituir um Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PPLR)?

Cabe esclarecer que a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa é regulamentada pela Lei n.º 10.101/2000, sendo que o § 3º do artigo 2º da referida lei expressamente prevê que não se equipara à empresa a entidade sem fins lucrativos que, cumulativamente: a) não distribua resultados, a qualquer título, ainda que indiretamente, a dirigentes, administradores ou empresas vinculadas; b) aplique integralmente seus recursos em sua atividade institucional e no país; c) destine seu patrimônio à entidade congênere ou ao Poder Público, em caso de encerramento de suas atividades; d) mantenha escrituração contábil capaz de comprovar a observância dos demais requisitos desse inciso, e das normas fiscais, comerciais e de direito econômico que lhe sejam aplicáveis. Assim, entendemos que a instituição dos chamados PLR/PPLR não se aplica às entidades beneficentes sem fins lucrativos que atendam aos requisitos legais.

2) A quem compete representar junto ao ministério competente quando se verifica irregularidades nas entidades certificadas pela Lei n.º 12.101/2009?

Em suma, são competentes para representar, motivadamente, ao ministério responsável pela sua área de atuação, sem prejuízo das atribuições cabíveis do Ministério Público: 1) o gestor municipal ou estadual do SUS ou Suas, de acordo com sua condição de gestão, bem como o gestor da educação municipal, distrital ou estadual; 2) a Secretaria da Receita Federal do Brasil; 3) os conselhos de acompanhamento e controle social previstos na Lei n.º 11.494/2007 e os Conselhos de Assistência Social e de Saúde; 4) o Tribunal de Contas da União. Cabe destacar que a representação será dirigida ao ministério que concedeu a certificação e conterà a qualificação do representante, a descrição dos fatos a serem apurados e, sempre que possível, a documentação pertinente e demais informações relevantes para o esclarecimento do seu objeto (artigo 27 da Lei n.º 12.101/2009).

3) Com a promulgação da Lei n.º 13.019/2014, como será realizada a prestação de contas por uma organização da sociedade civil que celebrar uma parceria

com a Administração Pública por período superior a 12 meses?

A prestação de contas e todos os atos que dela decorram serão realizados em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado, conforme o artigo 65 desta lei. Além disso, caso a parceria seja superior a um ano, a prestação de contas deverá ser apresentada ao final de cada exercício, com vistas a monitorar o cumprimento das metas e objeto da referida parceria, conforme § 2º do artigo 67 da Lei n.º 13.019/2014.

4) Sou dirigente de uma entidade que promove ações e serviços voltados à Promoção da Saúde. Gostaria de saber como proceder para comprovar a condição de beneficente visando à obtenção do Cebas?

O artigo 8-A da Lei n.º 12.101/2009, assomado ao inciso VII do artigo 4º da Portaria n.º 834/2016, prevê que ações e serviços de promoção da saúde devem ser previamente acordados com o gestor local do SUS, e, para serem consideradas como tal, devem ser desenvolvidas nas áreas de nutrição e alimentação saudável; atividade física; prevenção e controle do tabagismo; prevenção ao câncer, ao vírus HIV, às hepatites virais, à tuberculose, à hanseníase, à malária e à dengue; redução da morbimortalidade em decorrência do uso abusivo de álcool e outras drogas, por acidentes de trânsito e nos diversos ciclos de vida; e prevenção da violência. Outra forma de promover tal comprovação seria a partir do artigo 8-B, combinado ao inciso VIII do artigo 4º da mesma Portaria, isto é, a partir da aplicação de ao menos 20% da receita bruta em ações de gratuidade, direcionada às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de drogas.

5) As entidades sem fins lucrativos estão qualificadas para formação técnico-profissional metódica? Elas estão obrigadas na contratação de aprendizes?

Na forma do inciso III do artigo 8º do Decreto n.º 5.598/2005, as entidades sem fins lucrativos estão qualificadas para formação técnico-profissional metódica. Por sua vez, o artigo 14º prevê que elas também estão dispensadas da contratação de aprendizes, desde que, em ambos os casos, tenham como objetivo a educação profissional.

FILANTROPIA

FAÇA PARTE DA
MAIOR REDE DE
CONHECIMENTO
TÉCNICO E DE GESTÃO
DE ORGANIZAÇÕES
SOCIAIS!

AFILIE-SE:

www.filantropia.org

#

CAPA

CENSO FILANTROPIA



LEVANTAMENTO SETORIAL PROMOVIDO PELA REDE FILANTROPIA VISA TRAÇAR O PERFIL DOS PLAYERS SOCIAIS NO BRASIL

Por Paula Craveiro

Entre os meses de novembro e dezembro de 2016, a Rede Filantropia realizou seu primeiro censo setorial. “O objetivo do levantamento foi conhecer um pouco mais sobre os *players* sociais do Terceiro Setor brasileiro, ou seja, as pessoas envolvidas nesse setor de maneira geral, como gestores de organizações, funcionários, voluntários, investidores sociais, entre outros, e, a partir daí, buscar definir um perfil desses profissionais”, explica Marcio Zeppelini, presidente da Rede e um dos coordenadores da pesquisa.

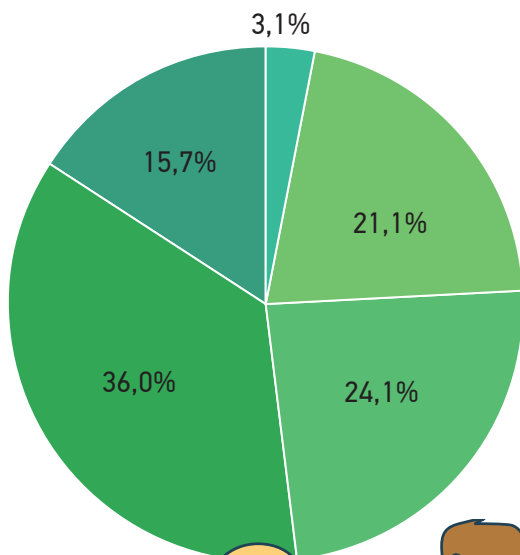
O questionário, composto por 13 perguntas de múltiplas respostas, foi encaminhado por e-mail a cerca de 40 mil entes que compõem a base de contatos da Rede Filantropia, incluindo voluntários, empresas que atuam com investimento social privado, prestadores de serviços para a área social, gestores, entre outros. Ao todo, foram recebidas 394 respostas, volume que equivale a 1% do total de questionários enviados, índice estatisticamente válido como amostra.

O levantamento foi dividido em duas etapas, sendo a primeira delas focada no perfil dos profissionais atuantes no Terceiro Setor, incluindo faixa etária e formação acadêmica; e a segunda, direcionada às organizações sociais especificamente.

PERFIL DOS PROFISSIONAIS

O *Censo Filantropia* 2016 buscou, por meio de perguntas com respostas previamente estabelecidas, em formato de múltiplas alternativas, conhecer um pouco mais sobre os profissionais – remunerados ou voluntários – que integram o Terceiro Setor brasileiro.

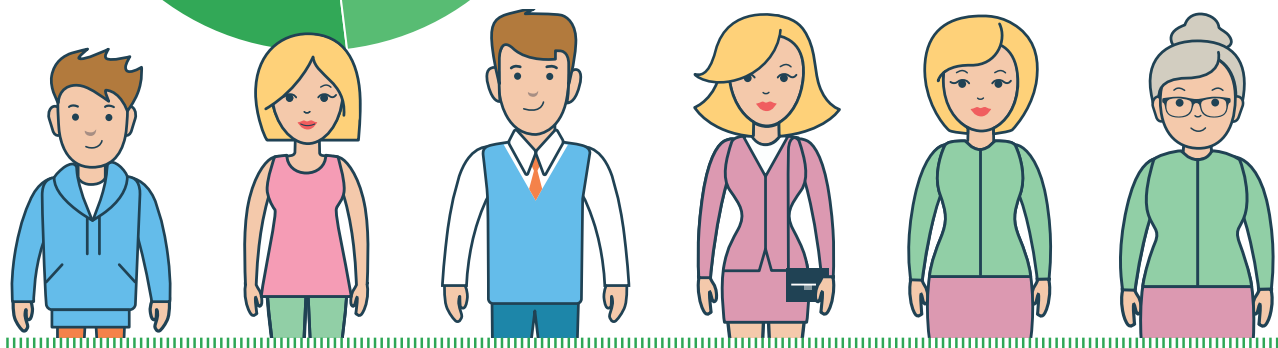
Os dados disponibilizados a seguir correspondem às quatro primeiras perguntas do questionário e apresentam um breve panorama de quem são as pessoas atuantes neste segmento.



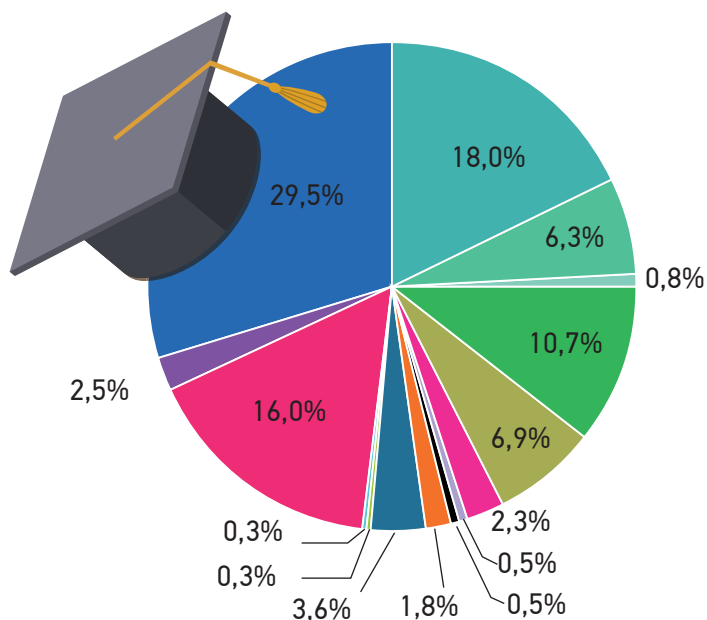
FAIXA ETÁRIA

- 16 a 25 anos
- 26 a 35 anos
- 36 a 45 anos
- 46 a 60 anos
- Acima de 60 anos

Das 394 respostas recebidas no *Censo Filantropia*, 36% dos respondentes indicaram ter idades entre 46 e 60 anos, enquanto aqueles que têm idades entre 36 e 45 anos representam 24,1%.

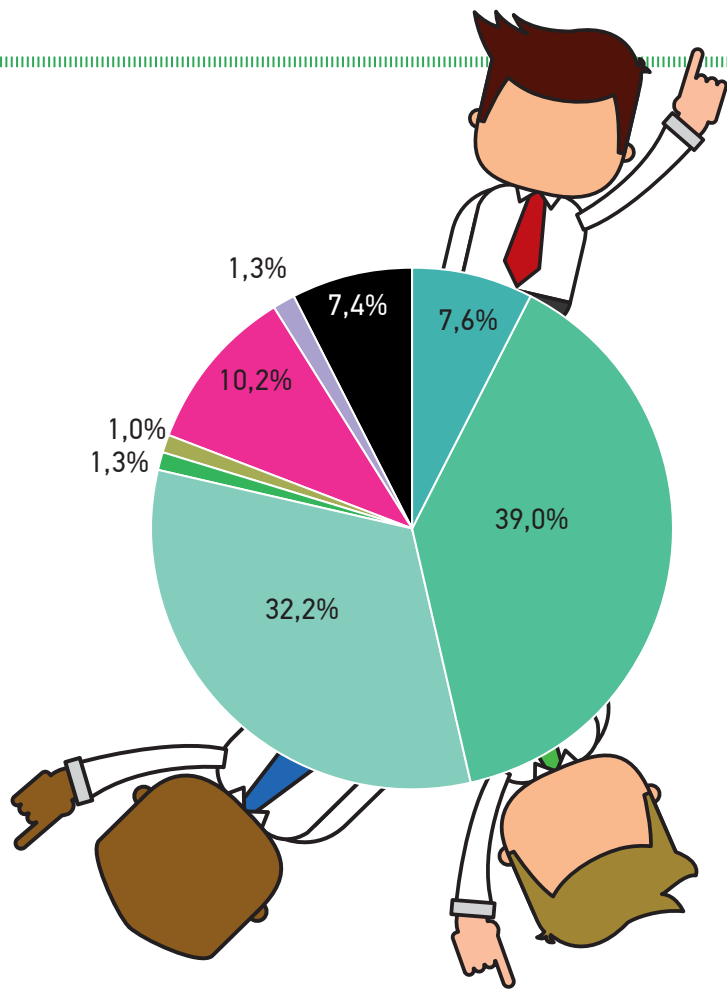


FORMAÇÃO ACADÊMICA



- Administração
- Direito
- Auditoria
- Contabilidade
- Comunicação e Marketing
- Engenharia
- Eventos
- Medicina
- Recursos Humanos
- Tecnologia
- Turismo
- Secretariado
- Serviço Social
- Sem formação específica/ Ensino Médio
- Outros

O levantamento também identificou que há uma grande variação quanto à formação acadêmica dos participantes do Terceiro Setor brasileiro. Entre as áreas que mais se destacaram estão: Administração, com 18%; Serviço Social, com 16%, Contabilidade, com 10,7%; Comunicação e Marketing, com 6,9%; e Direito, com 6,3%.



INGRESSO NO TERCEIRO SETOR

O que o motivou a ingressar no Terceiro Setor?

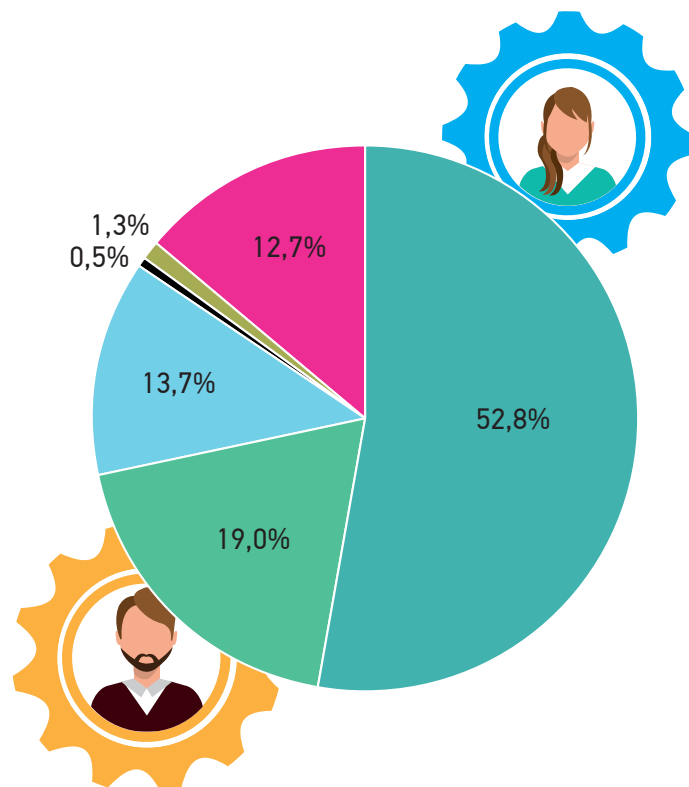
- Tive/tenho incidência da causa na família ou de conhecidos
- Tive uma oportunidade profissional
- Acredito que meu trabalho ajuda a deixar o mundo mais justo
- Tenho tempo ocioso e o ocupo com o Terceiro Setor
- Precisava de algo que preenchesse minha mente e alma
- Acredito que o Terceiro Setor está em crescimento e penso em plano de carreira para minha área
- Faço doações em dinheiro ou outros recursos
- Nenhuma das razões listadas

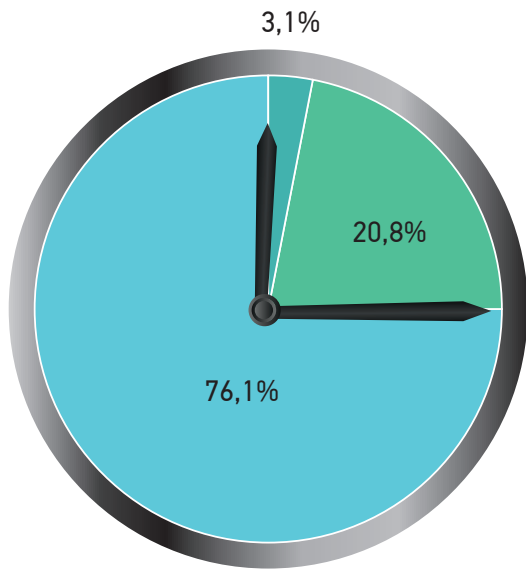
Quando questionados sobre os motivos que os levaram a ingressar nesse setor, 154 entrevistados (39,1%) responderam que isso se deu por meio de uma oportunidade de trabalho. Outros 32,2% (127 participantes) justificaram sua entrada nesse mercado por acreditar que seu trabalho ajudaria a deixar o mundo “mais justo”. O envolvimento de familiares com alguma causa social foi o terceiro motivo mais citado, destacado por 30 participantes (7,6%).

FORMA DE ATUAÇÃO

- Trabalho em uma ONG (com remuneração)
- Sou voluntário de uma ONG
- Sou prestador de serviços para ONGs
- Sou estudante
- Sou doador
- Outros

Em relação ao tipo de vínculo profissional dos participantes da pesquisa, 52,8% dos respondentes – ou seja, 208 pessoas – afirmaram atuar em uma organização social mediante trabalho remunerado, enquanto 75 pessoas (19%) disseram ser voluntários e 50 (12,7%) identificaram-se como prestadores de serviços.





TEMPO DE ATUAÇÃO

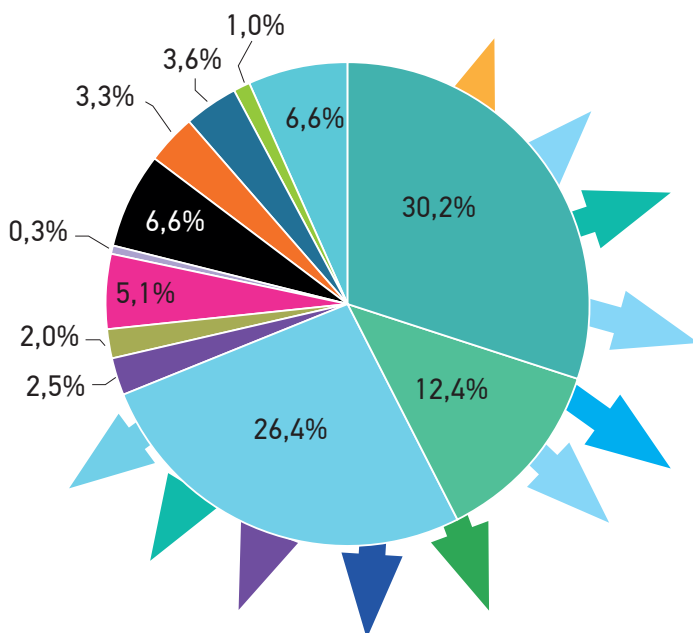
Há quanto tempo se dedica ao Terceiro Setor?

- Menos de 1 ano
- De 1 a 5 anos
- Mais de 5 anos

Dos 394 profissionais que responderam ao levantamento da Rede Filantropia, 300 deles (76,1%) estão envolvidos com o Terceiro Setor há mais de cinco anos, enquanto 82 (20,8%) possuem entre um e cinco anos de atuação na área.

PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Em um segundo momento do *Censo Filantropia 2016*, foram realizadas nove perguntas a respeito do perfil das organizações sociais em que os profissionais consultados atuavam. Os resultados são apresentados a seguir e destacam aspectos como principais áreas de atuação, disponibilidade orçamentária e número de beneficiários diretos.

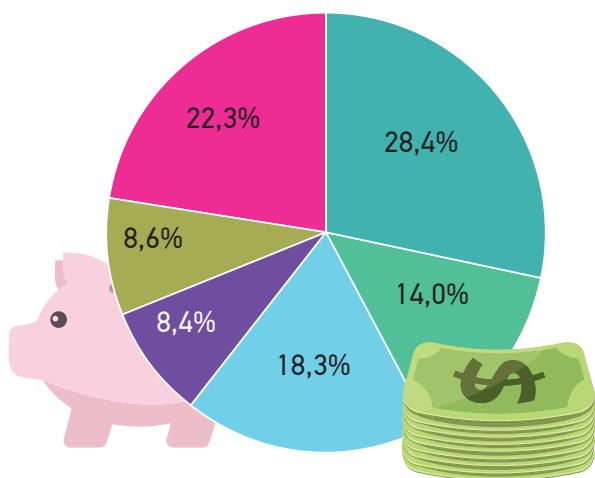


SEGMENTO DE ATUAÇÃO

- Assistência Social
- Saúde
- Educação
- Cultura
- Meio Ambiente
- Defesa de Direitos
- Pesquisa Científica
- Assessoramento
- Empresas com fins lucrativos
- Empreendedor social
- Governo
- Outros

Das 394 respostas recebidas no *Censo Filantropia*, 36% dos respondentes indicaram ter idades entre 46 e 60 anos, enquanto aqueles que têm idades entre 36 e 45 anos representam 24,1%.

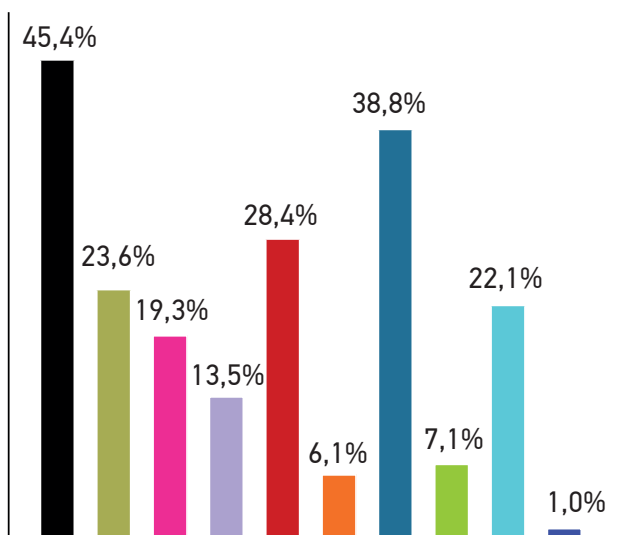
ORÇAMENTO DA ORGANIZAÇÃO



- Até R\$ 500 mil
- De R\$ 500 mil a R\$ 1 milhão
- De R\$ 1 milhão a R\$ 5 milhões
- De R\$ 5 - 20 milhões
- Mais de R\$ 20 milhões
- Não informado

Em relação ao orçamento atualmente disponível para as organizações sociais, 28,5% dos participantes do *Censo Filantropia* afirmaram que suas ONGs dispõem de até R\$ 500 mil, enquanto 18,3% disseram ter orçamentos compreendidos entre R\$ 1 milhão e R\$ 5 milhões, e 14,0% apontaram estar entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão. Dos 394 respondentes, 88 (22,3%) optaram por não responder à questão.

FONTES DE RECURSOS

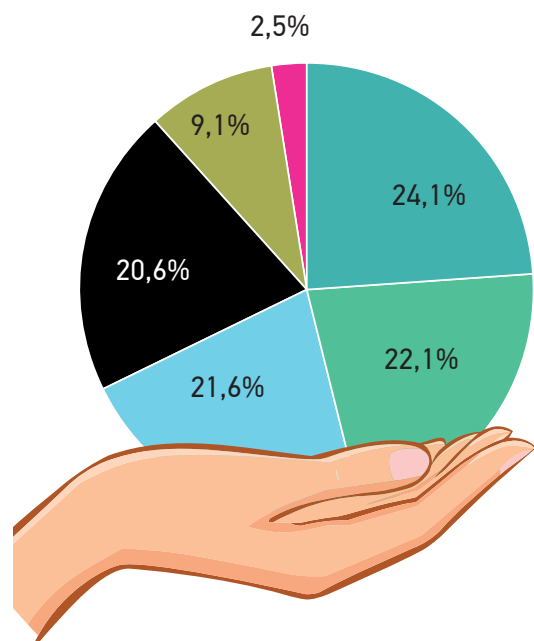


- Pessoa física (doações)
- Patrocínios
- Editais
- Geração de renda (venda de produtos)
- Prestação de serviços
- Associativismo
- Recursos públicos
- Fundo patrimonial
- Eventos
- Crowdfunding

Perguntados sobre as principais fontes de recursos para a manutenção de suas organizações e seus projetos, 45,5% dos participantes afirmaram que suas ONGs têm respaldo financeiro nas doações de pessoas físicas, 38,8% contam com recursos públicos, 28,4% mantêm-se por meio de verbas oriundas de prestação de serviços e 23,6%, a partir de patrocínios.

VOLUNTARIADO

Sua organização possui voluntários?



- Não possui voluntários
- De 1 a 5 voluntários
- De 5 a 20 voluntários
- De 20 a 100 voluntários
- De 100 a 1.000 voluntários
- Mais de 1.000 voluntários

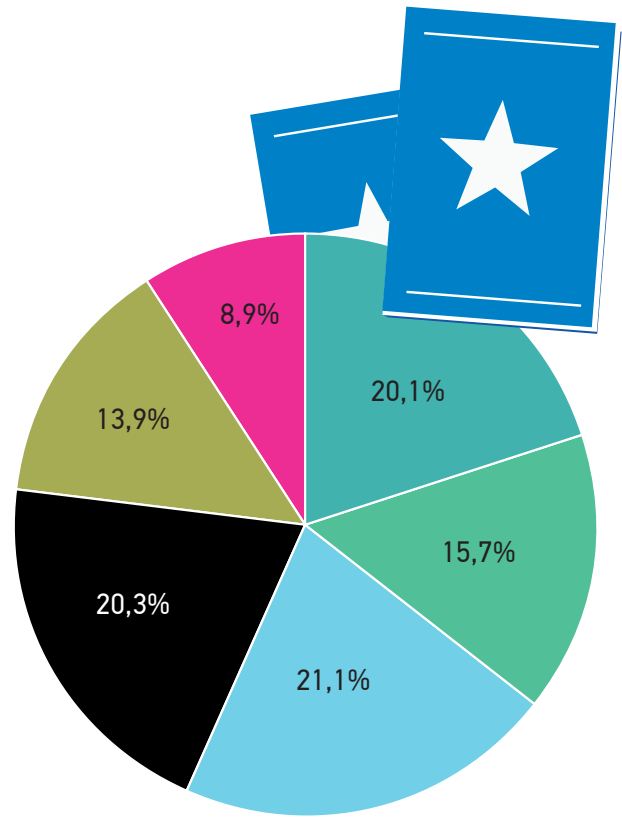
Quando questionados sobre o total de voluntários atuantes em suas organizações sociais, 22,1% dos participantes afirmaram que suas ONGs contam com apoio de 1 a 5 voluntários. Já 21,6% apontaram ter entre 5 e 20, enquanto outros 20,6% disseram ter entre 20 e 100 voluntários. No entanto, 95 (24,1%) pontuaram que suas organizações não contam com a atuação de voluntários.

REGIME CLT

Sua organização possui empregados em regime CLT?

- Não possui
- De 1 a 5 empregados
- De 5 a 20 empregados
- De 20 a 100 empregados
- De 100 a 1.000 empregados
- Mais de 1.000 empregados

Quando perguntados sobre o número de profissionais atuantes em suas organizações sociais devidamente registrados sob o regime CLT, 21,1% dos entrevistados – o equivalente a 83 respostas – afirmaram que suas ONGs possuem entre 5 e 20 funcionários registrados. Já 20,3% disseram contar com um quadro funcional composto por 20 a 100 colaboradores registrados, enquanto 15,7% contam com 1 a 5 profissionais em regime CLT. Do universo consultado, 20,1% não têm funcionários registrados.

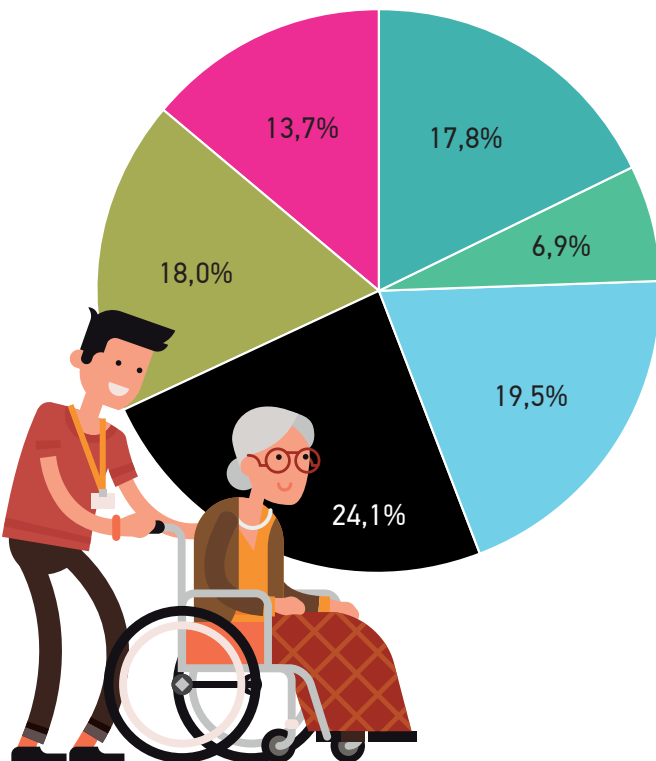


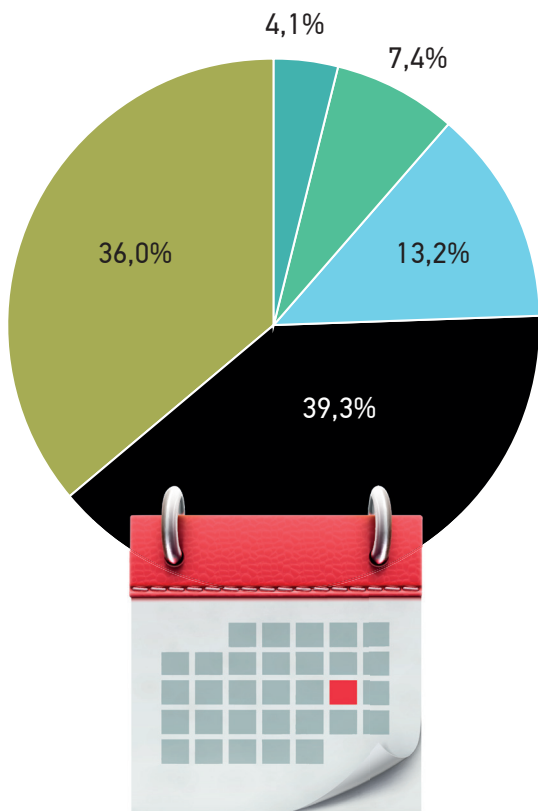
BENEFICIÁRIOS DIRETOS

Quantos beneficiários (diretos) sua organização registra por ano?

- Não possui beneficiários diretos
- De 10 a 50 beneficiários
- De 50 a 200 beneficiários
- De 200 a 1.000 beneficiários
- De 1.000 a 10 mil beneficiários
- Mais de 10 mil beneficiários

À pergunta *Quantos beneficiários (diretos) sua organização registra por ano?*, 24,1% dos participantes do *Censo Filantropia 2016* responderam que suas organizações sociais beneficiam entre 200 e 1.000 pessoas anualmente; 19,5% afirmaram atender entre 50 a 200 pessoas; e 18,0% responderam que atendem a um público estimado de 1.000 a 10 mil pessoas. Importante destacar que, dos 394 consultados, 70 (17,8%) pontuaram não fazer atendimentos diretos.



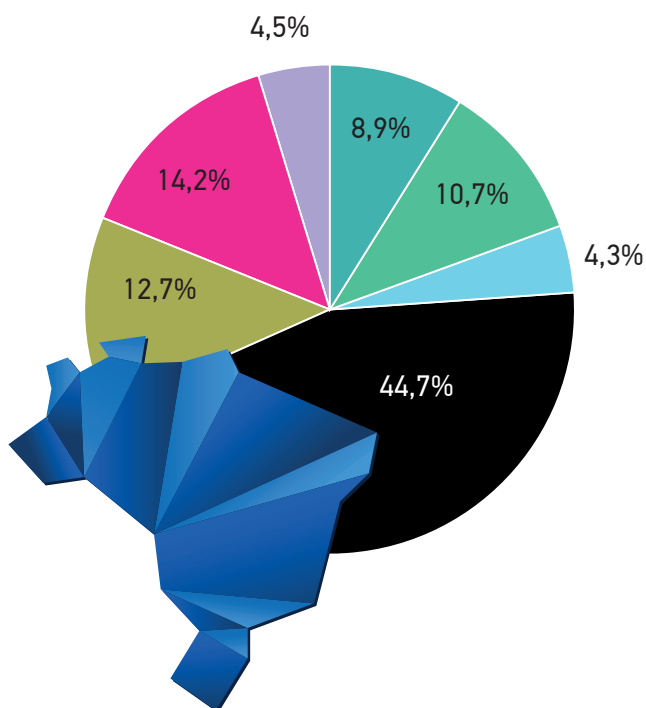


PERÍODO DE ATIVIDADE

Há quanto tempo existe sua organização?

- Menos de 2 anos
- De 2 a 5 anos
- De 5 a 10 anos
- De 10 a 30 anos
- Mais de 30 anos

Em resposta a *Há quanto tempo existe sua organização?*, 39,3% (155 participantes) disseram que suas organizações sociais têm entre 10 e 30 anos de existência e 36,0% (142) indicaram ter mais de 30 anos. ONGs novas, com menos de dois anos de atuação, correspondem a apenas 4,1%.



REGIÃO DE ATUAÇÃO

- Centro-Oeste
- Nordeste
- Norte
- Sudeste
- Sul
- Mais de uma região
- Outros

Em relação à região em que as organizações atuam, quase metade delas (44,7%) estão localizadas na Região Sudeste e 12,7% estão sediadas no Sul. Cinquenta e seis participantes (14,2%) afirmaram que suas organizações atuam em mais de uma região.

“As informações obtidas no *Censo Filantropia 2016* ajudaram, ainda que parcialmente, a compreender um pouco mais sobre este setor no Brasil, saber quem são as pessoas que o compõe e como estão distribuídas as prioridades de ação e investimento das organizações”, conclui Zeppelini. 🌱



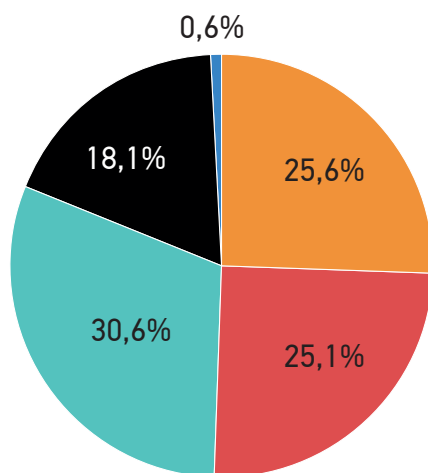
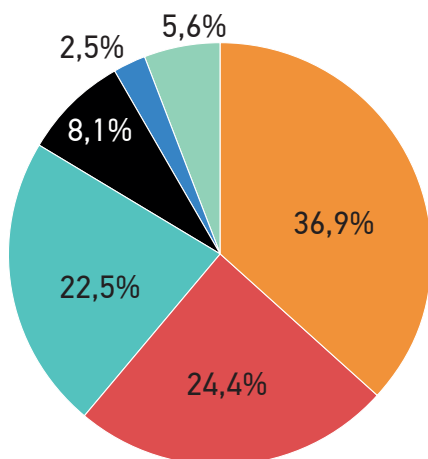
O IMPACTO DA REDE FILANTROPIA PARA O TERCEIRO SETOR

Pesquisa visa compreender quais são os benefícios trazidos às organizações sociais afiliadas

Por Paula Craveiro

Como vencer correntezas, superar tempestades e conquistar novos destinos sem o conhecimento necessário? O Instituto Filantropia nos proporcionou esse aprendizado

Marcia Fontenelle
Instituto Povo do Mar



Em complementação ao levantamento realizado pelo Censo Filantropia 2016 (como visto na matéria de capa desta edição), a Rede Filantropia realizou uma pesquisa paralela, a fim de compreender o impacto da Rede Filantropia no dia a dia das organizações do Terceiro Setor brasileiro.

“Este estudo visa compreender quais são os benefícios que a Rede leva para as ONGs afiliadas. Além disso, servirá como balizador para futuras melhorias e novas benfeitorias aos integrantes da Rede”, explica Thaís Iannarelli, diretora executiva da Rede Filantropia e uma das responsáveis pela pesquisa.

Realizada entre os meses de maio e dezembro de 2016, a pesquisa conta com nove questões. Ao todo, foram recebidas 161 respostas, de um universo de 4.000 afiliados consultados. A seguir são apresentados os resultados obtidos.

PRIMEIRO CONTATO

A primeira pergunta do levantamento diz respeito à forma como os atuais afiliados tomaram contato com a Rede Filantropia – *Como você conheceu a Rede Filantropia?*

Das 161 respostas recebidas durante o período de consulta aos afiliados, 36,9% afirmaram conhecer a Rede desde a época em que havia apenas a Revista Filantropia; 24,4% disseram que tomaram contato a partir da realização de treinamentos ou participação em eventos promovidos pela Diálogo Social, braço educacional da Rede. Um ponto interessante foi notar que 22,5% a conheceram pela internet – seja por meio de buscas ou compartilhamentos de informações.

- Conheço desde a época em que era só a revista
- Particpei de um evento/treinamento de vocês
- Achei vocês na internet
- Não me recordo
- Outro

TEMPO DE AFILIAÇÃO

Em relação ao tempo em que a organização social integra a Rede (*Há quanto tempo você faz parte da Rede Filantropia?*), 50,7% afirmaram ser afiliados há no máximo dois anos – 25,6% estão há menos de um ano, enquanto 25,1% estão entre dois e três anos. Dos consultados, apenas 0,6% ainda não são afiliados.

- Menos de 1 ano
- De 1 a 2 anos
- De 2 a 5 anos
- Mais de 5 anos
- Ainda não sou afiliado

⁴As respostas e os comentários enviados pelos participantes para a pesquisa são de caráter sigiloso, portanto, não serão citados os nomes dos profissionais nem as organizações às quais eles pertencem. Os nomes mencionados são resultado de uma consulta paralela à pesquisa aqui apresentada, em caráter complementar



CANAIS FILANTROPIA

Atualmente, a Rede Filantropia disponibiliza aos seus afiliados diversos canais de informação, comunicação e educação



Portal Filantropia



Revista Filantropia



e-books Filantropia



Livros impressos



Filantropia Itinerante



Di@logando



Diálogo Social



Filantropia Responde

FIFE 2017

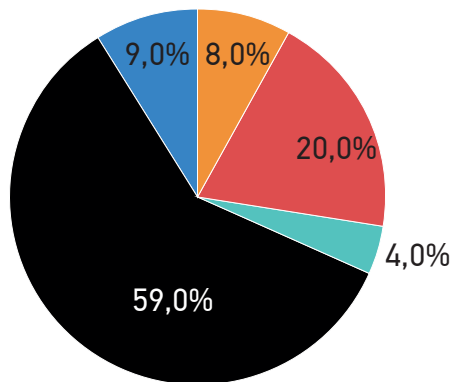
FÓRUM INTERAMERICANO DE FILANTROPIA ESTRATÉGICA

FIFE – Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica

A Rede Filantropia é nossa principal referência sobre a gestão do terceiro setor no Brasil

Fernanda Salles - Socorro aos Necessitados

Questionados sobre quais canais Filantropia o afiliado conhece e utiliza, o Portal Filantropia e a Revista Filantropia (versão impressa) foram indicados como os mais conhecidos – 91,9% e 95,0%, respectivamente.



PORTAL FILANTROPIA

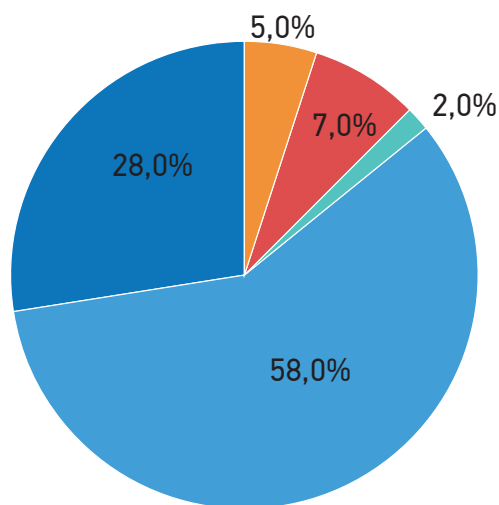
O Portal Filantropia é utilizado por 68,4% do público (59,4% dos respondentes da pesquisa afirmaram que “conhecem, usam e gostam” dele, enquanto 8,8% consideram-se “fãs de carteirinha”).

- Não conheço.
- Conheço, mas nunca usei.
- Conheço, mas não curti.
- Conheço, uso e gosto!
- Conheço e sou fã de carteirinha

Gosto do conteúdo da revista, pois acho que ele é bem trabalhado. Costumo usá-lo como reforço nos argumentos de negociação (aprovação de projetos com diretoria) e atualização da legislação/ações”,

No entanto, como ponto de melhoria, gostaria de ver publicações mais voltadas para as empresas com trabalhos sociais. Exemplos de voluntariado; comunicação de ações dentro das empresas; investimentos menores, afinal, nem toda empresa tem milhões para investir...

Patricia Perobelli Gonçalves - analista de sustentabilidade do Programa Inteligência Social, da Deloitte



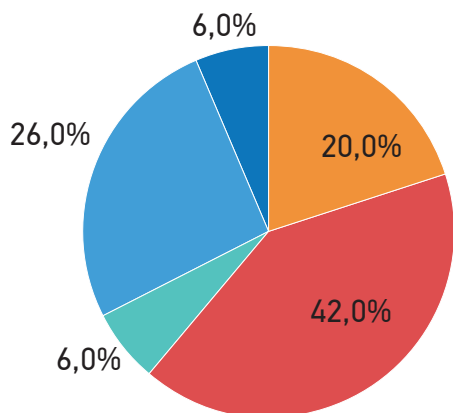
REVISTA FILANTROPIA

A versão impressa da Revista Filantropia apresenta boa conceituação junto aos afiliados, sendo aprovada por 85,6% – do total de respostas obtidas, 27,5% afirmaram que “conhecem e são fãs de carteirinha” da publicação.

- Não conheço
- Conheço, uso e gosto!
- Conheço, mas nunca usei
- Conheço e sou fã de carteirinha
- Conheço, mas não curti

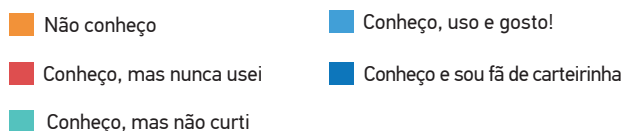
As seções mais lidas, segundo os afiliados, são: matéria de capa (64,9%), conteúdos focados em comunicação e captação de recursos (62,0%), conteúdos de administração (60,5%) e entrevista técnica (59,7%).

Seção	Nunca li (%)	Li, mas não curti (%)	Leio às vezes (%)	Adoro! Leio sempre (%)
Entrevista com celebridades	11,1	2,8	62,5	23,6
Entrevista técnica	4,7	0,7	34,9	59,7
Matéria de capa	3,4	0,6	31,1	64,9
Radar Social e Painel de Controle	9,1	4,1	47,6	39,2
Filantropia Responde	8,2	2,1	41,8	47,9
Gestão – Voluntariado e Ativismo	8,1	4,7	42,6	44,6
Gestão – Contabilidade e Legislação	8,7	3,9	34,7	52,7
Gestão – Comunicação e Captação de Recursos	4,7	1,3	32,0	62,0
Gestão – Administração	4,1	0,7	34,7	60,5
Multiplicando o SUAS	20,3	7,4	47,3	25,0
Sustentabilidade e				
Responsabilidade Social	4,0	3,4	39,3	53,3
DataFilantropia	20,7	7,6	46,2	25,5
Meio Ambiente	9,5	6,8	48,6	35,1
Fique Ligado	12,9	4,8	40,8	41,5
Geração de Renda	10,1	3,4	43,9	42,6
Reflexão	7,4	4,8	45,9	41,9



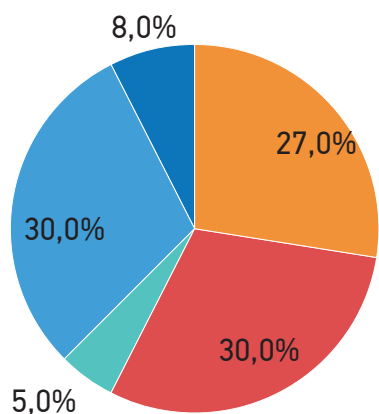
REVISTA FILANTROPIA DIGITAL

Já a versão digital da Revista Filantropia mostrou ainda ser pouco conhecida ou pouco utilizada pelos afiliados. Vinte por cento disseram não conhecer essa versão, enquanto outros 41,3% afirmaram conhecê-la, porém não a acessam.



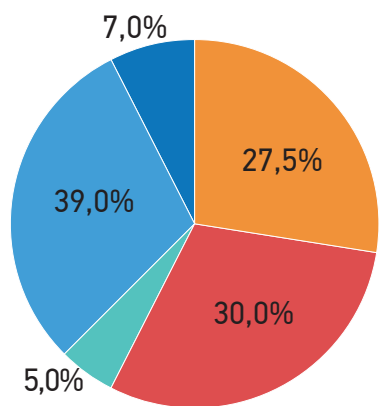
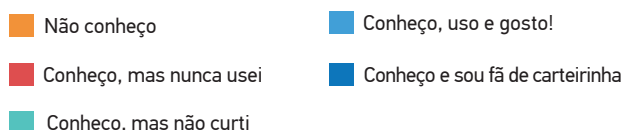
Durante o levantamento, os integrantes da Rede também opinaram quanto à qualidade do Portal e da Revista Filantropia no tocante aos seguintes aspectos:

Quesito	Excelente (%)	Bom (%)	Regular (%)	Ruim (%)	Não conheço (%)
Conteúdo técnico	63,1	31,9	1,2	–	3,8
Linguagem	59,4	34,4	2,4	–	3,8
Visual e diagramação	52,5	39,4	3,8	1,2	3,1
Facilidade de leitura	53,1	37,5	3,8	1,8	3,8



E-BOOKS FILANTROPIA

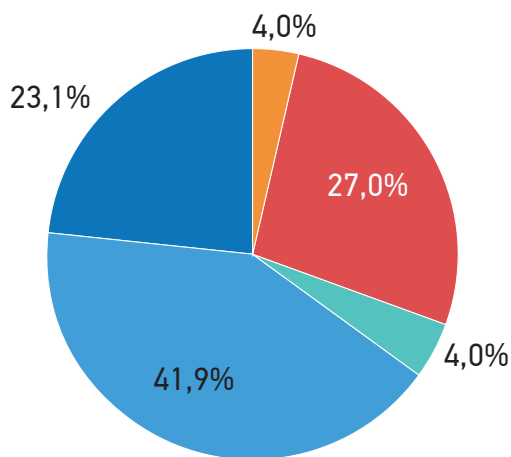
Mais de um quarto dos afiliados participantes da pesquisa destacaram ainda desconhecer os e-books Filantropia. A coleção de livros digitais da Rede Filantropia conta atualmente com títulos como *Relações Trabalhistas no Terceiro Setor*, *Comunicação e Marketing e Tecnologia e Captação de Recursos pela Internet*. No entanto, 37,5% dos consultados fazem uso constante do material.



LIVROS IMPRESSOS

Mais de 45,0% dos afiliados entrevistados afirmaram conhecer e gostar dos livros impressos publicados pela Rede Filantropia. Por outro lado, 28,1% ainda desconhecem esse material.

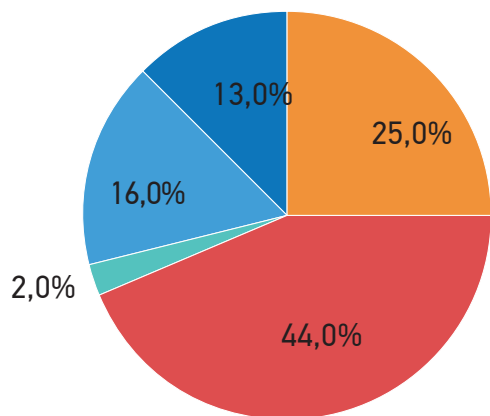




DIÁLOGO SOCIAL

Principal braço educacional do Filantropia, a Diálogo Social é responsável pela realização de treinamentos e eventos focados no Terceiro Setor. Sua aceitação junto ao público consultado é de 65,0%.

- Não conheço
- Conheço, uso e gosto!
- Conheço, mas nunca usei
- Conheço e sou fã de carteirinha
- Conheço, mas não curti



FIFE

O Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica (FIFE), promovido anualmente pelo Instituto Filantropia desde 2014, tem o objetivo reunir temas variados voltados à gestão do Terceiro Setor, envolvendo aspectos relacionados à legislação, contabilidade, comunicação, administração, voluntariado e assistência social. Com duração de quatro dias, o evento traz profissionais brasileiros e estrangeiros dessas áreas para compartilhar conhecimento com os participantes. Este ano, o Fórum será realizado em Foz do Iguaçu, no Paraná, entre os dias 4 e 7 de abril.

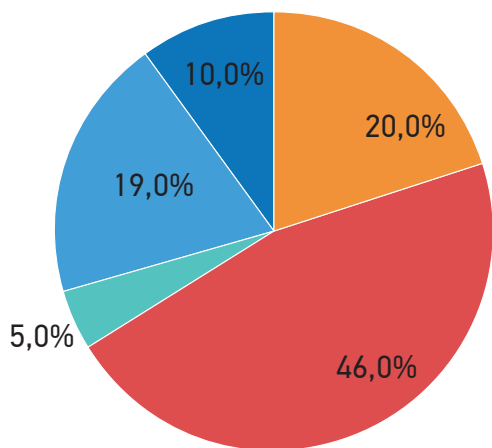
Durante o levantamento, foi constatado que, apesar de sua relevância, 25,0% dos afiliados ainda não o conhecem. Contudo, 28,8% aprovam sua qualidade e seu conteúdo.

- Não conheço
- Conheço, uso e gosto!
- Conheço, mas nunca usei
- Conheço e sou fã de carteirinha
- Conheço, mas não curti



Por meio da Rede Filantropia nos mantemos informados sobre as mudanças legais e as oportunidades para captação de recursos, dessa forma estamos plenamente satisfeitos em participarmos de uma ação tão inovadora

Vanderlei da Silva
SOS Sorocaba

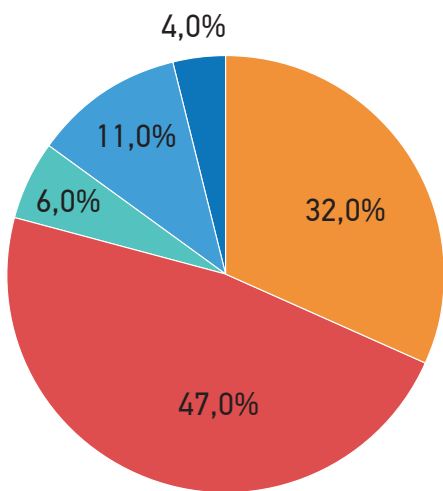


DIÁLOGOS FILANTROPIA

O seminário Diálogos Filantropia foi criado com o objetivo de disseminar e fortalecer a informação técnica para os gestores de organizações sociais, culturais e ambientais. O evento percorre todo o Brasil cumprindo sua meta de democratizar a informação e levar conhecimentos sobre temas relevantes para a boa gestão de uma organização sem fins lucrativos. Um elenco de palestrantes de diferentes áreas aborda, em um dia dinâmico de aprendizado, temas como contabilidade, legislação e aspectos jurídicos, captação de recursos e desenvolvimento institucional.

Do total de consultados, 19,4% afirmaram aprovar o conteúdo e o formato dos seminários. No entanto, aproximadamente 50,0% deles ainda não tiveram a oportunidade de participar do evento.

- Não conheço
- Conheço, uso e gosto!
- Conheço, mas nunca usei
- Conheço e sou fã de carteirinha
- Conheço, mas não curti

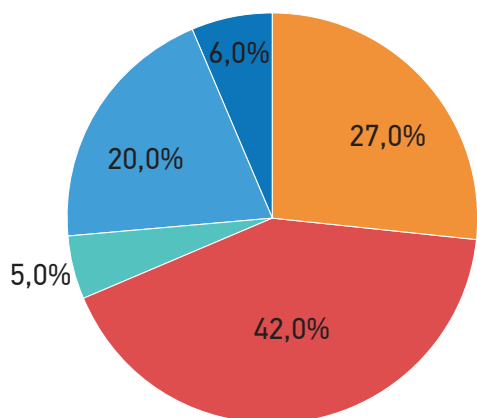


FILANTROPIA RESPONDE

A Filantropia Responde é uma consultoria coletiva, prestada exclusivamente para afiliados em dia com a anuidade da Rede Filantropia. A atividade visa promover um momento de interação entre membros da Rede Filantropia e os profissionais do Terceiro Setor que atuam em diversas áreas da gestão.

De grande valia para o dia a dia das organizações sociais, o canal ainda é pouco explorado pelos integrantes da Rede – 47,5% conhecem a consultoria, mas ainda não utilizaram este recurso, e 31,9% ainda a desconhecem.

- Não conheço
- Conheço, uso e gosto!
- Conheço, mas nunca usei
- Conheço e sou fã de carteirinha
- Conheço, mas não curti



DI@LOGANDO

Realizado mensalmente, o Di@logando são palestras e workshops gratuitos promovidos na sede da Rede, em São Paulo, com duração de duas horas, e abordam temas variados. Um quarto dos respondentes do levantamento disse “gostar e usar” e “ser fã de carteirinha” – 20,0% e 5,0%, respectivamente.

- Não conheço
- Conheço, uso e gosto!
- Conheço, mas nunca usei
- Conheço e sou fã de carteirinha
- Conheço, mas não curti

Todos os canais são bem proveitosos, mas a Revista Filantropia é o que mais nos ajuda. Os conteúdos apresentados na revista são muito interessantes e nos mantêm atualizados sobre o que acontece no Terceiro Setor

Mônica Ximenes - gerente de Mobilização de Recursos da Irmandade Betânia, no Paraná

Sempre recebo as revistas e tenho acesso a descontos em cursos; inclusive, alguns cursos também são oferecidos como cortesia. No ano passado, fiz um de Liderança (coaching), para o qual recebi bolsa integral, e foi uma oportunidade muito importante para o meu desenvolvimento profissional

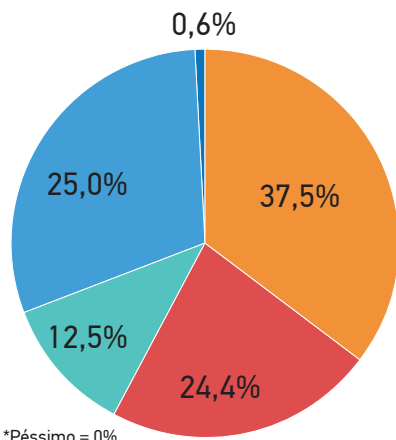
Carla da Nóbrega - coordenadora de desenvolvimento da Habitat para a Humanidade

BENEFÍCIOS AOS AFILIADOS

Ao fazer parte da Rede Filantropia, os afiliados têm acesso a uma série de benefícios. Para 70,6%, a principal vantagem de integrar o Filantropia são as concessões de desconto de 50% para a realização de cursos da Diálogo Social. A possibilidade de acesso integral ao conteúdo do Portal Filantropia é outro benefício ressaltado pelos participantes da pesquisa (68,8%).

A seguir estão as avaliações dos entrevistados quanto aos principais itens disponibilizados pela Rede Filantropia:

Benefício	Muito importante (%)	Importante (%)	Útil (%)	Não muito útil (%)	Inútil (%)
Acesso de 100% do conteúdo no Portal Filantropia	68,8	21,3	8,8	1,1	–
Revista Filantropia impressa	61,3	23,1	12,5	1,9	1,3
e-Books Filantropia – gratuito a afiliados	55,6	25,0	17,5	1,3	0,6
50% de desconto nos livros da coleção Filantropia	58,8	25,0	15,0	1,3	–
50% de desconto nos treinamentos Diálogo Social	70,6	16,9	12,5	–	–
50% de desconto no FIFE	60,0	21,9	15,6	1,9	0,6
Filantropia Responde	54,4	27,5	17,5	–	0,6



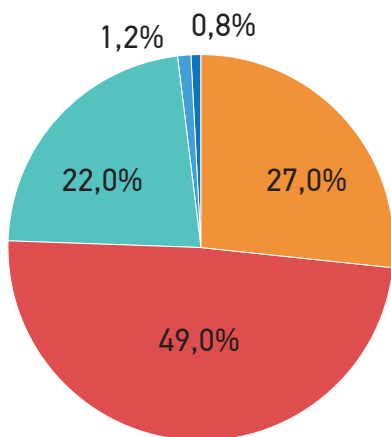
*Péssimo = 0%

ATENDIMENTO E RENOVAÇÃO DE AFILIAÇÃO

Em relação ao atendimento prestado aos afiliados da Rede Filantropia, a pesquisa indicou que 86,9% sentem-se satisfeitos, sendo que 61,9% consideram o atendimento excelente e 25,0%, ótimo.

Como você avalia a qualidade do atendimento de nossa equipe?

- Excelente. Sempre foi muito bom!
- Excelente. Vem melhorando a cada dia.
- Ótimo. Suficiente para o que eu preciso
- Bom, mas poderia melhorar
- Regular. Tem muito a melhorar
- Péssimo



RENOVAÇÃO

Quanto à renovação de suas afiliações, 75,7% afirmaram a que farão.

Em sua próxima renovação, você...

- Renovarei minha afiliação e indicarei a vários amigos!
- Renovarei minha afiliação, com certeza!
- Ainda não sei se farei a renovação
- Definitivamente não farei a renovação
- Não sou afiliado nem quero ser

Aos amigos do bem, a dedicação não basta, precisa acima de conhecer, ter uma objetivação, e Filantropia vem ser a parceira de todos os que caminham para o bem comum

*Pe. Paulo Siebeneichler
Santuário Santa Edwiges*

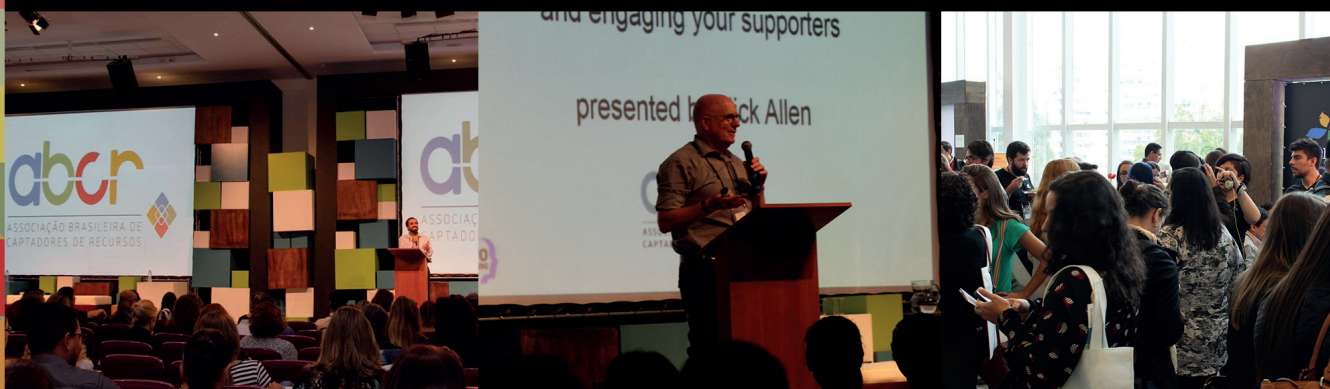
RAZÕES PARA PARTICIPAR

Na questão *Qual o principal motivo de você fazer parte de nossa rede?*, as principais razões para se fazer parte da Rede Filantropia são:

- conhecimento;
- informação atualizada e segura;
- possibilidade de ampliar a visão sobre o Terceiro Setor;
- informação técnica;
- relacionamento com demais players sociais/networking;
- conteúdo de qualidade;
- treinamentos relevantes;
- rede de benefícios;
- compromisso social.



Festival ABCR 2017



Faça sua inscrição e participe do maior evento sobre mobilização para ONGs no Brasil.

- 45 Palestras
- Palestrantes nacionais e internacionais
- Mais de 100 horas de conteúdo
- 500 participantes de todo o país

17 a 19 de maio

Amcham Business Center
São Paulo - SP

INSCREVA-SE: www.festivalabcr.org.br



UMA DÉCADA FAZENDO A DIFERENÇA

Lançado o edital do “10º Concurso de Projetos Sociais Volkswagen na Comunidade 2017”, iniciativa da Fundação Volkswagen que já beneficiou quase meio milhão de pessoas

Por Luciano Guimarães

Ao chegar à décima edição, o *Concurso de Projetos Sociais Volkswagen na Comunidade* terá, neste ano, 12 projetos premiados com R\$ 40 mil cada. Além dos dez tradicionalmente já escolhidos, 2017 marca a realização do 9º *Prêmio de Sustentabilidade* e o inédito *Prêmio Edição Especial 10 Anos*, exclusivamente voltado para as organizações sociais premiadas entre 2008 e 2015. A vencedora será aquela que conseguiu dar a melhor destinação ao

primeiro investimento recebido e que propõe a continuidade do projeto e que contribuirá ainda mais com impacto na sua comunidade. As inscrições podem ser feitas entre os dias 6 de março e 17 abril de 2017.

Para que as ONGs possam se habilitar ao concurso, os projetos precisam, em primeiro lugar, ser inscritos por organizações sociais com sedes localizadas até 200 km das unidades da Volkswagen – Anchieta, Jabaquara, Resende (Man Latin

America), São Carlos, São José dos Pinhais, Taubaté, Vinhedo, escritórios regionais de Vendas e de Serviços Financeiros, que possuam ou possam ter atuação voluntária de empregados (ativos), estagiários e colaboradores prestadores de serviços dentro das unidades de negócios da Volkswagen do Brasil. A organização pode inscrever um ou mais projetos. A cerimônia ocorrerá em 27 de outubro e os vencedores serão divulgados no *hotsite* do concurso <www.vwnacomunidade.com.br>.

O caminho para se tornar uma finalista não é fácil, pois o evento está calcado no cumprimento rígido das regras do edital. Após a seleção dos projetos, as ONGs devem passar por quatro etapas de seleção: adequação às normas do edital; avaliação pelos comitês locais; crivo de um comitê de avaliação final; e visita técnica e emissão do termo de compromisso.

Na primeira etapa, devem seguir aos requisitos exigidos pelo edital. Para tanto, a Comissão Organizadora, formada pela Fundação Volkswagen e pela Neurônio Ativação de Negócios e Causas – assessoria técnica que apoia a realização do concurso –, verificará o cumprimento dos itens do edital. As ONGs que não estiverem em consonância com as regras do documento serão desclassificadas do processo seletivo.

A etapa seguinte colocará as entidades frente a frente com comitês de avaliação local, responsáveis por selecionar os projetos finalistas, com base nos critérios de avaliação. Cada comitê, composto por colaboradores voluntários de uma determinada unidade, avaliará projetos oriundos de outra unidade.

Os responsáveis técnicos pelos projetos mais bem avaliados nesta etapa serão entrevistados por telefone ou e-mail, com o objetivo de realizar a conferência das situações apresentadas no projeto e tirar eventuais dúvidas. Caso as ONGs sejam aprovadas na entrevista, seguirão para a próxima etapa. Ao final do processo, serão selecionados 20 projetos inéditos como finalistas.

Na terceira fase, as organizações responsáveis pelos projetos finalistas deverão encaminhar uma série de documentos, de acordo com o solicitado no Edital. Caso contrário, terão o projeto automaticamente desclassificado. Além disso, será solicitado que publiquem um vídeo no YouTube, de no máximo três minutos, sobre o projeto proposto. Os projetos das organizações que apresentarem e estiverem com os documentos atualizados e adequados serão avaliados por um Comitê de Avaliação Final, composto por especialistas de reconhecida atuação na área social, empregados e convidados da unidade Volkswagen, que escolherão os 10 projetos vencedores, tendo como base os critérios de avaliação.

A última etapa de seleção é a realização de uma visita técnica e da emissão do termo de compromisso firmado entre a Fundação Volkswagen e as organizações sociais vencedoras, com o objetivo de formalizar o prêmio. A visita à instituição servirá para conferir as situações apresentadas no projeto.

“Por meio dos prêmios em dinheiro, o concurso oferece condições reais para que as instituições contempladas tirem seus

CRITÉRIOS

Para chegar à lista de finalistas, os projetos serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- Sensibilidade da organização social na identificação de demandas sociais e valorização da vocação local.
- Coerência entre missão da organização social e projeto proposto.
- Compatibilidade das ações propostas com os objetivos, público-alvo, necessidades e potencialidades locais.
- Relevância do projeto proposto e potencial de impactos positivos e de transformação para uma melhoria da qualidade de vida do público-alvo.
- Propriedade técnica e operacional para execução do projeto proposto e adequação do corpo técnico.
- Apresentação de estratégias que explicitem a capacidade para se atingir os objetivos do projeto.
- Apresentação de estratégias que demonstrem continuação do projeto em caso de eventual aporte.
- Capacidade de articulação de parcerias (recursos técnicos, materiais e humanos) e de constituição de redes.
- Envolvimento de trabalho voluntário no projeto, quantidade e tipo de funções.
- Viabilidade do cronograma de desenvolvimento do projeto.
- Adequação do orçamento e coerência entre valores propostos e recursos necessários.
- Qualidade da redação do conteúdo.

Em caso de aquisição de equipamentos, projetos de infraestrutura e reformas, também serão considerados:

- Relevância dessas aquisições e/ou investimento em infraestrutura para que os objetivos sociais do projeto sejam atingidos.

projetos sociais do papel e os transformem em realidade, mudando o destino de diversas comunidades Brasil afora. Além disso, o curso de gestão de projetos sociais, que é oferecido às instituições vencedoras e também às finalistas, auxilia essas entidades a administrar seus projetos e recursos, desenvolvendo um trabalho sustentável em longo prazo”, afirma Keli Smaniotti, diretora de administração e relações institucionais da Fundação Volkswagen.

APADRINHAMENTO

Entre os diferenciais deste concurso destaca-se o fato de que as organizações sociais precisam contar com o envolvimento, independentemente da forma, de empregados, estagiários ou





Keli Smaniotti, diretora de administração e relações institucionais da Fundação Volkswagen

EM BUSCA DOS MELHORES RESULTADOS

Paralelamente ao *Concurso de Projetos Sociais Volkswagen na Comunidade*, a Fundação promoverá o *9º Prêmio Sustentabilidade*, criado com o objetivo de identificar, dentre as organizações vencedoras da edição passada do concurso, aquela que alcançou os melhores resultados após a implementação de seu projeto.

Em todos os casos, o dinheiro será usado para viabilizar os projetos na prática. O concurso também oferece um curso de gestão de projetos sociais às entidades vencedoras. Esse processo acaba reforçando o sentido de profissionalismo no Terceiro Setor, que vem ganhando terreno no Brasil desde os anos 1990 e se intensificando na última década.

Segundo a diretora de administração e relações institucionais da Fundação Volkswagen, Keli Smaniotti, o setor privado passou a ser parte da solução dos problemas da sociedade. "Acreditamos na construção de uma visão de futuro, que possibilite às organizações mobilizar recursos, conhecimento e ações integradas na busca da sustentabilidade" enfatizou.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Serão avaliados os resultados alcançados pelos projetos vencedores ao longo dos oito meses de desenvolvimento, levando em consideração:

- capacidade de lidar com desafios e identificar oportunidades;
- resultados de impacto social significativos, envolvendo parceiros e voluntários;
- eficiência do investimento do recurso da premiação segundo especificações apresentadas em 2016;
- clareza e objetividade das estratégias que possam prover a continuidade do projeto com impactos sociais positivos para a comunidade;
- fundamentação da importância de um novo aporte financeiro;
- adequação do orçamento ao valor do prêmio e coerência entre valores propostos, os recursos necessários e o número de público a ser atendido.

terceiros da Volkswagen e da Man Latin América – fabricante de caminhões e ônibus, com sede em Resende (RJ).

Cada instituição e seu respectivo projeto podem ser representados por um padrinho de uma das duas empresas. Caso a ONG não tenha contato com empregado, estagiário ou terceiro da multinacional e tenha interesse em ser apadrinhada, ela deverá realizar a inscrição normalmente, incluindo todos os dados no formulário de inscrição. A Comissão Organizadora buscará e realizará o cadastro de um padrinho, a partir de um banco de voluntários cadastrados para este fim.

Em nove anos de existência, o concurso *Volkswagen na Comunidade* já entregou 84 prêmios, totalizando R\$ 3,04 milhões para 69 organizações sociais que beneficiaram diretamente 472 mil pessoas, de 27 estados. No histórico, foram 4.350 projetos inscritos por 2.003 padrinhos. Em 2016, as inscrições bateram recordes: foram 790 projetos, de 525 organizações sociais localizadas em 21 estados.

TRANSPARÊNCIA E VEDAÇÕES

O acompanhamento do uso da verba é bem simples, pois segue as regras de transparência em gestão. A ONG vencedora deverá enviar por e-mail a planilha de fluxo de caixa (modelo a ser apresentado pela Fundação Volkswagen), juntamente com extrato bancário, comprovantes de pagamentos e documentos fiscais, conforme cronograma a ser definido mais adiante. Após validação técnica da Fundação Volkswagen, a organização vencedora receberá um "de acordo", também por e-mail, para continuação do próximo mês.

O montante de R\$ 40 mil pode ser a única fonte do projeto ou ser somado a recursos de outros parceiros. Despesas relativas a construções, reformas e compra de equipamentos somente serão aprovadas se estiverem atreladas aos objetivos do projeto proposto. Gastos com recursos humanos para a execução do projeto podem representar no máximo 50% (R\$ 20 mil) do valor total do orçamento apresentado e o pagamento validado por meio de contratação de pessoas jurídicas (PJ).

Segundo a Comissão Organizadora, não será autorizado financiamento para despesas com aluguel, água, energia, telefone e internet, ou contas que sejam de manutenção da organização social.

É importante deixar claro que não podem participar do concurso organizações governamentais municipais, estaduais e federais; instituições de ensino superior, médio, técnico ou fundamental, de pesquisa científica e do Sistema S (Senai, Senac, Senar, Senat, Sesc, Sesi, Sebrae etc.); empresas e instituições de caráter privado com fins lucrativos; projetos corporativos de responsabilidade social; organizações multilaterais ou internacionais; fundações e institutos empresariais que tenham mais de 50% de seu *budget* financiado por uma única empresa ou instituição; organizações sociais vencedoras da última edição do concurso, realizada em 2016; pessoas físicas e sindicatos.

VENCEDORES DE 2016

A última edição do Volkswagen na Comunidade, realizada em 2016, premiou 11 instituições, contemplando os estados de São Paulo, Paraná, Pernambuco e Rio de Janeiro.



INSTITUTO MONSENHOR JOSÉ BENEDITO ANTUNES, DE SANTO ANDRÉ (SP)

Projeto: "Cantar, Tocar e Encantar"

Objetivo: promover a sensibilização musical de crianças e adolescentes, auxiliando no desenvolvimento cultural.

Depoimento: "Já tínhamos começado o projeto timidamente com alguns instrumentos de percussão doados. O prêmio elevou muito a nossa autoestima, pois é concedido por uma das maiores empresas do mundo, e isso vai além do valor financeiro; traz confiabilidade, dá crédito. O projeto está motivando nossas crianças e adolescentes, bem como o pessoal com deficiência, para que, no fim deste ano, tenhamos um grupo de adolescentes com instrumentos novos para uma apresentação." – Roberto Rodrigues, diretor técnico administrativo.



APAE DE RIO GRANDE DA SERRA (SP)

Projeto: "Panificação e Confeitaria nos Caminhos da Inclusão Social"

Objetivo: capacitar alunos para o mercado de trabalho.

Depoimento: "A partir da premiação, o projeto ganhou mais consistência, sendo possível aumentar a produtividade, expandir as vendas, ampliar o número de alunos atendidos e fortalecer os vínculos com a família e com a comunidade, por meio do processo de capacitação." – Vilma Marcelino Silva, diretora de escola.



LIONS CLUBE CURITIBA BATEL, DE CURITIBA (PR)

Projeto: "Escola de Música Lions"

Objetivo: formar uma orquestra filarmônica mirim.

Depoimento: "O prêmio representou, antes de tudo, o reconhecimento ao projeto desenvolvido há cinco anos, lançando-o nacionalmente. Além do aporte financeiro, trouxe grandes contribuições por meio do curso de gestão de projetos sociais. Reforçou ainda mais o nosso compromisso de fazermos o melhor possível no cuidado e na aplicação do recurso." – Nilson Izaia Pegorini, coordenador.



APAE DE TATUÍ (SP)

Projeto: "Liberdade dos Sentidos – Jardim Sensorial"

Objetivo: contribuir com a reabilitação dos assistidos, melhoria da qualidade de vida e ativação do processo perceptivo, criando uma nova forma de aprender.

Depoimento: "O prêmio teve um impacto muito importante na movimentação das ações voluntárias e no fechamento de parcerias para a realização do projeto, chegando a 95% de adesão. O projeto conta com 27 apoiadores em Tatuí e com a participação de mais de 30 voluntários. O Jardim Sensorial é uma inovação que será aplicada em crianças com autismo e deficiência intelectual grave, ajudando-as a integrar-se à rede regular, afinal este espaço será compartilhado." – Rita de Cássia Leme Ramos, gerente de projetos.



IGREJA BATISTA CENTRAL DE RESENDE (RJ)

Projeto: "Repartir o Pão"

Objetivo: oferecer formação pré-profissional na área de panificação para jovens, contribuindo com a inclusão social e geração de renda.

Depoimento: "Para nós, que sonhávamos com uma oportunidade para exercermos uma ação de relevância que deixasse um legado àqueles que vivem à margem da sociedade, o prêmio foi o suporte que precisávamos para acreditar que é possível, pois viabilizou não somente o início do projeto, como nos impulsionou a acreditar que podemos fazer mais." – Pastor Luciano Cozendey dos Santos, presidente.

**ROTARY CLUB DE SÃO CARLOS NORTE (SP)**

Projeto: "Aparelhamento do Banco de Leite Humano da Santa Casa de São Carlos"

Objetivo: compra de equipamentos para o banco de leite.

Depoimento: "O prêmio elevou a autoestima e a motivação do grupo, pois sinalizou que estamos no caminho certo. Isto nos motivou a implantar um corpo de voluntariado para buscar novas doadoras de leite e para reformar o espaço do Banco de Leite, a fim de melhorar o atendimento às mães." – Andre Luiz Giusti, diretor de projetos sociais.

**ASSOCIAÇÃO ÁGAPE PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL, DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP)**

Projeto: "Mulheres Ágape"

Objetivo: oferecer aulas de costura a familiares de alunos com deficiência.

Depoimento: "O prêmio tornou possível o sonho da instituição de influenciar também a vida das mães das crianças assistidas pela Ágape. Havia o projeto de assistência social às famílias, mas uma ação efetiva dependia de um investimento maior em equipamentos e pessoal especializado – e foi nisso que o dinheiro da Fundação VW se transformou: em novos caminhos e possibilidades para essas mulheres." – Liliane Ricciotti V. Salviano, coordenadora de projetos.

**OBRAS RECREATIVAS, PROFISSIONAIS, ARTÍSTICAS E SOCIAIS (ORPAS), DE SÃO PAULO (SP)**

Projeto: "QuilombOrpas"

Objetivo: promover a transformação social por meio da cultura.

Depoimento: "Atuamos no Jardim São Luís, um dos distritos de maior vulnerabilidade social da cidade de São Paulo, marcado por problemas sociais como o extermínio da juventude negra, feminicídio e tráfico de drogas. Com o prêmio, foi possível ampliar o alcance de nossas ações, além de equipar melhor as oficinas e remunerar produtores culturais e artistas da região em que atuamos." – Daniel Neves de Faria, presidente.

**TECENDO CIDADANIA, DE PALMARES (PE)**

Projeto: "Cultivando o Presente, Garantindo o Futuro"

Objetivo: promover e fortalecer a agricultura.

Depoimento: "O projeto vem causando um grande impacto social, com o aumento da produção e o maior cuidado com o meio ambiente. Conseguimos organizar um curso de gestão da propriedade rural, integrando as visitas técnicas nas propriedades. E as aulas são ministradas por professores e técnicos voluntários." – Marisa Amaral, presidente.

**FUNDAÇÃO TERRA, DE ARCOVERDE (PE)**

Projeto: "Maracatu Sinhá da Terra"

Objetivo: oferecer educação e cultura, por meio do Maracatu, a crianças, adolescentes e jovens em risco pessoal e social.

Depoimento: "Após sermos beneficiados com o prêmio, continuamos as nossas atividades, comemorando o êxito do projeto e também a formação do Grupo Maracatu Mirim. Diante dessa parceria foi possível resgatar crianças e jovens da realidade de risco social em que estão inseridos. Além do apoio do arte-educador, um profissional de psicologia acolheu as crianças e os jovens em suas fragilidades e conflitos." – Luciana Karla, coordenadora do setor social.

**PRÊMIO DE SUSTENTABILIDADE****ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA AMOR E CARIDADE, DE JACAREÍ (SP)**

Projeto: "Educação Ambiental para Reciclagem de Óleos Usados"

Objetivo: incentivar a doação de óleo de cozinha usado, que é vendido e tem renda revertida em favor da entidade de idosos.

Depoimento: "Com o prêmio, ganhamos mais agilidade e segurança no momento do transporte e manuseio do óleo de cozinha usado nos pontos de coleta. Com a melhor estruturação do projeto, conseguimos, além de trazer mais recursos financeiros para manutenção do trabalho social, promover uma ação de conscientização da comunidade em geral sobre a responsabilidade de cada um na preservação do meio ambiente." – Cristiane Araújo Estevão, assistente social. 🍷



MONELLO CONTADORES

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

50 ANOS

de Compromisso com
as Entidades do Terceiro Setor

A Monello Contadores traz inovação e técnica contábil para as empresas do Terceiro Setor, Sua missão é promover segurança, transparência, planejamento e os melhores resultados, visando assim o desenvolvimento social de seus parceiros.

Nossa visão é prestar serviços contábeis, fiscais e de assessoria, sempre pautados pela ética, responsabilidade social e ambiental, características essenciais do Terceiro Setor.

O principal intuito da Monello Contadores é oferecer os melhores serviços àqueles que têm o interesse em se tornar parceiro na construções de um País mais justo e solidário.



**MONELLO
CONTADORES**

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

Escritório Contábil Dom Bosco

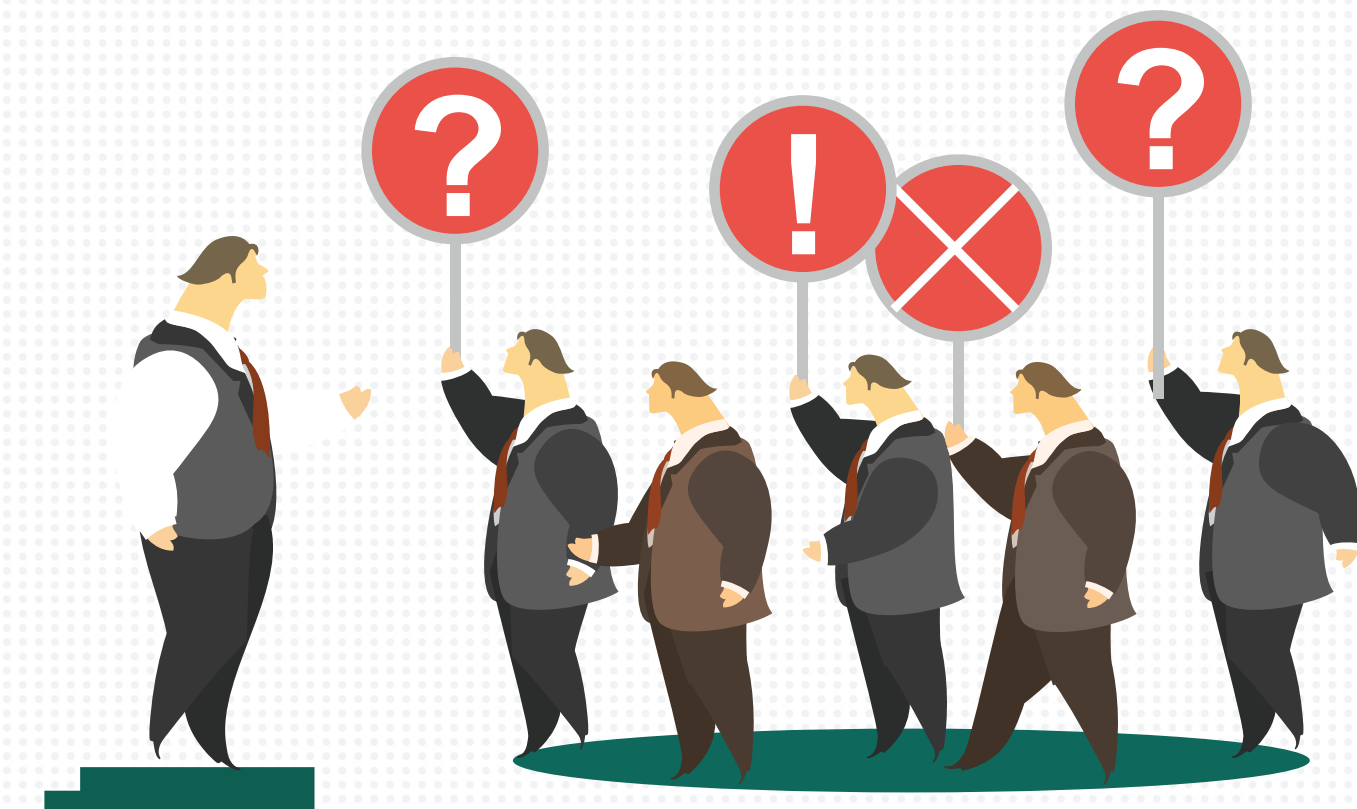
SÃO PAULO/SP:

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 - 1º e 2º Andar

Perdizes - CEP 01150-001

Fone/Fax: (11) 3868.6333

www.monellocontadores.com.br



PESQUISAS DE OPINIÃO PÚBLICA

O que perderíamos sem o conhecimento trazido por elas?

As pesquisas de opinião pública nasceram do otimismo de alguns pioneiros que misturavam conhecimentos em sociologia com práticas do mundo de negócios, como George Gallup e Elmo Roper, nos Estados Unidos, por volta das segunda e terceira décadas do século XX. Eles imaginaram as pesquisas como técnicas capazes de contribuir para uma sociedade mais bem informada, decisões do governo mais alinhadas com a vontade popular e um equilíbrio maior de poder entre representantes e representados, ao garantir um canal de expressão adicional aos últimos.

Entretanto, tendemos a associar as pesquisas aos seus erros, suas limitações e seu potencial uso abusivo em determinadas ocasiões. Por exemplo, na América Latina foram observados os descompassos

entre os diagnósticos feitos com base em sondagens eleitorais e os resultados finais nas urnas, como aconteceu no Brasil, na Argentina e no México entre os anos de 2012 e 2016 em eleições presidenciais ou para governador, ou ainda, na Colômbia, por conta do plebiscito sobre o acordo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), que avivaram a hostilidade contra as medições de opinião pública. Outro exemplo recente foi o uso equivocada das pesquisas pela imprensa, pelas redes sociais e também pela oposição política no contexto do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, que abertamente reconheceram que a cassação – embora feita com base na argumentação da maquiagem das contas públicas – obedeceu principalmente à perda da legitimidade política da mandatária, ilustrada nos sofríveis índices de popularidade presidencial conforme as enquetes.



Denúncias de fraude, amparadas por pesquisas de opinião pré e pós-eleitorais, levaram população peruana a questionar a legitimidade da “re-reeleição” de Fujimori

PAPEL DAS PESQUISAS DE OPINIÃO

As situações apresentadas, na realidade, parecem desmentir a expectativa de que as pesquisas de opinião possam efetivamente contribuir para melhorar a qualidade da informação pública e a consolidar práticas democráticas. Assim, qual é o papel das pesquisas para o fortalecimento da sociedade civil e a democracia política? A pergunta que ajudaria a responder a questão talvez fosse mais bem enunciada da seguinte maneira: o que nós perderíamos sem o conhecimento oferecido pelas pesquisas? Os exemplos a seguir podem ajudar a dar uma resposta mais clara e precisa.

PERU, ANO 2000

Após uma década no poder e sob um autoritarismo crescente com boa parte da imprensa domesticada, o então presidente peruano Alberto Fujimori se atribuiu 74% dos votos para um terceiro mandato. Se é verdade que denúncias de fraude e algumas manifestações de rua questionavam a legitimidade da “re-reeleição”, na prática foram as sondagens pré e pós-eleitorais que claramente substanciaram a percepção de roubo nas urnas. Mais ainda, as medições ilustraram o tamanho da fraude e seus mecanismos (como eleitores subornados, mortos e presidiários

que apareceram como votantes, entre muitos outros casos). Sem as pesquisas de opinião, teriam faltado elementos objetivos para evidenciar as falcatruas e, assim, ajudar a curvar o modelo de autoritarismo eleitoreiro que, posteriormente, outros presidentes latino-americanos também tentariam imitar.

PANAMÁ, DÉCADA DE 1990

Voltando um pouco mais no tempo, em meados dos anos 1990, o Panamá foi alvo da invasão militar dos Estados Unidos com o intuito de destituir o narco-general Manuel Noriega. A má fama e os péssimos hábitos do ditador facilitaram uma benevolência inicial com o ato de força, que rapidamente foi descrito pela grande mídia como uma peça-mestre de cirurgia fina, quase sem vítimas civis. Sob esse argumento, o governo norte-americano buscou defender esse modelo de intervenção pró-democracia. Até que uma série de pesquisas checou os custos humanos, que revelou que quase um quarto da população urbana tinha tido algum parente ou amigo vitimado durante a invasão. Feitas as projeções sobre o total de cidadãos panamenhos afetados pela operação militar, o cifrao oficial de 200 a 300 mortos acabou sendo duramente desmentido e atualizado para um montante entre 5 e



As sondagens de opinião evidenciaram a insatisfação dos argentinos com o governo populista e com a recessão enfrentada pelo país

7 mil pessoas falecidas ou feridas em gravidade advindas das pesquisas. Sem essas sondagens, a opinião pública global possivelmente teria ficado tentada a aceitar a exportação de um formato supostamente amigável de democracia pela força.

ARGENTINA E VENEZUELA, DÉCADAS DE 2000 E 2010

Voltemos ao presente. A Argentina e a Venezuela têm compartilhado vários paralelismos no período 2001-2015. Ambos os países sofreram recessões que rapidamente se tornaram *boom* econômicos até que, novamente, caíram em recessões, atualmente bem mais forte na Venezuela.

Foram anos de experimentos populistas com inclinações autoritárias, caracterizados, entre outras coisas, por uma crítica frontal aos formalismos republicanos e uma retórica que convocava a superar a democracia multipartidária a partir de uma liderança cesarista.

Para muitos observadores, dentro e fora destes países, aquelas vivências só podiam refletir sociedades culturalmente inimigas do pluralismo, da divisão de poderes e de formas criativas e múltiplas de participação política, para além dos rituais eleitorais. Contudo, graças às pesquisas sobre cidadania e democracia, ficou em evidência que, apesar da ampla insatisfação com o funcionamento daqueles regimes políticos, o apoio à democracia como sistema ideal de governo nunca deixou de ser majoritário. As sondagens de opinião pública não apenas espelharam para a sociedade uma autoimagem que serviu para torná-la imune diante dos “cantos de sereia” autoritários, como também serviram para entusiasmar os membros da resistência democrática sobre a valoração que a

cidadania fazia das suas iniciativas, neutralizando seu isolamento. Sem a presença de pesquisas, aqueles que detinham os imensos recursos do Estado para persuadir o grande público sobre as virtudes de um rumo autoritário teriam encontrado bem menos obstáculos para concretizar um desvio antidemocrático.

VARIÁVEIS

Assim como ocorre em outras ciências – como a previsão do tempo ou a medicina por diagnóstico –, as sondagens de opinião pública trabalham dentro de margens de erro e com uma série de contingências com impacto variável sobre as condutas das pessoas que, certamente, podem ultrapassar aquelas margens de erro. E, eventualmente, um dia anunciado com sol pode acabar com um amanhecer chuvoso.

De vez em quando, institutos de pesquisas com trajetória no mercado podem perder o pulso dos humores eleitorais e subestimar ou supervalorizar alguma candidatura. De igual modo, podemos encontrar exemplos de uso errado das pesquisas, seja para justificar decisões irresponsáveis da parte de políticos, seja para exagerar as chances de diferentes candidatos alcançarem o poder.

Mesmo assim, a contribuição das pesquisas para favorecer o autoconhecimento da sociedade, embasar decisões mais sábias pelas autoridades e alavancar uma democracia de melhor qualidade superam, e muito, as críticas que possam sofrer. Ao colocar em perspectiva os riscos de viver sem as pesquisas e o tipo de informação e de *insights* que elas geram em prol da cidadania, então, seu valor público é resgatado novamente com força. 🇦🇷

HÁ MAIS DE
25 ANOS
GARANTINDO

TRANSPARÊNCIA CREDIBILIDADE

ESPECIALIZADA EM AUDITORIA E CONTABILIDADE

PARA O
TERCEIRO
SETOR



📍 Alameda Ezequiel Dias | n° 427 | 2° andar | Centro | Belo Horizonte | MG | +55 31 3324.3800

📍 Rua Bela Cintra | n° 178 | Consolação | São Paulo | SP | +55 11 2763.0175

📱 🐦 rauditoria | valuenegocios 🏠 rauditoria.com.br | valuenegocios.com.br

R&A
AUDITORIA E CONSULTORIA

value



PLATAFORMA AUXILIA PROFISSIONAIS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Com o objetivo de promover o financiamento de causas sociais e ajudar as ONGs brasileiras a se tornarem financeiramente sustentáveis, a Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR) lançou a plataforma on-line Captamos. Em formato inédito no Brasil, o espaço oferece cursos para especialização de captadores de recursos, além de notícias, artigos, infográficos, histórias, *cases* e fóruns de discussão, e visa à troca de conhecimento e aprendizado sobre captação de recursos. A Captamos é resultado de um trabalho iniciado em abril de 2015, quando o Instituto Arapyau convidou lideranças do Terceiro Setor para discutir quais iniciativas eram necessárias para fortalecer a cultura de doação e a captação de recursos no País. Uma das conclusões foi a criação de uma plataforma on-line de capacitação, que depois se tornou a Captamos, incubada na ABCR e que conta com um Conselho Deliberativo na sua liderança. Todo o conteúdo da plataforma – incluindo os cursos – é gratuito e desenvolvido por uma equipe fixa de cinco profissionais, além de professores e articulistas voluntários.

<http://captamos.org.br>



PROJETO QUERO NA ESCOLA CONECTA ESTUDANTES, PROFESSORES E VOLUNTÁRIOS

Como criar uma cultura de colaboração que possa impactar a qualidade da educação? A resposta, que não é muito simples, passa por um ponto certo: articular demandas das escolas com o conhecimento de voluntários dispostos a doar seu tempo para levar novas experiências à comunidade escolar. E é exatamente essa a proposta do projeto Quero na Escola, iniciativa que conta com o apoio da Fundação SM. Por meio de uma plataforma digital, uma equipe multidisciplinar recebe, sistematiza e divulga pedidos de alunos e de professores para melhorar algum ponto da vivência escolar. A partir disso, o Quero na Escola conecta essas demandas com especialistas voluntários capazes de contribuir de alguma forma. Os pedidos são exibidos por assunto e escolas com a localização geográfica para facilitar a inscrição de voluntários. O site também destaca uma série de notícias sobre as experiências – tudo para inspirar novas escolas a enviarem seus pedidos e voluntários a se candidatarem para as atividades.

www.queronaescola.com.br



REDE NOSSA SÃO PAULO LANÇA MAPA DA DESIGUALDADE

A Rede Nossa São Paulo divulgou a atualização do Mapa da Desigualdade na capital paulista. Ao todo, são 12 indicadores que mostram os diferentes pontos de desigualdade nos 96 distritos do município, como saúde, educação e cultura. Os principais dados relacionados à saúde mostram a distribuição das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e dos leitos hospitalares. A região da Bela Vista é a que oferece mais assistência nos leitos, em contraponto à Vila Medeiros, que é a pior região nesse quesito. Em relação às UBS, o distrito de Marsilac tem o melhor índice de distribuição, e apenas quatro distritos não têm nenhuma unidade. Mas o distrito que é o melhor nos índices das Unidades é o que possui maior número de homicídios, onde ocorrem cinco homicídios a cada 10 mil habitantes. Em relação à educação, para a população infantil, a demanda de atendimento das creches concentra-se positivamente em Guaianases e as pré-escolas têm bom desempenho em Água Rasa e em mais 29 distritos. Em ambas, a região da Sé, no centro da capital, é a que atende menos crianças. Os acervos de livros infantojuvenis, cinemas, museus e teatros concentram-se nos distritos da Consolação, Barra Funda, Sé e República, respectivamente. Dos 96 distritos de São Paulo, 36 não têm nenhum acervo de livros infantojuvenis (direcionado para jovens de 7 a 14 anos), 58 distritos não possuem cinema, 59 não têm museus e 51 não possuem teatros. Foi feita uma lista com os 34 piores distritos de São Paulo. Os cinco primeiros mostram a região do Brás, Brasilândia, Tremembé, Cachoeirinha e Cidade Ademar.

www.nossasaopaulo.org.br

FUNDAÇÃO VOLKSWAGEN LANÇA JOGO GRATUITO SOBRE PATRIMÔNIO ARTÍSTICO-CULTURAL NACIONAL

Viajar pelos patrimônios artístico-culturais do Brasil, combinando diferentes elementos e conhecendo a diversa produção cultural do País, é a proposta do *game* Trilha Cultural, lançado pela Fundação Volkswagen em parceria com a Virgo Game Studios e o Instituto Arte na Escola. Disponível para download gratuito nos sistemas Android e IOS, o jogo apresenta 50 patrimônios



culturais, elencados em conjunto com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O jogador deve combinar selos – compostos por elementos como tempo, água, ar, terra, ferro e pessoas – para formar novas combinações e, assim, chegar aos cartões postais que apresentam patrimônios culturais e contam um pouco da história do Brasil por meio de suas descrições. O jogo faz parte do projeto Aprendendo com Arte, da Fundação Volkswagen e do Instituto Arte na Escola, que forma educadores para que multipliquem os conhecimentos sobre as artes de forma prática e interativa. Realizado desde 2015, o projeto tem beneficiado mais de 800 educadores em cidades como Diadema (SP), Carapicuíba (SP), Aracaju (SE) e Cariacica (ES), com expectativa de multiplicar conhecimentos para mais de 24 mil alunos.

www.vw.com.br/pt/institucional/fundacao_vw.html



CALCULADORA DA DESIGUALDADE MOSTRA LUGAR DOS CIDADÃOS NA PIRÂMIDE SOCIAL BRASILEIRA

A Oxfam – organização que atua com ajuda humanitária em situações de emergência –, em parceria com a agência digital de jornalismo investigativo Ojo Público, desenvolveu o aplicativo Calculadora da Desigualdade. A ferramenta compara os rendimentos mensais de cidadãos em 16 países da América Latina e do Caribe, incluindo o Brasil. A calculadora usa números dos relatórios da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), do Credit Suisse Global Investment Returns Yearbook, do World Ultra Wealth Report, além de outras fontes, como os índices de inflação locais. Para se ter uma ideia, um brasileiro com renda mensal *per capita* de um salário mínimo (R\$ 880,00) precisa trabalhar quase 46 anos para receber o mesmo que um multimilionário recebe em um único mês (renda *per capita* média de R\$ 442.319,00). Fazendo a conta reversa, descobre-se que esse milionário leva menos de 1h30 para receber os R\$ 880. A calculadora divide os mais de 200 milhões de brasileiros em dez grupos econômicos: quatro grupos na camada de baixa renda, três em renda média baixa, dois em renda média e um em renda alta. Existem cerca de 4.225 pessoas no grupo dos multimilionários no Brasil, o equivalente a 0,002% da população. A fortuna acumulada por esse grupo, entretanto, equivale a 37% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional.

www.oxfam.org.br/calculadora



APLICATIVO ESTIMULA MAIOR INTERAÇÃO COM VOLUNTÁRIOS

A ActionAid, organização internacional de combate à pobreza, lançou um aplicativo de celular que visa aumentar o engajamento de seus apoiadores e de quem se interessa por voluntariado. O programa está disponível para download nas versões Android e iOS. Desenvolvido pela *startup* Volunti.org, a ferramenta permite aos doadores mobilizarem seus contatos de agenda, redes sociais e e-mail para apoiar as campanhas e os projetos da ActionAid. O aplicativo reúne um conjunto de ferramentas integradas e baseadas na nuvem para criar campanhas utilizando a força do engajamento *mobile* dos usuários. Também garante a doação direta de forma rápida e segura, o acesso e o compartilhamento de notícias e publicações elaboradas pela ActionAid, a distribuição de informações sobre voluntariado e a criação de campanhas específicas e coletivas de doação. Há ainda a opção de doar para a organização sem estabelecer vínculo com uma comunidade específica, o que permite à ActionAid direcionar a doação para as localidades com mais necessidade e para suas campanhas. Nesse caso, o valor mensal é de R\$ 35.

www.actionaid.org.br

COSTURANDO O AMANHÃ

O grupo **Costurando o Amanhã** surgiu em 2012 a partir dos trabalhos realizados pelo Lar Tia Anastácia, localizado no bairro Rosário, em Teresópolis (RJ). Composto por 16 mulheres, com idades entre 20 e 60 anos, o grupo visa auxiliar na geração de renda e de trabalho. As peças são confeccionadas a partir do reaproveitamento de jeans – doados pelo Lar – e tem o bordado como técnica principal. Em 2016, atuando no empoderamento da mulher artesã de baixa renda e de seu pequeno negócio, a Rede Asta, com financiamento da organização francesa M Foundation, capacitou as participantes do grupo em design, precificação, formação de redes de produção e criação de canais de venda, sem perder a essência criativa do grupo, que é a costura e o bordado.

📌 www.facebook.com/costurandooamanha

📌 <http://lartiaanastacia.org.br>



Urso jeans Tony

Valor: R\$ 79,90



Cachorrinho jeans enrolador de fios

Valor: R\$ 59,90



Jogo americano

Valor: R\$ 53,00

COOPERATIVA DE BORDADEIRAS BORDANA

A **Cooperativa de Bordadeiras Bordana**, de Goiânia (GO), foi criada em 2009 por iniciativa do Instituto Ana Carol. Seu objetivo é promover a inclusão socioeconômica, a emancipação e o empoderamento de suas participantes. A geração de trabalho e de renda por do cooperativismo e da economia solidária é a ferramenta principal do Instituto para realização do objetivo. Sob o lema "Mãos que se unem em linhas que se cruzam", as bordadeiras criaram uma linha de produtos inspirados nas riquezas do Cerrado e em suas próprias histórias de vida. O trabalho das artesãs foi tema do livro *Plantar, Bordar e Colher*, elaborado a partir de contribuições de pesquisadores, alunos e professores da Universidade Federal de Goiás (UFGO), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) e da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

📌 <http://coopbordana.blogspot.com.br>



Colcha de casal bordada

Valor: R\$ 4.582,00



Caderneta

Valor: R\$ 62,70

MIMOS DE MULHER

Criado em 2010, o grupo **Mimo de Mulher** é uma cooperativa de mulheres costureiras da cidade de Paulista, no interior de Pernambuco, que trabalha com a produção artesanal de peças utilitárias em tecido 100% algodão, modeladas, serigrafadas e bordadas. Tudo é feito à mão com muito capricho, sempre respeitando o meio ambiente. O objetivo do grupo, composto por nove artesãs, é criar oportunidade de geração de trabalho e de renda. A cooperativa conta com o apoio do Instituto Camargo Corrêa, Tavex Corporation, Sebrae PE e Instituto Meio.

<http://mimodemulher.com>

Preços sob consulta.



Organizador de bolsa



Nécessaire



Lixeira para carro



Luminária de teto

Preço sob consulta.



Sofá de garrafa PET

Preço sob consulta.

CRIAR & CRIAR ART DESIGN

O projeto **Criar & Criar Art Design** foi desenvolvido pela ONG Mensageiros da Esperança, em 2006, que luta para promover o protagonismo juvenil por meio da educação. A proposta inicial era gerar recursos para a ONG e suas demais iniciativas, mas o projeto se saiu tão bem que acabou ganhando gestão própria, tornando-se um negócio social. Localizado na Lapa de Baixo, em São Paulo, o grupo conta com 15 artesãos, que reaproveitam materiais como garrafas PET para criar pisca-piscas e objetos decorativos por meio de técnicas de corte, vinco e montagem artesanais.

www.facebook.com/criarecriar



Pisca-pisca PET LED margarida

Valor: R\$ 109,90



Gancho de parede com ventosa (kit com 3 peças)

Valor: R\$ 18,00



O DIA EM QUE EU COMI PÃO DE QUEIJO COM MEDO DOS ZUMBIS

Naquele dia, eu acordei em um hotel no Rio de Janeiro. A noite anterior tinha sido difícil por conta de um desentendimento com uma pessoa muito querida. Adormeci assistindo ao seriado *The Walking Dead*, em que pessoas tentam sobreviver em um mundo infestado por zumbis devoradores de carne. A coisa está feia no seriado. Além dos zumbis, os seres humanos precisam escapar das armadilhas que os outros seres humanos aprontam. Tudo pela sobrevivência. Apaguei na cama grande com travesseiros fofos sem escovar os dentes ou tomar banho. Tento evitar isso ao máximo, mas às vezes acontece. Saí da cama cheio de preguiça e algumas dores. Acredito que não tenha dormido na melhor posição, além de ter passado o dia anterior todinho sentado em reuniões sucessivas. O joelho esquerdo doía e as costas também. O coração estava apertado e a alma vibrando em volume baixo. Enfim, acordei esquisito. Abri a cortina do quarto do hotel, passei pela porta de vidro que dá acesso à sacada. O dia estava bonito, céu aberto e sol acolhedor. Dia de praia, com certeza. Só que não, ou ainda, só que não para mim. A agenda ainda pedia uma reunião antes do retorno a São Paulo. Eu ainda tinha um tempinho para acordar direito, tomar banho, escovar os dentes, comer e ir para a vida do lado de fora. Antes de tudo isso, liguei o computador e descobri que o Donald Trump tinha sido eleito presidente dos Estados Unidos. Fiquei olhando para a manchete por um tempo. Não tive nenhuma reação imediata. Ato contínuo, senti uma mistura amarga de tristeza e desânimo descendo goela abaixo. Engoli seco. Suspirei fundo e fui para o banho, pensando nos Trumps, Dórias, Crivellas, Temers, outros que tais e tanta gente que escolheu votar neles ou apoiá-los de alguma forma. Uma pontada

de revolta atingiu o meu estômago. Liguei o chuveiro na água morninha. Não. Nada de coisa morna. Senti a necessidade de água fria na cabeça. Evitei, com certo esforço, que a revolta tomasse conta de mim. “As eleições foram democráticas, não foram?”, argumentei comigo mesmo. Desliguei o chuveiro pensando que estava mais do que cansado de me revoltar. Gostei do jogo de palavras que se seguiu, apesar da parca originalidade: *menos revolta e mais revolução!* Depois dos procedimentos mínimos de higienização pós-banho, segui para o primeiro andar para tomar o café da manhã. Tinha uma televisão ligada informando as últimas notícias, considerações, previsões e outros blábláblás sobre a eleição norte-americana. No meu canto, comi ovos mexidos, pães de queijo, pão francês com manteiga e um pedaço de mamão. Entre uma garfada e outra, peguei meu celular e vi que os grupos do WhatsApp estavam a mil por hora. Todos falando da eleição estadunidense, assim como a TV e a internet em geral, da mística que poderia envolver o 11/09 (os atentados em Nova York) e 09/11 (data da eleição do Trump), do fim do mundo, do encerramento do ciclo progressista, do retorno feroz do conservadorismo, da vontade de ir para Marte, da previsão que os Simpsons fizeram há anos e muito mais. Continuei comendo os pães de queijo e bebendo café forte. Quando terminei, voltei para o quarto, arrumei minha maletinha-para-viagem-de-um-dia-fora, fechei a conta do hotel e fui para a rua. Eu não queria andar de táxi nem de Uber. Queria me deslocar pela cidade no coletivo, misturado, heterogeneizado, mais perto dos múltiplos tus do que do eu que doía em mim. Eu tropeçava na vida naquele momento. Outros por perto poderiam me escorar em caso de necessidade. Era a minha esperança. Peguei o BRT (corredor

de ônibus) e fui para a reunião. Terminei o que tinha que fazer e peguei o frescão (ônibus com ar condicionado) que faria o caminho para o aeroporto Santos Dumont via litoral. Pensei que poderia adiantar o meu voo. Minha cabeça já estava no vinho que eu queria beber no final do dia para ajeitar o desentendimento da noite anterior. ...

O texto está acabando. Por isso, tomo a liberdade de mudar o tempo verbal. Enquanto eu escrevo estas palavras, estou sentado na poltrona 03 do ônibus com ar condicionado. São 12h37 do dia 9 de novembro de 2016. Pela janela, eu vejo a orla carioca. Que coisa mais linda, mais cheia de graça! O ônibus está passando pelo Forte Copacabana. Pronto, agora já estamos na Avenida Atlântica. À minha direita, lá na frente, consigo ver o Pão de Açúcar e seus bondinhos. Vejo muita gente na praia jogando futevôlei, caminhando, tomando água de coco e fazendo tantas coisas gostosas. Estou tentando encontrar um final contundente e provocador para este texto. Nada de especial me vem. Estou tomado por um *déjà vu* literário. A única coisa que me ocorre é que não tenho (não temos) mais para onde correr. É no miúdo da vida que as transformações acontecem, de dentro para fora e de fora para dentro, individuais ou coletivas. Apesar do dia meio chateado, neste momento estou renovando comigo a vontade de nutrir mais do que intoxicar. Que os meus gestos ratifiquem as minhas palavras. É o máximo de inspiração que consigo neste momento. Na verdade, meu pensamento está nos próximos episódios do *The Walking Dead*. Será que os humanos escaparão dos zumbis? Será que os humanos escaparão dos humanos? Vai logo, ônibus, que eu preciso de uma conexão wi-fi para descobrir! 📶

Assistência Social PAULUS



Imagem: Freepik

O Assessoramento ajuda a qualificar Projetos, Programas e Serviços.
Gera um novo agir

A PAULUS participa da implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, por meio do assessoramento técnico às entidades socioassistenciais em todo o Brasil.



paulus.com.br/assistencia-social

nucleosocial@fapcom.edu.br

VOLKSWAGEN NA COMUNIDADE

X CONCURSO DE PROJETOS SOCIAIS



Na comunidade
10 anos 2017

PARTICIPE!

○ Volkswagen na Comunidade é o edital de seleção de **PROJETOS SOCIAIS** da Fundação Volkswagen, que seleciona e premia financeiramente projetos de **12 organizações sociais*** que atuem na **transformação social** de suas comunidades.

INSCRIÇÕES

6-17

MARÇO

ABRIL

PREMIAÇÃO

R\$ 40 mil para investimento em **cada projeto.**

+ Curso de **Gestão de PROJETOS SOCIAIS**

REALIZAÇÃO



Fundação
Volkswagen

PARCEIRO TÉCNICO

neurônio
ATIVADAÇÃO DE NEGÓCIOS E CAUSAS

Informações, regulamento e inscrições

www.vwnacomunidade.com.br / vwnacomunidade@neuronio.com.br

* Podem concorrer organizações sociais do entorno das unidades da Volkswagen. Acesse o regulamento para conhecer detalhadamente a área de abrangência do Volkswagen na Comunidade.